

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

CÁVADO, AVE E LEÇA (RH2)



Parte 4 | Cenários Prospetivos

Janeiro | 2022



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO.....	1
2. POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS	4
2.1. Estratégias e planos nacionais	6
2.1.1. Estratégia Portugal 2030.....	6
2.1.2. Programa Nacional de Investimentos 2030.....	7
2.1.3. Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).....	11
2.1.4. Programa de Estabilização Económica e Social (PEES)	16
2.1.5. Estratégia, Plano e Programa de Ação para a Coesão Territorial.....	17
2.2. Estratégias e planos regionais.....	18
2.2.1. Estratégia de Desenvolvimento do Norte 2030.....	18
2.3. Tendências económicas e planos setoriais nacionais	19
2.3.1. Setor urbano	21
2.3.2. Setor indústria e energia	28
2.3.3. Setor agropecuário	35
2.3.4. Setor turismo	46
2.3.5. Outros setores	49
2.4. Planos setoriais regionais.....	49
2.4.1. Ordenamento do território.....	49
2.4.2. Alterações climáticas	50
2.4.3. Agricultura, pecuária e florestas.....	52
2.4.4. Portuário	52
2.4.5. Indústria e energia	54
2.5. Síntese das estratégias e planos	54
3. CENÁRIOS SOCIOECONÓMICOS.....	60
3.1. Cenários macroeconómicos	61
3.1.1. Situação económica em Portugal	61
4. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS PRESSÕES	72
4.1. Principais investimentos estruturantes com impacte nas massas de água.....	73
4.2. Tendências das principais pressões sobre as massas de água.....	76
4.2.1. Setor urbano	76
4.2.2. Setor indústria	80
4.2.3. Setor agrícola	83
4.2.4. Setor pecuário.....	87

4.2.5.	Outros setores	90
4.2.6.	Síntese.....	90
4.2.6.1.	Pressões qualitativas.....	90
4.2.6.2.	Pressões quantitativas	92
5.	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	95
5.1.	Cenários climáticos	96
5.2.	Disponibilidades futuras de água	102
5.2.1.	Precipitação	103
5.2.2.	Temperatura	104
5.2.3.	Evapotranspiração	105
5.2.4.	Disponibilidades hídricas superficiais	106
5.2.5.	Disponibilidades hídricas subterrâneas	107
6.	BALANÇO ENTRE DISPONIBILIDADES E NECESSIDADES FUTURAS.....	109
6.1.	Análise comparativa entre volumes captados e disponibilidades futuras de água.....	110
6.2.	Potenciais impactes nos recursos hídricos.....	110
ANEXOS		114
ANEXO I - PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS.....		115

Índice de Figuras

FIGURA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO 2021-2029	13
FIGURA 2.2 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DOS CENÁRIOS SOCIOECONÓMICOS DE EVOLUÇÃO DO PAÍS NO HORIZONTE 2050 NO ÂMBITO DO RNC 2050.....	21
FIGURA 2.3 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DO SETOR DOS RESÍDUOS E ÁGUAS RESIDUAIS NOS CENÁRIOS PELOTÃO E CAMISOLA AMARELA (RNC 2050)	22
FIGURA 2.4 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DO SETOR INDUSTRIAL NOS CENÁRIOS PELOTÃO E CAMISOLA AMARELA (RNC 2050)	33
FIGURA 2.5 - EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DOS SETORES AGRÍCOLA E PECUÁRIO NO CENÁRIO PELOTÃO (RNC 2050)	35
FIGURA 2.6 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DOS SETORES AGRÍCOLA E PECUÁRIO NO CENÁRIO CAMISOLA AMARELA (RNC 2050)	36
FIGURA 3.1 – ÍNDICE DE INCERTEZA DA POLÍTICA ECONÓMICA GLOBAL.....	63
FIGURA 3.2 – INVESTIMENTO DO PRR POR ÁREA TEMÁTICA (EM PORCENTAGEM DO TOTAL).....	67
FIGURA 4.1 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR URBANO	77
FIGURA 4.2 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS DE ORIGEM SUPERFICIAL PELO SETOR URBANO	79
FIGURA 4.3 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS DE ORIGEM SUBTERRÂNEA PELO SETOR URBANO	79
FIGURA 4.4 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	81
FIGURA 4.6 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS PELO SETOR DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	82
FIGURA 4.7 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS PELO SETOR DA INDÚSTRIA EXTRATIVA	82
FIGURA 4.8 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES DE AZOTO ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR AGRÍCOLA.....	84
FIGURA 4.9 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES DE FÓSFORO ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR AGRÍCOLA	85
FIGURA 4.10 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS DE ORIGEM SUPERFICIAL PELO SETOR AGRÍCOLA	86
FIGURA 4.11 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS DE ORIGEM SUBTERRÂNEA PELO SETOR AGRÍCOLA	86
FIGURA 4.12 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES DE AZOTO ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR AGRÍCOLA.....	88
FIGURA 4.13 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES DE FÓSFORO ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR AGRÍCOLA	88
FIGURA 4.14 – PROJEÇÃO DOS VOLUMES CAPTADOS PELO SETOR PECUÁRIO	89
FIGURA 4.15 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES DE AZOTO ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR AGRÍCOLA E PECUÁRIO.....	91
FIGURA 4.16 – PROJEÇÃO DAS CARGAS AFLUENTES DE FÓSFORO ÀS MASSAS DE ÁGUA PELO SETOR AGRÍCOLA	91
FIGURA 4.17 – PROJEÇÕES DE VOLUME CAPTADO PARA O CENÁRIO MINIMALISTA	92
FIGURA 4.18 – PROJEÇÕES DE VOLUME CAPTADO PARA O CENÁRIO BAU.....	93
FIGURA 4.19 – PROJEÇÕES DE VOLUME CAPTADO PARA O CENÁRIO MAXIMALISTA.....	93
FIGURA 5.1 – ANOMALIAS DA TEMPERATURA MÉDIA (REFERÊNCIA 1971-2000) PARA O PERÍODO 2071-2100, RCP 8.5 E PARA OS ENSEMBLES DE MODELOS REGIONAIS E GLOBAIS	96
FIGURA 5.2 – ANOMALIAS DA PRECIPITAÇÃO (REFERÊNCIA 1971-2000) PARA O PERÍODO 2071-2100, RCP 8.5 E PARA OS ENSEMBLES DE MODELOS REGIONAIS E GLOBAIS.....	97

FIGURA 5.3 – CENÁRIOS DE PRECIPITAÇÃO ANUAL PARA O PERÍODO 2071-2100 EM PORTUGAL CONTINENTAL (DIFERENÇA EM RELAÇÃO AOS VALORES MÉDIOS 1971-2000) NOS CENÁRIOS RCP 4.5 E RCP 8.5.....	98
FIGURA 5.4 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS NA RH (%).....	104
FIGURA 5.5 – VARIAÇÃO DA TEMPERATURA MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS NA RH (°C)	105
FIGURA 5.6 – VARIAÇÃO DA EVAPOTRANSPIRAÇÃO MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS NA RH (%) ..	106
FIGURA 5.7 – VARIAÇÃO DO ESCOAMENTO MÉDIO ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS NA RH (%).....	107
FIGURA 5.8 - VARIAÇÃO DA RECARGA MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS NA RH (%)	108
FIGURA 6.1 – VARIAÇÃO DAS NECESSIDADES FUTURAS DE ÁGUA NOS TRÊS CENÁRIOS E DO ESCOAMENTO MÉDIO ANUAL NOS DOIS RCP NA RH (%)	110
FIGURA 6.2 – ÍNDICE DE ARIDEZ E SUSCETIBILIDADE À DESERTIFICAÇÃO 1980-2010	112

Índice de Quadros

QUADRO 2.1 – INVESTIMENTOS PNI 2030 DIRETAMENTE RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS.....	8
QUADRO 2.2 – INVESTIMENTOS PNI 2030: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	8
QUADRO 2.3 – INVESTIMENTOS PNI 2030: CICLO URBANO DA ÁGUA	9
QUADRO 2.4 – INVESTIMENTOS PNI 2030: GESTÃO DE EFLUENTES AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS	10
QUADRO 2.5 – INVESTIMENTOS PNI 2030: PROTEÇÃO DO LITORAL.....	11
QUADRO 2.6 – INVESTIMENTOS PNI 2030: REGADIO.....	11
QUADRO 2.7 – INVESTIMENTOS PRR POR DIMENSÃO ESTRATÉGICA E COMPONENTE.....	13
QUADRO 2.8 – REPARTIÇÃO TEMPORAL DOS INVESTIMENTOS NA COMPONENTE C9 - GESTÃO HÍDRICA.....	15
QUADRO 2.9 – MEDIDAS DO PENSAARP 2030 RELACIONADAS COM O PGRH.....	24
QUADRO 2.10 - NECESSIDADES DE INVESTIMENTO PROJETADAS ATÉ 2050 PELA OCDE (MILHÕES DE EUROS) PARA AA E AR	26
QUADRO 2.11 – ÁREAS DE PROSPECÇÃO E PESQUISA DE LÍTIO.....	34
QUADRO 2.12 – PRINCIPAIS POLÍTICAS SETORIAIS NACIONAIS QUE SE CRUZAM COM AS POLÍTICAS DA ÁGUA	54
QUADRO 2.13 – PRINCIPAIS POLÍTICAS SETORIAIS REGIONAIS QUE SE CRUZAM COM AS POLÍTICAS DA ÁGUA.....	57
QUADRO 3.1 – EVOLUÇÃO DO PIB E COMPONENTES DA DESPESA EM 2019 E 2020	61
QUADRO 3.2 – CENÁRIO MACROECONÓMICO	64
QUADRO 3.3 – AGREGAÇÃO DAS COMPONENTES DO PRR POR ÁREAS TEMÁTICAS	66
QUADRO 3.4 – QUANTIFICAÇÃO DOS IMPACTES MACROECONÓMICOS A 10 E A 20 ANOS	68
QUADRO 3.5 – ESTIMATIVAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES 2021-2025.....	70
QUADRO 4.1 – CARATERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES	74
QUADRO 4.2 – ANÁLISE CRÍTICA DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES	74
QUADRO 4.3 – PROJEÇÃO DA CARGA DE CBO ₅ REJEITADA PELO SETOR URBANO E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH.....	77
QUADRO 4.4 – PROJEÇÃO DO VOLUME CAPTADO PELO SETOR URBANO E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	78
QUADRO 4.5 – PROJEÇÃO DA CARGA DE CQO REJEITADA PELO SETOR INDÚSTRIA E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH.....	80
QUADRO 4.6 – PROJEÇÃO DO VOLUME CAPTADO PELO SETOR INDÚSTRIA E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	81
QUADRO 4.7 – PROJEÇÃO DA CARGA DE N REJEITADA PELO SETOR AGRÍCOLA E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	83
QUADRO 4.8 – PROJEÇÃO DA CARGA DE P REJEITADA PELO SETOR AGRÍCOLA E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	84
QUADRO 4.9 – PROJEÇÃO DO VOLUME CAPTADO PELO SETOR AGRÍCOLA E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	85
QUADRO 4.10 – PROJEÇÃO DA CARGA DE N REJEITADA PELO SETOR PECUÁRIO E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	87

QUADRO 4.11 – PROJEÇÃO DA CARGA DE P REJEITADA PELO SETOR PECUÁRIO E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	87
QUADRO 4.12 – PROJEÇÃO DO VOLUME CAPTADO PELO SETOR PECUÁRIO E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL NA RH	89
QUADRO 5.1 – PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS, POR SUB-BACIA	103
QUADRO 5.2 – TEMPERATURA MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS POR SUB-BACIA.....	104
QUADRO 5.3 – EVAPOTRANSPIRAÇÃO MÉDIA ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS POR SUB-BACIA.....	105
QUADRO 5.4 – ESCOAMENTO MÉDIO ANUAL PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS NAS SECÇÕES DE JUSANTE DAS BACIAS	106
QUADRO 5.5 – RECARGA MÉDIA ANUAL (HM ³) PARA DIFERENTES HORIZONTES TEMPORAIS, POR MASSA DE ÁGUA E RH	107



1. ENQUADRAMENTO

A elaboração dos cenários prospetivos no âmbito do PGRH tem por objetivo, numa perspetiva estratégica, identificar as dinâmicas dos diferentes setores económicos e a sua evolução, traduzidas na forma de pressões e respetivos impactes sobre os recursos hídricos.

A definição dos cenários prospetivos inicia-se com a identificação e análise das principais linhas de orientação das políticas setoriais consubstanciadas em planos estratégicos, programas de ação, bases orientadoras, entre outros, relativos aos setores utilizadores de água: urbano, indústria, agricultura e pecuária, turismo, energia, pesca e aquicultura e navegação.

Ao longo da última década, para além de uma maior diversificação da atividade económica, verificou-se em especial uma alteração significativa nos padrões de especialização da indústria transformadora em Portugal, saindo da dependência de atividades industriais tradicionais para uma situação em que novos setores, de maior incorporação tecnológica, ganharam importância e uma dinâmica de crescimento, destacando-se o setor automóvel e componentes, a eletrónica, a energia, o setor farmacêutico e as indústrias relacionadas com as novas tecnologias de informação e de comunicação (AICEP Portugal Global, 2021).

A pandemia de COVID-19 – doença provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 – afetou de forma profunda a economia portuguesa e mundial em 2020. As medidas de contenção da crise sanitária e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções existentes para a evolução da economia nacional assumem que as restrições estão a ser gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, momento em que se espera que uma solução médica eficaz esteja plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação (Banco de Portugal, 2020).

De acordo com o Banco de Portugal, projeta-se uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade económica traduzir-se-á numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados de 2021 (Banco de Portugal, 2020).

É necessário ter em conta que o crescimento de alguns setores encontra-se diretamente relacionado com o crescimento económico do País e interfere com a realização de novos projetos e investimentos sobre os quais assenta o desenvolvimento de outros setores.

Neste contexto, apresentam-se seguidamente cenários de desenvolvimento para cada setor, com base na análise conjugada dos seguintes elementos:

- Cenários oficiais de desenvolvimento socioeconómico;
- Análise das principais políticas setoriais.

De modo a representar o clima de incerteza referido são definidos três cenários prospetivos:

- Cenário *business as usual* (BAU), que prevê a concretização das políticas setoriais, considerando caso a caso a adaptação às tendências atuais de evolução dos setores analisados;
- Cenário minimalista, face às tendências atuais dos setores analisados;
- Cenário maximalista, que prevê maior dinamização e crescimento dos setores.

Estes cenários são desenvolvidos de acordo com os seguintes horizontes de planeamento:

- Situação atual: 2021;
- Curto prazo: 6 anos (2027);

- Médio prazo: 12 anos (2033).

No planeamento de recursos hídricos recomenda-se a opção por um cenário maximalista, não obstante a possível indução de distorções ao nível das incompatibilidades e vocações setoriais, que deverão ser corrigidas.

Com esta base vão ser analisados, neste relatório, as tendências de evolução das pressões qualitativas e quantitativas para estes horizontes de planeamento e os investimentos estruturantes que possam implicar transformações no tecido económico e social na região hidrográfica, diretas e indiretas, podendo estas ter um impacto positivo ou negativo no ambiente.

Pretende-se, ainda, que as análises apresentadas no presente relatório possam contribuir para as fases subsequentes, ao nível da gestão dos recursos hídricos, no sentido de:

- Contribuir para a identificação dos programas de medidas que possam resolver ou mitigar a evolução das pressões;
- Identificar as causas que possam justificar a prorrogação ou derrogação dos objetivos ambientais.



2. POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

A complexidade das questões relacionadas com o planeamento e a gestão da água implica uma articulação coesa e estruturada com as restantes políticas setoriais, tendo em conta a sua natureza transversal aos vários setores de atividade e pelo facto de ser afetada, muitas vezes de forma negativa, por tais setores.

As interdependências existentes e a necessária articulação entre as normas comunitárias relativas à gestão da água, à estratégia marinha e à conservação da natureza e biodiversidade devem ser entendidas pelas autoridades nacionais como de particular relevância para assegurar a otimização de obrigações nacionais de reporte, de implementação de medidas e de acesso a financiamentos comunitários.

Como principais orientações no que diz respeito aos recursos hídricos há que salientar as seguintes:

- Maior compromisso para concertação entre Portugal e Espanha;
- Princípio da gestão integrada das águas e dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados e zonas húmidas deles diretamente dependentes;
- Princípio da precaução e prevenção;
- Princípio da dimensão ambiental da água;
- Princípio do valor social e económico da água;
- Princípio da correção dos danos causados;
- Garantir a sustentabilidade ambiental, social e económica das utilizações dos recursos hídricos, tanto na procura como na oferta da água, na situação atual e futura;
- Compatibilizar o uso do solo e as atividades económicas com os objetivos de proteção dos recursos;
- Promover a proteção das origens de água superficiais e subterrâneas para o abastecimento humano através de uma gestão integrada dos recursos hídricos;
- Os princípios e as ações do Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*).

Neste âmbito, tendo presente o extenso quadro de políticas setoriais vigentes que se cruzam com as políticas da água, levou-se a cabo um exercício de inventariação dos principais planos, programas e estratégias enquadramentos das políticas para os setores de atividade com maior ligação e impacte expectável nos recursos hídricos, identificando-se os principais objetivos e os setores influenciados por cada um deles, e para os quais terá que ser assegurada a coerência de opções (Anexo I).

As estratégias, programas e planos nacionais e internacionais foram agrupados da seguinte forma:

- Estratégias para o ambiente;
- Estratégia de ordenamento do território;
- Estratégias setoriais.

A análise documental efetuada teve como objetivo identificar e sistematizar as principais linhas orientadoras a nível setorial, local, regional, nacional e internacional, que contribuem para uma melhoria do planeamento e gestão dos recursos hídricos, promovendo o Bom estado das massas de água e a sua compatibilização com o desenvolvimento económico.

Da análise deste vasto conjunto de documentos constata-se uma gradual tentativa de compatibilização das atividades com os objetivos previstos na Lei da Água, incluindo como principais orientações dirigidas aos recursos hídricos:

- Promover ou manter o Bom estado das massas de água através de um conjunto de medidas para diminuir a pressão sobre os recursos hídricos;
- Garantir o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes;
- Promover a continuidade fluvial e a renaturalização das linhas de água;
- Apoiar iniciativas que promovem o uso eficiente da água, desde a redução das perdas nos sistemas urbanos a novos sistemas de rega com tecnologias de otimização de rega;
- Recuperar a qualidade dos recursos ambientais, passando por sistemas de monitorização da qualidade da água;

- Conservar os recursos naturais e ambientais, valorizando o seu potencial turístico dentro do total respeito pela conservação da natureza e da sustentabilidade ambiental.

De seguida apresenta-se um resumo das principais estratégias de desenvolvimento económico transversais ao País e que podem ter reflexo na gestão dos recursos hídricos.

2.1. Estratégias e planos nacionais

2.1.1. Estratégia Portugal 2030

A Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 98/2020, de 13 de novembro, consubstancia a visão da próxima década de recuperação e convergência de Portugal com a Europa, entretanto interrompida com a pandemia de COVID-19, assegurando, simultaneamente, a coesão e a resiliência social e territorial interna.

A Estratégia tem em consideração os desafios estruturais que a pandemia revelou e acentuou, desde a necessidade de aumentar a resiliência da economia, das sociedades e dos territórios, até certas disrupções socioeconómicas com impacto nas formas de organização da economia e da sociedade. Assume-se ainda enquanto referencial estratégico para as políticas públicas em Portugal e para a mobilização das respetivas fontes de financiamento nacionais e comunitárias, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A Estratégia estrutura-se em torno de quatro agendas temáticas para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030:

- As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- Um país competitivo externamente e coeso internamente.

Esta Estratégia densifica-se em domínios e eixos estratégicos de intervenção. A agenda temática “Transição climática e sustentabilidade dos recursos” visa promover uma utilização eficiente dos recursos, valorizando a dimensão de sustentabilidade e potenciando todas as oportunidades associadas aos mesmos em termos de geração de valor económico e de melhoria do desempenho ambiental, em particular em termos da transição climática.

O domínio “Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais” tem por propósito proteger os cidadãos de pressões e riscos ambientais com impacto na saúde e na qualidade de vida e simultaneamente valorizar os ativos ambientais. A ação a desenvolver neste domínio integra, entre outros, os eixos de intervenção “Gerir os recursos hídricos” e “Proteger e valorizar o litoral”.

No que concerne à gestão dos recursos hídricos, as intervenções previstas têm por propósito:

- i) Alcançar e manter o Bom estado das massas de águas superficiais interiores, das massas de água costeiras, das massas de água de transição e das massas de água subterrâneas;
- ii) No ciclo urbano da água, obter acréscimos de eficiência, não somente por via da redução das perdas de água, mas também da energia utilizada na respetiva produção e transporte.

Quanto à primeira das dimensões referidas, as intervenções visam assegurar o Bom estado das massas de água e as disponibilidades hídricas numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas, através da proteção e valorização dos recursos hídricos e de um crescente parcimonioso uso do recurso e da promoção do seu uso circular (aumento da reutilização das águas residuais tratadas), e a redução do risco e vulnerabilidade associados aos eventos extremos — cheias e secas.

Relativamente ao ciclo urbano da água, as intervenções envolvem a garantia da eficiência de tratamento para melhorar a qualidade das massas de água, através de investimentos adicionais para adaptação dos níveis de tratamento das infraestruturas existentes às alterações legislativas previstas para curto e médio prazos (incluindo o tratamento/aproveitamento das águas pluviais), a melhoria da eficiência e resiliência das infraestruturas, através do aumento dos níveis de reabilitação, tendo por base boas práticas de gestão patrimonial de infraestruturas, a capacitação e a profissionalização das entidades gestoras.

Ao nível das infraestruturas, a Estratégia releva as necessidades de construção e otimização das infraestruturas ambientais, como seja a gestão integrada do ciclo urbano da água. Pretende-se dotar o País com infraestruturas de tratamento e valorização de lamas de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) que assegurem o aproveitamento destas lamas, numa lógica de economia circular.

Quanto à proteção e valorização do litoral, as intervenções de gestão da zona costeira, envolverão, no quadro do combate às alterações climáticas, uma gestão integrada e partilhada, com a adoção de uma abordagem inovadora, responsável e sustentável, baseada no conhecimento, na compreensão da inter-relação dos processos, na partilha de informação, na coordenação e cooperação entre entidades aos diferentes níveis de atuação, e a prevenção e gestão dos riscos.

2.1.2. Programa Nacional de Investimentos 2030

O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), apresentado em outubro de 2020, visa, em articulação com os objetivos estratégicos definidos para a Estratégia Portugal 2030, ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras.

O PNI 2030 resultou de um exercício de análise e planeamento, envolvendo os mais variados atores económicos e sociais. O seu âmbito é multisetorial, incidindo sobre os setores da mobilidade e transportes, fatores-chave para a competitividade externa e coesão interna do nosso país, do ambiente, energia e do regadio, fundamentais para enfrentar os desafios da descarbonização e da transição energética.

Os três desígnios estratégicos do PNI 2030 são os seguintes:

- Coesão territorial, através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural;
- Competitividade e inovação, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica;
- Sustentabilidade e ação climática, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.

O PNI 2030 materializa os investimentos estruturantes de promoção pública ou de promoção privada enquadrados em políticas públicas no horizonte temporal da próxima década, de 2021 a 2030. Trata-se de um programa multisetorial e que tem por base a articulação com outros instrumentos estratégicos e de planeamento.

O PNI 2030 inclui, portanto, os principais investimentos em infraestruturas e equipamentos a realizar entre 2021 e 2030, em Portugal Continental, em quatro áreas temáticas: Transportes e Mobilidade, Ambiente, Energia e Regadio. Cada uma destas áreas temáticas ou setores está dividido em subsetores, sendo que para afeitos da presente análise o enfoque será nas áreas Ambiente e Regadio.

AMBIENTE

No âmbito do PNI 2030, os eixos estratégicos do setor do Ambiente são os seguintes:

- Neutralidade carbónica;
- Adaptação do território;
- Economia circular;
- Recursos e capital natural;
- Infraestruturas ambientais resilientes.

Estão previstos vários programas de medidas mais diretamente relacionados com os recursos hídricos nos domínios da gestão de recursos hídricos, ciclo urbano da água, gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais e proteção do litoral.

A repartição dos montantes de investimento para o período 2021-2030, nos vários domínios, é a apresentada no Quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Investimentos PNI 2030 diretamente relacionados com os recursos hídricos

Área temática	Domínio	Investimento (M€)	Período
Ambiente	Gestão de recursos hídricos	1 310	2021-2030
	Ciclo urbano da água	2 000	2021-2030
	Gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais	400	2021-2030
	Proteção do litoral	800	2021-2030
Regadio	Regadio	750	2021-2030
TOTAL		5 260	2021-2030

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030

Gestão de recursos hídricos

No domínio da gestão de recursos hídricos foram considerados, no âmbito do PNI 2030, três programas de medidas, cujo montante total de investimento é de 1 310 milhões de euros.

O programa de medidas “Adaptação das regiões hidrográficas aos riscos de inundações” tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais resiliente às alterações climáticas, assegurando simultaneamente a proteção dos recursos hídricos e a redução do risco associado às inundações.

Já o programa de medidas “Proteção e valorização dos recursos hídricos” visa garantir o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, assegurando o Bom estado das massas de água e a disponibilidade do recurso numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas.

Por seu turno, o programa de medidas “Adaptação das regiões hidrográficas aos fenómenos de seca” pretende contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais preparada para um quadro climático em mudança, assegurando simultaneamente a proteção dos recursos hídricos e a adaptação das regiões hidrográficas à seca extrema.

No Quadro 2.2 são apresentados os programas de medidas relacionados com a gestão de recursos hídricos, sua designação, entidades promotoras, montantes de investimento e período temporal.

Quadro 2.2 – Investimentos PNI 2030: gestão de recursos hídricos

ID	Designação	Promotores	Investimento (M€)	Período
RH1*	Adaptação das regiões hidrográficas aos riscos de inundações	AP SEE	130	2021-2030
RH2*	Proteção e valorização dos recursos hídricos	AP AB	580	2021-2030

ID	Designação	Promotores	Investimento (M€)	Período
RH3*	Adaptação das regiões hidrográficas aos fenómenos de seca	AP SEE AB	600	2021-2030
TOTAL			1 310	2021-2030

Nota: AP – Administração Pública; SEE – Setor empresarial do Estado; AB – Associações de beneficiários

* RH – Código identificativo do programa de medidas (RH significa recursos hídricos).

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030

Ciclo urbano da água

No âmbito do ciclo urbano da água foram considerados, no âmbito do PNI 2030, cinco programas de medidas, cujo montante total de investimento é de 2 000 milhões de euros.

O programa de medidas “Promoção da renovação de ativos” visa garantir melhores condições funcionais das infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e de águas pluviais, contribuindo para a otimização operacional e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

O programa de medidas “Aumento da resiliência dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais” pretende contribuir para o uso eficiente da água, reduzir a vulnerabilidade e garantir a resiliência dos sistemas e infraestruturas, bem como a manutenção do serviço no contexto das alterações climáticas e da ocorrência de eventos extremos.

Já o programa de medidas “Promoção da transição para a economia circular no setor da água” tem como objetivo valorizar os recursos e subprodutos gerados no ciclo urbano da água, promovendo níveis acrescidos de ecoeficiência, sustentabilidade ambiental e inovação. O programa de medidas “Eficiência da recolha e tratamento de águas residuais para melhorar a qualidade das massas de água” visa garantir o Bom estado das massas de água e proteger o ambiente.

O programa de medidas “Descarbonização do setor da água e de adaptação às alterações climáticas” tem, como propósito central, contribuir para a valorização eficiente dos recursos disponíveis, assegurando uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), com efeitos diretos na mitigação das alterações climáticas.

No Quadro 2.3 são apresentados os programas de medidas relacionados com o ciclo urbano da água, sua designação, entidades promotoras, montantes de investimento e período temporal.

Quadro 2.3 – Investimentos PNI 2030: ciclo urbano da água

ID	Designação	Promotores	Investimento (M€)	Período
CUA1	Promoção da renovação de ativos	AP SEE	480	2021-2030
CUA2	Aumento da resiliência dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais	AP SEE	724	2021-2030
CUA3	Promoção da transição para a economia circular no setor da água	AP SEE	109	2021-2030
CUA4	Eficiência da recolha e tratamento de águas residuais para melhorar a qualidade das massas de água	AP SEE	483	2021-2030
CUA5	Descarbonização do setor da água e de adaptação às alterações climáticas	AP SEE	204	2021-2030
TOTAL			2 000	2021-2030

Nota: AP – Administração Pública; SEE – Setor empresarial do Estado

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030

Gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais

No domínio da gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais foram considerados, no âmbito do PNI 2030, três programas de medidas, cujo montante total de investimento é de 400 milhões de euros.

O programa de medidas de “Adaptação das unidades produtivas agropecuárias e agroindustriais” visa assegurar a adaptação das instalações dos operadores económicos dos setores agropecuários e agroindustriais no sentido de cumprirem com os requisitos ambientais de descarga de efluentes.

Por seu lado, o programa e medidas “Adoção de soluções técnicas de promoção da economia circular na gestão de efluentes” pretende assegurar a escolha das soluções técnicas de tratamento para potenciar a valorização dos recursos em termos económicos, energéticos e de nutrientes e contribuir para a integração regional.

Já o programa de medidas “Adaptação dos sistemas de saneamento para assegurar a proteção das massas de água” tem como propósito assegurar a ampliação/remodelação das instalações de tratamento existentes e dos sistemas de drenagem com vista a aumentar o grau de integração das soluções técnicas e como forma de controlo e minimização de fontes emissoras.

No Quadro 2.4 são apresentados os programas de medidas relacionados com a gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais, sua designação, entidades promotoras, montantes de investimento e período temporal.

Quadro 2.4 – Investimentos PNI 2030: gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais

ID	Designação	Promotores	Investimento (M€)	Período
EAP1	Adaptação das unidades produtivas agropecuárias e agroindustriais	OP	47	2021-2030
EAP2	Adoção de soluções técnicas de promoção da economia circular na gestão de efluentes	OP SEE	296	2021-2030
EAP3	Adaptação dos sistemas de saneamento para assegurar a proteção das massas de água	SEE	57	2021-2030
TOTAL			400	2021-2030

Nota: OP – Operadores privados; SEE – Setor empresarial do Estado

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030

Proteção do litoral

No domínio da proteção do litoral foram considerados, no âmbito do PNI 2030, três programas de medidas, cujo montante total de investimento é de 800 milhões de euros.

O programa de medidas de “Proteção costeira em zonas de risco” visa assegurar a proteção e a manutenção da linha de costa, adaptando o território às alterações climáticas e salvaguardando pessoas, bens e sistemas naturais e reforçar o conhecimento científico sobre a dinâmica costeira.

Por seu lado, o programa de medidas de “Requalificação e valorização das atividades e do território” tem como objetivo aumentar o contributo das atividades económicas ligadas aos territórios costeiros para a geração de riqueza nacional, assegurando a sua descarbonização, adaptação e circularidade.

O programa de medidas “Planos de Intervenção e Projetos de Requalificação” pretende salvaguardar e valorizar os recursos e os sistemas costeiros, assim como a requalificação da frente marítima, a preservação e valorização do património natural, paisagístico e histórico-cultural, que marca a imagem do litoral.

No Quadro 2.5 são apresentados os programas de medidas relacionados com a proteção do litoral, sua designação, entidades promotoras, montantes de investimento e período temporal.

Quadro 2.5 – Investimentos PNI 2030: proteção do litoral

ID	Designação	Promotores	Investimento (M€)	Período
LIT1	Programa de Proteção costeira em zonas de risco	AP	495	2021-2030
LIT2	Programa de Requalificação e valorização das atividades e do território	AP	74	2021-2030
LIT3	Programa Planos de Intervenção e Projetos de Requalificação	AP	231	2021-2030
TOTAL			800	2021-2030

Nota: AP – Administração Pública

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030

REGADIO

No âmbito do PNI 2030, os eixos estratégicos do setor do Regadio são os seguintes:

- Adaptação do território;
- Recursos e capital natural;
- Infraestruturas ambientais resilientes.

Foram considerados dois programas de medidas relacionados com o regadio, cujo montante total de investimento é de 750 milhões de euros.

O programa de medidas “Revitalização do regadio existente: reabilitação e modernização de infraestruturas hidráulicas” visa garantir um eficiente funcionamento dos aproveitamentos hidroagrícolas, investindo em infraestruturas coletivas, reduzindo as perdas de água e assegurando o desenvolvimento agrícola e agroindustrial sustentado. Por seu lado, o programa de medidas “Aumento da área regada: instrumento de desenvolvimento do território rural” pretende combater o despovoamento e os efeitos das alterações climáticas, contribuindo para a coesão social e territorial através da criação de condições para a fixação de população ao incentivar o desenvolvimento da agricultura e do setor agroalimentar.

No Quadro 2.6 são apresentados os programas de medidas relacionados com o regadio, sua designação, entidades promotoras, montantes de investimento e período temporal.

Quadro 2.6 – Investimentos PNI 2030: regadio

ID	Designação	Promotores	Investimento (M€)	Período
REG1	Revitalização do regadio existente: reabilitação e modernização de infraestruturas hidráulicas	AP AB	350	2021-2030
REG2	Aumento da área regada: instrumento de desenvolvimento do território rural	AP SEE	400	2021-2030
TOTAL			750	2021-2030

Nota: AP – Administração Pública; SEE – Setor empresarial do Estado; AB – Associações de beneficiários

Fonte: Programa Nacional de Investimentos 2030

2.1.3. Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

A pandemia de COVID-19 representou uma emergência sanitária que obrigou a respostas imediatas no plano da saúde pública, tendo estado na origem de uma contração significativa da atividade económica, que desencadeou efeitos sem precedentes e graves consequências de ordem económica e social.

As medidas adotadas para controlar o avanço da pandemia impactaram de forma direta o consumo das famílias e a atividade das empresas e incluíram medidas excecionais, designadamente de apoio à liquidez e

à manutenção de postos de trabalho, evitando a delapidação da capacidade produtiva e a perda de empregos, contribuindo também para minimizar a perda de rendimentos das famílias. As medidas tomadas numa primeira fase foram prolongadas e objeto de aprofundamento e complemento por novas medidas, para fazer face aos efeitos da segunda e terceira vagas ainda mais intensas.

Tendo presente os sérios impactes da pandemia nas economias europeias, foi criado pelo Conselho Europeu o *Next Generation EU* (no valor global de 750 mil milhões de euros), um instrumento estratégico de mitigação dos efeitos sociais e económicos da crise, com vista a promover a convergência económica e a resiliência das economias dos Estados-Membros. Este mecanismo, de carácter temporário, visa contribuir para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital.

É a partir deste instrumento que se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que enquadrará o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal, aprovado pela Comissão Europeia em junho/julho de 2021. A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do *Next Generation EU* permite a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções.

O PRR português é um programa de aplicação nacional, a executar até 2026, e que visa implementar um conjunto de reformas e de investimentos tendentes à retoma do crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da década. O PRR é financiado por recursos totais de 16 644 milhões de euros de financiamentos do PRR, distribuídos por 13 944 milhões de euros de subvenções (84% do total) e 2 700 milhões de empréstimos (16%).

O PRR é uma componente para a concretização da Estratégia Portugal 2030 no contexto pós-pandémico em Portugal, a par e em coerência com a utilização de outros instrumentos, tais como os fundos de Coesão. Trata-se de um dos instrumentos de financiamento de uma estratégia global mais abrangente e que cobre um horizonte temporal mais alargado – a Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro –, definindo para a corrente década uma visão para o País em termos económicos, sociais e ambientais.

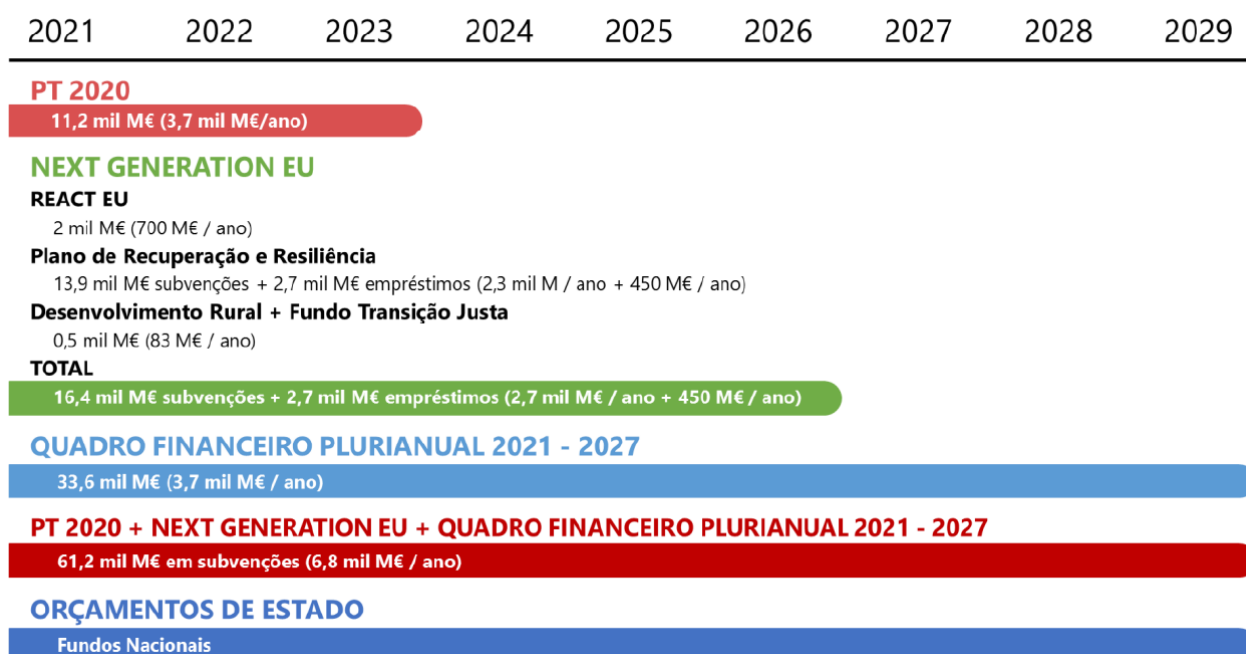
O PRR alinha-se com os requisitos estabelecidos pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência, em domínios de intervenção estruturados em torno de seis pilares relevantes da UE:

- Transição Ecológica;
- Transformação Digital;
- Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo;
- Coesão Social e Territorial;
- Saúde e Resiliência Económica, Social e Institucional;
- Políticas para a Próxima Geração, Crianças e Jovens.

O PRR procura responder às quatro agendas temáticas para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030. Constitui-se como uma das fontes de financiamento mais relevantes da Estratégia, em conjunto com o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, o Acordo de Parceria e do Plano Estratégico para a PAC, os outros fundos do *Next Generation EU* (e.g. REACT EU), o reforço do Fundo para a Transição Justa e o reforço do FEADER, outros mecanismos europeus de resposta à crise pandémica (e.g. SURE), os diferentes programas de financiamento europeus de gestão centralizada (e.g. Horizonte Europa, Mecanismo Interligar Europa, *InvestEU*, financiamentos do BEI/FEI), os exercícios orçamentais nacionais anuais, outros fundos públicos (e.g. Fundo Ambiental) e os investimentos privados estruturantes.

O próximo ciclo de programação dos fundos europeus (2021-2027), que conta com um orçamento de cerca de 34 mil milhões de euros, contribuirá para intervir em áreas relevantes nos domínios da inovação e da

transição digital, da demografia, qualificações e inclusão, da transição climática e sustentabilidade e da coesão territorial. Na sua totalidade, o envelope de fundos europeus assegurará, até 2029, um financiamento de cerca de 61 mil milhões de euros, tal como se ilustra na Figura 2.1.



Fonte: Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal

Figura 2.1– Distribuição das fontes de financiamento 2021-2029

O PRR organiza-se em 20 componentes que integram, por sua vez, um total de 37 reformas e de 83 investimentos, agrupadas em torno de três dimensões estruturantes:

- Resiliência;
- Transição climática;
- Transição digital.

As dimensões “Transição climática” e “Transição digital” representam, conjuntamente, uma absorção de financiamentos correspondente a um terço do total do programa, enquanto a dimensão “Resiliência”, que engloba a vertente das vulnerabilidades sociais, a resiliência económica e a resiliência territorial, absorve os restantes dois terços dos recursos afetos ao PRR.

A distribuição dos financiamentos pelas várias componentes do PRR é a apresentada no Quadro 2.7.

Quadro 2.7 – Investimentos PRR por dimensão estratégica e componente

RESILIÊNCIA		
	Componente	Investimento (M€)
C1	Serviço Nacional de Saúde	1 383
C2	Habituação	2 733
C3	Respostas sociais	833
C4	Cultura	243
C5	Capitalização e inovação empresarial	2 914
C6	Qualificações e competências	1 324
C7	Infraestruturas	690

RESILIÊNCIA		
Componente		Investimento (M€)
C8	Florestas	615
C9	Gestão hídrica	390
TOTAL		11 125 (67% do total)
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA		
Componente		Investimento (M€)
C10	Mar	252
C11	Descarbonização da indústria	715
C12	Bioeconomia sustentável	145
C13	Eficiência energética dos edifícios	610
C14	Hidrogénio e renováveis	370
C15	Mobilidade sustentável	967
TOTAL		3 059 (18% do total)
TRANSIÇÃO DIGITAL		
Componente		Investimento (M€)
C16	Empresas 4.0	650
C17	Qualidade nas finanças públicas	406
C18	Justiça económica e ambiente de negócios	267
C19	Administração Pública mais eficiente	578
C20	Escola digital	559
TOTAL		2 460 (15% do total)

Fonte: Programa de Recuperação e Resiliência

Componente C9 – Gestão hídrica

A gestão hídrica constitui uma área de intervenção estratégica face à necessidade de se mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Região Autónoma da Madeira, as regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal, aos episódios de seca, tendo por base os cenários de alterações climáticas e a perspetiva explanada na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) e no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), contribuindo para a diversificação da atividade económica destas regiões e para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

Esta componente integra a reforma “Gestão Integrada e Circular dos Recursos Hídricos em Situações de Escassez”, fundamental para promover a manutenção da disponibilidade de água, a qualidade de serviço e a diminuição da pressão sobre as massas de água, diminuindo as vulnerabilidades dos ecossistemas.

Nas regiões beneficiadas contribuirá para os seguintes objetivos europeus e nacionais:

a) Adaptação e mitigação climática

- Aumento da eficiência dos diversos usos da água e procura de origens complementares;
- Desenvolvimento de uma estratégia de resposta integrada a situações de risco, tendo em conta as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água;
- Redução da probabilidade de ocorrência de cheias.
- Mobilização de todos os *stakeholders* na governança dos recursos hídricos.

b) Transição energética

- Promoção do nexo água-energia na gestão dos sistemas de abastecimento público de água.

c) Desenvolvimento económico e social

- Como suporte da atividade atual e o bem-estar das populações (contribui para a diminuição do desemprego);

- Acréscimo de necessidade de mão-de-obra qualificada necessária à gestão das novas infraestruturas;
- Desenvolvimento das potencialidades de outros setores de atividade.

d) Promoção da qualidade ambiental

- Diminuição da pressão sobre as massas de água superficiais e subterrâneas com ganhos de qualidade;
- Garantia de caudais ecológicos no suporte aos ecossistemas;
- Promoção da utilização circular dos recursos hídricos através do aproveitamento de águas residuais tratadas;
- Desenvolvimento sustentável de atividades turísticas, compatibilizando a proteção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados.

Os investimentos envolvidos e a sua repartição temporal estão de acordo com o indicado no Quadro 2.8.

Quadro 2.8 – Repartição temporal dos investimentos na componente C9 - Gestão hídrica

Componente	Investimento (M€)						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	5	21	45	70	59	0	200
Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato	1	2	18	43	56	0	120
Plano de Eficiência e Reforço Hídrico dos Sistemas de Abastecimento e Regadio da Região Autónoma da Madeira	2	5	17	29	18	0	70
TOTAL	8	28	80	142	132	0	390

Componente C5 – Capitalização e inovação empresarial

Na componente C5 – “Capitalização e inovação empresarial”, a reforma “Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria”, visa, entre outros aspetos, uma agricultura mais resiliente, que proteja o ambiente, assegure a sustentabilidade dos recursos água, solo e biodiversidade e contribua para a transição climática.

Já no investimento “Agendas/ Alianças Verdes para a Inovação Empresarial” serão identificadas as áreas temáticas a apoiar, as quais deverão estar alinhadas com as prioridades estratégicas inteligentes definidas na Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENI), e que incluem, por exemplo, a água e ambiente.

Componente C13 – Eficiência energética em edifícios

A componente C13 – “Eficiência energética em edifícios” tem como objetivos reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, proporcionando inúmeros benefícios sociais, ambientais e económicos para as pessoas e as empresas. De entre os objetivos que se pretende alcançar neste âmbito, conta-se a redução do consumo de água, pelo forte nexo com o respetivo consumo energético.

Neste quadro inserem-se iniciativas como o Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis (2.ª fase), visando o financiamento de medidas que promovam a reabilitação, a descarbonização, a eficiência energética, a eficiência hídrica e a economia circular, contribuindo para a melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios.

O Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro, incide, entre outros, sobre os consumos de energia, água e materiais, sendo aplicável a todas as entidades da administração pública, direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos. No plano da eficiência hídrica, no horizonte 2030, este programa visa contribuir para uma redução hídrica de 20% no consumo. Quanto à renovação de edifícios

pretende-se alcançar 5% de taxa de renovação energética e hídrica de edifícios abrangidos pelo ECO.AP 2030. A renovação energética de edifícios residenciais pode ser materializada em intervenções que visem a eficiência hídrica, incluindo a substituição de equipamentos por equipamentos mais eficientes.

No âmbito dos recursos hídricos, a otimização da gestão da água poderá promover a fixação das populações e o desenvolvimento de novos negócios nos territórios abrangidos. Deste modo, potencia-se a diversificação da atividade económica e o incremento da capacidade de fixação de recursos de suporte às atividades económicas já instaladas, quer em termos de consolidação da indústria e comércio existentes, quer em termos de modernização da agricultura ou nos novos domínios da energia/água.

A utilização eficiente da água é essencial para o aumento da resiliência e a redução da vulnerabilidade a eventuais efeitos decorrentes das alterações climáticas. As medidas previstas visam um reforço do investimento com uma significativa componente de inovação tecnológica e da transição ecológica, especialmente ao nível da produção e utilização eficientes da água, apoiando a manutenção e potenciando o incremento do emprego e da diversificação das atividades.

Em termos de cooperação transfronteiriça, o PRR alude ao facto de na área da transição ecológica, Portugal e Espanha terem uma longa tradição no desenvolvimento de projetos comuns de adaptação às alterações climáticas ao abrigo da Convenção de Albufeira, tendo sido identificados possíveis projetos conjuntos, designadamente no domínio da água e biodiversidade. Foi criado pelos dois países um grupo de trabalho para articular mecanismos nos respetivos Planos de Recuperação para promover a colaboração empresarial e implementar projetos conjuntos.

2.1.4. Programa de Estabilização Económica e Social (PEES)

O Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho, visa dar resposta aos efeitos da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, a qual, para além de consistir numa grave emergência de saúde pública a que foi necessário dar resposta no plano sanitário, provocou inúmeras consequências de ordem económica e social, que igualmente têm motivado a adoção de um vasto leque de medidas excecionais.

Estas medidas são estruturadas em três fases distintas:

- Fase de emergência, centrada na resposta sanitária mas que também visou apoiar as empresas e os trabalhadores num momento de paralisação da sua atividade, evitando assim a destruição irreversível de empregos e de capacidade produtiva;
- Fase de estabilização, que decorreu até final de 2020, para ajudar as famílias e as empresas a ultrapassar as dificuldades provocadas pela pandemia, apoiando uma retoma sustentada da atividade económica;
- Fase de recuperação económica, dirigida à adaptação estrutural da economia portuguesa a uma realidade pós-COVID.

O PEES assenta em quatro eixos: um primeiro eixo incidente sobre temas de cariz social e apoios ao rendimento das pessoas, sobretudo aquelas que foram mais afetadas pelas consequências económicas da pandemia; um segundo eixo relacionado com a manutenção do emprego e a retoma progressiva da atividade económica; um terceiro eixo centrado no apoio às empresas; e, por um fim, um eixo de matriz institucional.

Tendo em conta as novas exigências de saúde pública, as medidas de apoio foram recalibradas de modo a incentivar não apenas o regresso da atividade profissional, com o aumento do número de horas trabalhadas e do rendimento auferido, como a dinamização económica do emprego, procedendo-se ao lançamento de um vasto conjunto de pequenas obras, de execução célere e disseminada pelo território, que possam absorver algum do impacto da crise económica provocada pela pandemia.

Para a concretização de todas estas medidas de estabilização económica e social, há diversas alterações de natureza institucional que se impuseram, designadamente com o objetivo de simplificar e agilizar a atuação da Administração Pública e dos tribunais em tudo o que seja necessário para debelar os efeitos da pandemia e acelerar a retoma económica.

2.1.5. Estratégia, Plano e Programa de Ação para a Coesão Territorial

A Estratégia, Plano e Programa de Ação para a Coesão Territorial visa garantir melhor qualidade de vida aos cidadãos e às famílias, e um ambiente adequado ao investimento empresarial, suportado numa rede territorial de serviços de interesse geral mais equilibrada e ajustada ao tecido social e económico e aos desafios demográficos, garantindo a proximidade da decisão e operacionalização de políticas públicas contextualizadas e com expressão territorial.

Pretende-se promover o desenvolvimento equilibrado dos territórios, reduzindo as assimetrias regionais, a coesão e o reforço da competitividade dos territórios e conferindo mais coerência quer às políticas regionais, quer às políticas setoriais que têm impacto territorial, bem como a cooperação territorial na dimensão transfronteiriça, transnacional e inter-regional.

A Estratégia de Ação para a Coesão Territorial estrutura-se em torno das respostas aos desafios territoriais, com particular impacto na coesão territorial do País. Neste âmbito, merecem destaque:

- *Desafios Sociais*, que têm incidência diferenciada no território e que configuram estrangulamentos à coesão intra e inter-regional; neste particular, é determinante a provisão das políticas públicas e a equidade de oportunidades no acesso;
- *Desafios para a Competitividade*, que obrigam a instrumentos e políticas de atratividade e de facilitação à mobilização de investimento e de conhecimento com particular atenção aos territórios do interior, reforçando a qualidade, qualificação e as oportunidades de emprego;
- *Desafios para a Sustentabilidade*, através de uma abordagem mais centrada na valorização dos recursos endógenos e nas cadeias de valor, alavancada na redução da pegada carbónica e na circularidade com impacto no valor acrescentado dos circuitos curtos, na qualidade do emprego e das condições de vida das famílias;
- *Desafios Geracionais*, procurando dar resposta às novas necessidades do território, num contexto de alterações demográficas profundas e de acesso a novos mecanismos que alteram de forma significativa a relação das políticas públicas com as famílias e com as empresas.

A Estratégia e Plano de Ação para a Coesão Territorial inclui um conjunto de intervenções de curto e médio prazo que vão orientar a agenda de ação para a coesão, tendo em conta as dimensões *i)* estratégica (“dar voz” ao território), *ii)* de articulação e *iii)* de racionalidade.

A intervenção no âmbito da *dimensão estratégica* de médio-longo prazo deve encontrar acolhimento particular em dois instrumentos:

- Uma Estratégia de Desenvolvimento Regional que tenha em consideração as especificidades de cada região, de modo a dar corpo a uma abordagem territorial coerente e suportada na mobilização de atores em rede, e consolidada no reforço da competitividade dos territórios, na consolidação e estruturação dos subsistemas territoriais, e na entrega integrada e políticas públicas, com particular intervenção no âmbito dos serviços de interesse geral e nos seus mecanismos de provisão equitativa. Envolve os seguintes aspetos:
 - Política de cidades;

- Relação territorial e funcional rural/urbano;
- Consolidar corredores interurbanos que polarizam territórios rurais.
- Uma Estratégia de Valorização do Interior que se fundamente na articulação de medidas que, de forma assertiva, representem uma nova abordagem sistémica de valorização das potencialidades multivalentes dos territórios do interior, operacionalizada em ações que aproximem as diferentes realidades territoriais de oferta de oportunidades.

A operacionalização do Programa de Valorização do Interior, atualizado, organiza-se segundo quatro eixos prioritários, estruturados de acordo com o âmbito de aplicação, dimensão agregadora e escala dos impactos esperados.

- Eixo 1 – Valorizar os recursos endógenos e a capacidade empresarial do interior;
- Eixo 2 – Promover a cooperação transfronteiriça para a internacionalização de bens e serviços;
- Eixo 3 – Captar investimento e fixar pessoas no interior;
- Eixo 4 – Tornar os territórios do interior mais competitivos.

Relativamente à *dimensão de articulação*, esta envolve uma plataforma multinível e multiescala de coesão. Esta área deve atuar como mobilizadora, levando os decisores ao território e alavancando nas estruturas de coordenação regionais a capacidade de fazer de forma mais integrada, o que agora acontece na esfera de intervenção setorial. Há que articular estratégias de promoção da coesão e de reforço da competitividade dos diferentes territórios e incorporar o desígnio de coesão territorial, de forma transversal, nas diversas políticas públicas setoriais relevantes.

No que concerne à *dimensão de racionalidade*, cumpre atentar nos instrumentos disponíveis e conferir-lhes racionalidade, concebendo novos instrumentos ou ajustando a legislação sempre que adequado. É necessário garantir que os instrumentos de política que chegam ao território não sejam redundantes, complexos e pouco divulgados. É importante trabalhar com os setores de atividade e com o território no sentido de integrar intervenções e assegurar que se ajustam, na escala, no tempo, no espaço e nos objetivos, à resolução dos problemas ou à valorização dos potenciais do território.

Tendo presentes os desafios identificados, o Programa de Ação (*dimensão de operacionalidade*), define um conjunto de medidas, objetivos e prioridades de intervenção tendentes a aprofundar a coesão territorial.

2.2. Estratégias e planos regionais

2.2.1. Estratégia de Desenvolvimento do Norte 2030

A Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia – Norte 2030, de 30 de dezembro de 2020, tem como principal objetivo a preparação, à escala regional, do período de programação 2021-27 das políticas da União Europeia, de acordo com o estabelecido no ponto 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, quanto à necessidade e relevância das estratégias das regiões NUTS II para cumprimento dos princípios orientadores e da estrutura operacional do período de programação 2021-27 da Política de Coesão. Em termos estratégicos e programáticos, trata-se de abordagem mais ampla, dispondo de potenciais financiamentos, nomeadamente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum.

A implementação desta estratégia regional envolve cinco objetivos estratégicos: (OE1) intensificação tecnológica da base produtiva; (OE2) valorização económica de ativos e recursos intensivos em território; (OE3) melhoria do posicionamento competitivo à escala global; (OE4) consolidação sustentável de sistema urbano policêntrico e (OE5) promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo. Estes eixos são interpenetrados por três objetivos transversais: (OT1) acréscimo de qualificações de todos os segmentos da população; (OT2) equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade; (OT3)

eficácia e eficiência do modelo de governação regional. Estes objetivos estratégicos e transversais encontram-se enquadrados por medidas alinhadas com as estratégias europeias e nacionais que procuram dar resposta às transições em curso: a digital e a climático-energético-ambiental.

Integram este documento os enunciados estratégicos da Área Metropolitana do Porto (AMP) e das Comunidades Intermunicipais (CIM) do Alto Minho, do Alto Tâmega, do Ave, do Cávado, do Douro, do Tâmega e Sousa e de Terras de Trás-os-Montes, bem como a revisão da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (S3 NORTE 2027). Para além de uma caracterização quantitativa da respetiva sub-região, estes enunciados estratégicos apresentam também uma análise SWOT, o enunciado da visão no horizonte 2030 e a identificação das linhas estratégicas de intervenção e respetiva articulação com as quatro Agendas Temáticas do PORTUGAL 2030, estabelecidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro.

Focando na RH2 e nas linhas estratégicas identificadas pelas CIM e AMP em termos de recursos hídricos, nos enunciados estratégicos anteriormente mencionados:

- No caso da AMP, salienta-se a linha estratégica com o objetivo de *promover a gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos que contribua para a melhoria nos níveis de atendimento e qualidade de serviço através de investimentos na redução das perdas de água, no planeamento e a telegestão, na eficiência energética, na redução das águas residuais e na reutilização segura*;
- A CIM do Ave estabelece uma Agenda para a Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos, onde apresenta, entre outras, uma linha estratégica direcionada para *capacitar e envolver toda a sociedade no processo de aumento da resiliência territorial, promovendo a adaptação ativa às alterações climáticas*;
- A CIM Cávado indica, como linhas estratégicas com influência nos recursos hídricos, a *promoção de investimentos transversais e estruturantes para o combate às alterações climáticas, nomeadamente através da concretização do plano de ação da Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, concertando com a conceção e implementação intervenções multiescalares que reforcem a resiliência dos territórios a eventos climáticos severos e extremos (e.g. prevenção e combate à erosão costeira, proteção e ordenamento do território florestal, reestruturação das bacias hidrográficas) e a qualificação dos níveis de atendimento e de qualidade de serviço de abastecimento de água, saneamento e resíduos, concertando com a concretização do plano de ação de combate às perdas e aumento da eficiência hídrica no território do Cávado*; estas linhas estratégicas foram adensadas e complementadas no documento “Estratégia de Desenvolvimento Territorial – Cávado 2030”, apresentado em junho de 2021, o qual define Eixos Prioritários (EP) para o período 2021-2027, subdivididos em Objetivos Específicos (OE) e Linhas de Ação (LA); salienta-se o EP2. *Transição Energética e Climática* e o respetivo OE_2.1. *Transformar o Cávado em Território Pioneiro e Avançado na Abordagem à Emergência Climática*, incluindo as linhas estratégicas anteriormente referidas nas seguintes Linhas de Ação: LA_10. *Elaborar e Implementar o Plano de Ação de Adaptação às Alterações Climáticas e Mitigação das Emissões no Território do Cávado* e o Sistema de Monitorização do Território do Cávado, LA_11. *Programa de Investimentos Públicos em Linha com o Plano de Ação Contra as Alterações Climáticas* e LA_12. *Reforçar a Coesão Ambiental do Território*.

2.3. Tendências económicas e planos setoriais nacionais

Para efeitos do estabelecimento de cenários prospetivos relativos à economia portuguesa, consideraram-se os cenários socioeconómicos desenvolvidos para Portugal continental (não especificamente para esta RH) no quadro do Roteiro para a Neutralidade Carbónica – RNC 2050, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, de modo a assegurar a indispensável coerência entre ambos os instrumentos de política.

Na Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas realizada em 2016, em Marraquexe, o governo português assumiu como prioridade a descarbonização profunda da sociedade e da economia, estabelecendo o objetivo político de atingir a neutralidade carbónica até 2050. Entende-se por neutralidade carbónica o “balanço nulo entre as emissões e as remoções (sequestro) de gases com efeito de estufa”. Pretende-se que, uma vez esse objetivo atingido, ele seja mantido. O objetivo da neutralidade carbónica implicará uma alteração substancial de paradigmas ao nível social e económico.

O RNC 2050 pretende analisar as implicações associadas a trajetórias custo-eficazes para a prossecução deste objetivo e identificar os principais vetores de descarbonização associados. Neste sentido, foram desenvolvidas narrativas, consubstanciadas em cenários macroeconómicos de evolução do país.

No contexto de construção de narrativas e cenários para a economia portuguesa para o RNC 2050, foram consideradas duas chaves dicotómicas e fatores de diferenciação. A primeira pretende diferenciar as economias assentes na valorização da produção e consumo de bens das economias que valorizam a capacidade de processar informação e gerar conhecimento útil.

A primeira das chaves de leitura – “economia de bens” vs. “economia do conhecimento” – permite integrar a economia circular enquanto alteração de paradigma que acompanhará a evolução de uma economia mais centrada na produção de bens para uma economia focada no conhecimento. Há que notar que a desmaterialização da atividade económica permite um consumo menos intensivo de recursos. Por outro lado, uma economia assente no conhecimento potenciará a circularidade dos recursos e o aumento da sua produtividade.

A segunda das chaves referidas – “globalização centralizada” vs. “globalização descentralizada” – pressupõe alterações em termos da ocupação do território. Uma globalização mais centralizada diz respeito à concentração da atividade em torno dos grandes centros urbanos, entendidos como eixos da governação central. Em contraste, uma globalização mais descentralizada corresponde a uma desconcentração de atividades e funções, a qual passa por uma maior distribuição populacional pelo território, vincando o papel das cidades de média dimensão.

Tendo como ponto de partida as chaves dicotómicas anteriormente referidas, foram desenvolvidas no âmbito do RNC 2050 três narrativas¹ (Figura 2.2):

O cenário Fora de Pista é caracterizado fundamentalmente pela manutenção de alguns indicadores fundamentais naquelas que são as suas tendências pesadas², bem como pela não-consideração dos efeitos das alterações climáticas. Este cenário diz respeito, de um modo geral, a uma continuação das políticas atuais e manutenção das características essenciais da sociedade e economia portuguesas, traduzindo a manutenção do *status quo*, numa atitude de inércia.

O cenário Pelotão corresponde ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias que, no entanto, não alteram de modo substantivo os modos de vida das populações nem as estruturas de produção. Estamos perante um cenário em que se registam alterações positivas e adaptação à conjuntura, sem que tal signifique uma real mudança de paradigma.

O cenário Camisola Amarela é sobretudo dominado por uma alteração estrutural e transversal das cadeias de produção, potenciadas pela combinação de um conjunto de tecnologias resultantes da 4.ª Revolução

¹ No RNC 2050, para tornar a mensagem mais fácil de compreender e ser transversal a todos os destinatários, recorreu-se a uma analogia com o ciclismo, desporto popular em Portugal. Esta associação remete para um imaginário simbólico de uma prova de resiliência, com um itinerário a percorrer e metas a atingir, que requer esforço coletivo de uma equipa.

² Tendências pesadas ou megatendências são processos de transformação de longo prazo, de alcance muito vasto e impacto intenso. Trata-se de mudanças sociais, económicas, políticas, ambientais ou tecnológicas globais que se formam lentamente, com a capacidade de influenciar um alargado espectro de atividades, processos e perceções, possivelmente durante décadas.

Industrial. Trata-se de um cenário que envolve a alteração de paradigma de hábitos e práticas, alicerçado nas comunidades e no papel das tecnologias associadas à criatividade e ao conhecimento.

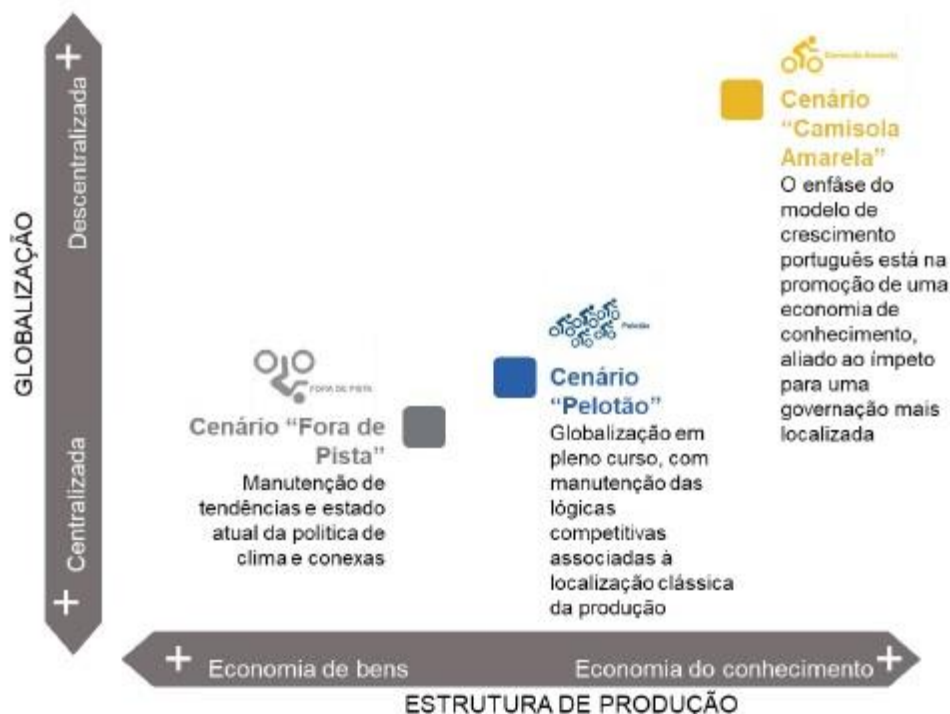


Figura 2.2 - Representação esquemática dos cenários socioeconómicos de evolução do país no horizonte 2050 no âmbito do RNC 2050

Apresentam-se, de modo sumário, os pressupostos de base assumidos em cada cenário prospetivo estabelecido no âmbito da elaboração do RNC 2050 para os setores mais relevantes na utilização da água em Portugal:

- Setor dos resíduos e águas residuais;
- Setor industrial;
- Setores agrícola e pecuário.

2.3.1. Setor urbano

A Figura 2.3 apresenta a evolução estimada do setor dos resíduos e águas residuais no horizonte temporal do RNC 2050, para os cenários Pelotão e Camisola Amarela.

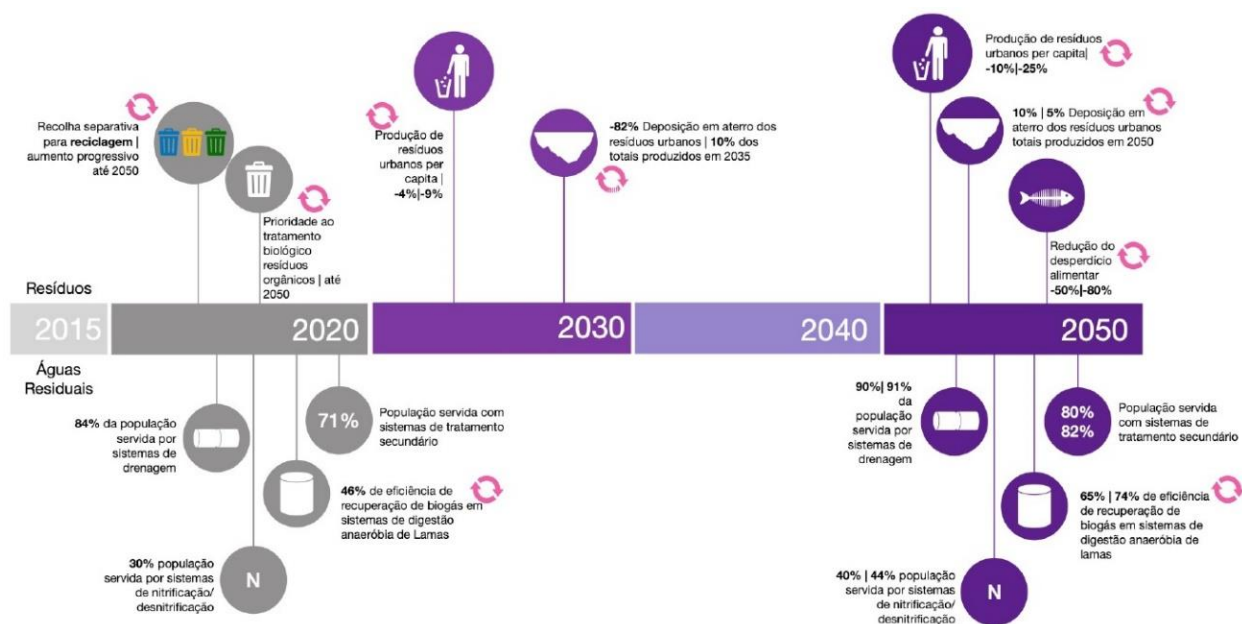


Figura 2.3 – Evolução das principais variáveis do setor dos resíduos e águas residuais nos cenários Pelotão e Camisola Amarela (RNC 2050)

No setor dos resíduos e águas residuais, o RNC 2050 antevê que a produção de resíduos urbanos *per capita* sofra uma redução durante a década de 2020-2030 (4% no cenário Pelotão e de 9% no cenário Camisola Amarela). Nessa década, a deposição dos resíduos urbanos em aterro sofrerá uma redução de 82%.

Não estando disponíveis projeções para 2020-2030, estima-se que, no início desta década, 84% da população seja servida por sistemas de drenagem de águas residuais, que 71% seja servida por sistemas com tratamento secundário e que 30% seja servida por sistemas com tratamento mais avançado de nitrificação/desnitrificação.

Produção de água para reutilização (ApR)

Importa salientar a relevância atribuída à reutilização de água para fazer face à procura crescente, a qual passou a constituir-se como uma origem alternativa de água, contribuindo para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, salvaguardando a utilização presente. A nível global, a reutilização de água expandiu-se desde a rega agrícola ou de espaços verdes e de usos urbanos restritos até aos usos potáveis (indiretos e diretos), tendo as águas residuais tratadas passado a ser encaradas como uma nova origem de água, adicional e/ou alternativa para múltiplos fins.

A nível internacional diversas organizações têm vindo a desenvolver estratégias com vista à promoção da utilização de águas residuais tratadas, designadamente a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional de Normalização (ISO) e, no contexto Europeu, foi recentemente aprovado um Regulamento que estabelece requisitos mínimos para a rega agrícola a partir de águas residuais tratadas de origem urbana. Deste modo, a OMS tem desenvolvido normas para a proteção da saúde humana, em particular quando estejam em causa usos potáveis, i.e., usos que requeiram água com uma qualidade compatível com o consumo humano. A ISO tem vindo a desenvolver normas que visam a utilização de águas residuais tratadas para rega (rega agrícola e paisagística, de espaços públicos e privados), usos urbanos

(sistemas centralizados e descentralizados), usos industriais e a avaliação de risco para a saúde humana e ambiente.

No âmbito da Estratégia Comum para a implementação da Diretiva Quadro da Água foi adotado um guia para a promoção da reutilização de água, como medida para alcançar/manter o Bom estado das massas de água, para a utilização de águas residuais de origem urbana, abrangidas pela Diretiva 91/271/CEE do Conselho de 21 de maio de 1991, transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na rega agrícola, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 348/98, de 9 de novembro, 149/2004, de 22 de junho, 198/2008, de 8 de outubro, e 133/2015, de 13 de julho.

Neste contexto, importa salientar a publicação do regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, assim como da sua utilização (Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto), a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de ApR - Água para reutilização (Portaria n.º 266/2019, de 26 de agosto). Encontra-se também finalizado o guia para apoio à elaboração da avaliação do risco, previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 119/2019. Paralelamente estão a ser desenvolvidos alguns projetos piloto que vão permitir aplicar os procedimentos definidos, garantindo o controlo do processo pelas várias entidades envolvidas, para que seja possível avaliar a qualquer momento a fiabilidade e segurança dos sistemas.

Presentemente, foi também publicado o Regulamento (UE) 2020/741 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de maio de 2020, relativo aos requisitos mínimos para a reutilização da água e a respetiva monitorização e disposições sobre a gestão dos riscos, para a utilização segura da água para reutilização no contexto da gestão integrada da água. Este regulamento tem por objetivo garantir que a água para reutilização, com origem em águas residuais urbanas tratadas, seja segura para a rega agrícola. Desta forma, pretende-se assegurar um elevado nível de proteção do ambiente e da saúde humana e animal, promover a economia circular, apoiar a adaptação às alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da Diretiva Quadro da Água, através de uma reação coordenada em toda a União Europeia aos problemas da escassez de água e às consequentes pressões sobre os recursos hídricos, e contribuindo também para o funcionamento eficiente do mercado interno.

O Regulamento 2020/741 tem por objetivo facilitar o recurso à reutilização da água sempre que tal seja adequado e eficiente em termos de custos, criando um regime favorável para os Estados-Membros que desejem ou necessitem de reutilizar a água, sendo o regulamento suficientemente flexível para permitir a continuação da prática de reutilização da água e, ao mesmo tempo, de modo a que seja possível que outros Estados-Membros apliquem essas regras quando decidirem introduzir esta prática numa fase posterior. Qualquer decisão de não reutilizar a água deverá ser devidamente justificada com base nos critérios estabelecidos neste instrumento legal e revista com regularidade.

A legislação nacional para a reutilização da água está em consonância com os critérios descritos no Regulamento Europeu para a rega agrícola, e garante igual nível de flexibilidade de modo a garantir a viabilidade de múltiplos projetos de reutilização de água com garantia de salvaguarda da saúde pública e ambiente.

Está assim assente que as águas residuais tratadas devem ser reutilizadas, sempre que tal seja possível ou adequado, apostando na sua promoção para diminuir a pressão sobre os recursos hídricos, o que de um modo geral implicará a futura definição de uma estratégia nacional que enquadre, entre outros pontos, a visão, os objetivos estratégicos e operacionais, os indicadores, as metas e as entidades responsáveis.

PENSAARP 2030

O Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) abrange um período compreendido entre 2021 e 2030 e vem dar continuidade aos planos

anteriores e à política pública que foi definida em 1993. Uma das suas principais novidades é o facto de estender a sua abrangência aos serviços de gestão de águas pluviais, algo que não acontecia nos anteriores planos estratégicos.

A visão preconizada pelo PENSAARP 2030 pode ser concretizada através de quatro objetivos globais:

- Serviços eficazes (Objetivo A), que promovam a acessibilidade física, a continuidade e fiabilidade, a qualidade dos produtos, a segurança, resiliência e ação climática e a equidade e acessibilidade económica;
- Serviços eficientes (Objetivo B), que promovam o governo e a estruturação do setor, a organização, modernização e digitalização das entidades gestoras, a gestão e alocação de recursos financeiros, a eficiência hídrica e a eficiência energética e descarbonização;
- Serviços sustentáveis (Objetivo C), que promovam a sustentabilidade económica e financeira, a sustentabilidade infraestrutural, a utilização e recuperação de recursos, o capital humano e a gestão de informação, conhecimento e inovação;
- Valorização dos serviços (Objetivo D), que promova a circularidade e a valorização ambiental e territorial, a valorização empresarial e económica nos mercados interno e externo, a transparência, a responsabilização e a ética, a valorização societal e a contribuição para o desenvolvimento sustentável e a cooperação política internacional.

Estes objetivos globais desdobram-se em duas dezenas de objetivos específicos, que abrangem aspetos prioritários pela sua elevada importância e pelo seu desempenho ainda não satisfatório. Incluem também outros aspetos que, não obstante o já elevado desempenho, têm que ser mantidos por parte do setor, assegurando a sua sustentabilidade futura. Contempladas estão igualmente outras dimensões, que sendo menos prioritárias, merecem a atenção do setor, sobretudo por constituírem desafios e oportunidades de desenvolvimento futuro.

Os objetivos do PENSAARP 2030 assentam na implementação de uma política pública que se consubstancia em torno de 20 componentes estratégicas e respetivos instrumentos de operacionalização, aos níveis da estruturação do setor, da prestação dos serviços e do relacionamento com a sociedade. Tendo presente os objetivos, e com a combinação adequada dos diversos componentes de política pública, foram definidas 70 medidas, parte das quais prioritárias, embora as restantes não deixem de ser importantes para o sucesso do setor.

No que diz respeito ao setor, tais componentes incluem o planeamento estratégico, o quadro legal, regulamentar e normativo, o quadro institucional e articulação setorial e intersetorial, a estruturação, organização e governança das entidades gestoras, o mercado e concorrência, o financiamento, a fiscalidade, a investigação e inovação, e o conhecimento, divulgação, capacitação, assistência técnica e cooperação.

A nível do serviço, essas componentes estratégicas abrangem a gestão organizacional, económica e financeira de recursos infraestruturais, de recursos técnicos e tecnológicos, de recursos humanos, operacional, da informação e ambiental. No plano do relacionamento com a sociedade, essas componentes incluem a proteção e o apoio aos consumidores, a comunicação, a sensibilização e a participação da sociedade, e a transparência, a responsabilização e a ética.

No Quadro 2.9 elencam-se as medidas incluídas no PENSAARP 2030 que mais diretamente se relacionam com o PGRH.

Quadro 2.9 – Medidas do PENSAARP 2030 relacionadas com o PGRH

Medida	Descrição
Medidas para o Objetivo A: Eficácia	
M1	Construção de infraestruturas de abastecimento de água e águas residuais

Medida	Descrição
M2	Construção e renaturalização de infraestruturas de águas pluviais
M3	Conclusão das ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta
M4	Conclusão das ligações dos utilizadores aos sistemas em baixa
M5	Melhoria de sistemas públicos simplificados de abastecimento de água e de águas residuais
M6	Melhoria do controlo de soluções autónomas de abastecimento de água e de águas residuais
M7	Reabilitação de infraestruturas
M10	Melhoria da qualidade das águas residuais rejeitadas
M11	Melhoria da qualidade das águas pluviais rejeitadas
M12	Melhoria do controlo ambiental das captações de água para abastecimento
M13	Melhoria do controlo ambiental das rejeições das águas residuais e pluviais
M14	Responsabilização ambiental de rejeições de águas residuais industriais nas redes
M15	Melhoria dos sistemas prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais
M17	Adaptação dos serviços às alterações climáticas
Medidas para o Objetivo B: Eficiência	
M36	Redução de perdas de água nos sistemas
M37	Redução de afluências indevidas nos sistemas de águas residuais
M38	Redução de afluências indevidas/indesejadas nos sistemas de águas pluviais
M39	Melhoria da macromedição de água de abastecimento e de águas residuais e pluviais
M40	Melhoria da eficiência hídrica das instalações domiciliárias
Medidas para o Objetivo C: Sustentabilidade	
M43	Consolidação da política tarifária nas entidades gestoras
M44	Melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras
M45	Melhoria da gestão patrimonial das infraestruturas
M46	Melhoria do conhecimento cadastral e operacional das infraestruturas
M47	Uso eficiente da água pelos utilizadores e pelas entidades gestoras
M48	Utilização de origens alternativas de água
M49	Gestão e valorização de lamas urbanas e outros subprodutos
Medidas para o Objetivo D: Valorização económica, ambiental, territorial e societal	
M60	Promoção de economia circular e valorização ambiental nos serviços associados
M61	Articulação dos serviços com o ordenamento do território
M62	Reforço da valorização societal dos serviços e da transformação de comportamentos

As principais necessidades de investimento infraestrutural no âmbito do PENSAARP 2030 foram estimadas em 5400 M€ para os próximos dez anos, desdobradas em 1100 M€ para a conclusão da construção de ativos, 3800 M€ para a reabilitação de ativos, o que corresponde à maior parcela, e 500 M€ para resiliência, modernização e descarbonização. Há que adicionar os investimentos infraestruturais nos sistemas de águas pluviais, uma vez que nesta fase não existe informação de base disponível que os permitam quantificar. Adiciona-se também a estas necessidades um valor estimado em 900 M€ para a implementação de um vasto conjunto de medidas não infraestruturais previstas no plano, muitas delas de fácil implementação e com ganhos de curto prazo.

Necessidades de investimento

No Quadro 2.10 são projetadas as necessidades futuras em termos de investimento nos domínios do abastecimento de água (AA) e da drenagem e tratamento de águas residuais (AR) saneamento para um cenário *Business-as-Usual* (BAU) e para cenários de conformidade (*compliance*) com as principais diretivas, de acordo com um estudo levado a cabo pela OCDE.

Os cenários de conformidade consistem em duas dimensões:

1. Investimentos necessários para cumprir o disposto na Diretiva relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano (DACH) revista, aumentar o acesso a populações vulneráveis e melhorar a eficiência da rede (reduzir perdas);
2. Investimentos necessários para cumprir o disposto na Diretiva relativa ao tratamento das águas residuais urbanas (DARU).

Quadro 2.10 - Necessidades de investimento projetadas até 2050 pela OCDE (milhões de euros) para AA e AR

		Baseline 2015	2020	2030	Total 2030	2040	2050
BAU: AA e AR	CAPEX	877	863	844	-	805	749
	TOTEX	1 184	1 204	1 244		1 259	1 249
Cenário conformidade + AA e AR	CAPEX adicional	-	356	288	3 578	-	-
	TOTEX adicional		507	434	5 135		
Conformidade com a DACH, acessibilidade e eficiência (AA)	CAPEX adicional	-	19	19	192	-	-
	TOTEX adicional		37	37	373		
Conformidade com a DARU (AR)	CAPEX adicional		337	269	3 386		
	TOTEX adicional	-	469	397	4 762	-	-

Fonte: OCDE com base em dados Eurostat/Comissão Europeia/ONU

Notas:

DACH – Diretiva da qualidade da água destinada ao consumo humano

DARU – Diretiva do tratamento das águas residuais urbanas

CAPEX (*Capital Expenditure*) – Despesas de capital

TOTEX (*Total Expenditure*) – Despesas totais

As projeções num cenário BAU relativamente a despesas futuras com abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais são estimadas com base no crescimento da população urbana.

Os cenários adicionais assentam em fatores relacionados com a conformidade com as Diretivas relativas à qualidade da água destinada ao consumo humano e ao tratamento das águas residuais urbanas, bem como (no caso do abastecimento de água) o custo da ligação dos grupos mais vulneráveis da população e a redução das perdas.

As projeções não tiveram em consideração a idade e a taxa de renovação dos ativos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais, devido à falta de dados abrangentes e comparáveis entre os Estados-Membros da UE.

Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP 2030)

O ECO.AP 2030 – Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro, tem como objetivo promover a descarbonização e a transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado, contribuindo para as metas de redução de gases com efeito de estufa, de redução de consumos de energia, de água e de materiais, de incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia, estabelecidas a nível nacional para 2030, bem como para promover a gestão eficiente destes recursos na Administração Pública.

O ECO.AP 2030 incide sobre os consumos de energia, água e materiais, produção de energia renovável, soluções de armazenamento de energia, bem como de emissões de GEE, existentes nas instalações, afetas a

edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas. Aplica-se a todas as entidades da Administração Pública, direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos, tendo por referência a base de dados do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).

Neste contexto, assume particular relevância uma abordagem integrada dos recursos, com ganhos ambientais e económicos, em especial através do alargamento à eficiência hídrica, não apenas pela forte relação entre água e energia, como também pela urgência de uma transição hídrica a par da energética, bem como através do alargamento à melhoria da eficiência material, uma vez mais com a Administração Pública a dar o exemplo. No que concerne à eficiência hídrica, o ECO.AP 2030 tem como meta contribuir para uma redução de 20 % no consumo de água.

Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)

A Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro, é um importante instrumento para que Portugal atinja os objetivos em matéria de energia e clima a que se propõe no âmbito do PNEC 2030 e do RNC 2050. Para tal, preconiza uma profunda renovação energética do parque edificado existente. Reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes potencia o alcance de múltiplos objetivos, tais como a redução da fatura e dependência energética do país, melhoria ao nível do conforto e qualidade do ar interior, benefícios para a saúde, produtividade laboral, redução da pobreza energética, entre outros.

Na ELPRE analisam-se as necessidades energéticas e o conforto térmico do parque de edifícios em Portugal, assim como o seu potencial em termos de co-benefícios e impacte económico. A ELPRE decorre do disposto no artigo 2.º-A da Diretiva (UE) 2018/844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018.

No âmbito da ELPRE estão incluídas, entre outras, ações que visam a promoção da revisão do regime de propriedade horizontal, integrando o incentivo à realização de obras que promovam a eficiência hídrica; a regulação e fomento da adoção de medidas de eficiência hídrica e introdução de fontes alternativas de água aquando das reabilitações das propriedades comuns dos edifícios, incentivando à instalação de sistemas e configuração de redes prediais que permitam o aproveitamento de águas pluviais e águas cinzentas domésticas para fins compatíveis, bem como outras de gestão de água nos edifícios; a criação de um quadro de normas de qualidade associadas ao setor da construção de forma a permitir a avaliação e comparabilidade das medidas de eficiência hídrica; e a educação e formação em eficiência hídrica e nexus água-energia nos edifícios.

AQUA+/ADENE

Desenvolvido e implementado pela ADENE – Agência para a Energia em colaboração com a APA e diversas entidades do sistema científico e tecnológico nacional, o AQUA+ é um referencial voluntário, independente e comparável, de âmbito nacional, e um instrumento importante para introduzir preocupações de eficiência hídrica, ainda pouco disseminadas, em novos projetos e novas construções, bem como na área da reabilitação e na melhoria de imóveis em utilização. O AQUA+ permite determinar e comunicar numa escala de F (menos eficiente) a A+ (mais eficiente), o desempenho hídrico de imóveis.

Trata-se de um sistema inovador que visa contribuir para a operacionalização de políticas públicas e para a promoção de uma nova cultura de empreendedorismo e inovação no setor dos edifícios, produtos e equipamentos que valorizem o recurso água. Criado em 2019 e abrangendo inicialmente os edifícios residenciais, o AQUA+ incluirá novas tipologias de edifícios e setores de atividade, designadamente, edifícios turísticos (AQUA+ Hotéis) e de comércio e serviços.

O nível de eficiência no uso da água é avaliado por empresas e auditores qualificados que também aconselham medidas de melhoria e identificam oportunidades de poupança, promovendo simultaneamente a implementação e valorização das melhores soluções neste domínio. Com o incremento da procura de soluções mais eficientes e com a atribuição de maior relevância ao desempenho hídrico dos imóveis, espera-se que se verifique a expansão do mercado de consultores e auditores AQUA+, assim como do mercado para empresas que desenvolvem e comercializam equipamentos mais eficientes em termos do uso da água e mercados adjacentes.

2.3.2. Setor indústria e energia

O debate em torno da reindustrialização e da reconversão industrial do País tem vindo a crescer de intensidade, quer por via de congressos e encontros técnicos setoriais, quer, sobretudo, da menção a tal temática em documentos que visam antecipar a evolução económica e social de Portugal ao longo dos próximos anos. Com efeito, diversas iniciativas têm procurado perspetivar o impacte na atividade industrial, entre outros aspetos, da transição digital, da automação ou da prossecução de modelos de negócio mais circulares.

Portugal dispõe de recursos endógenos que são essenciais para a transição energética e para a evolução futura da sociedade e da economia nacionais. A aposta na reindustrialização deve assentar num modelo de produção e de consumo sustentável, digital e qualificado, baseado numa utilização menos intensiva de recursos, designadamente energia e água. Na era da quarta revolução industrial, caracterizada pela preponderância da digitalização da sociedade e da economia, a transição digital assume inegável importância enquanto um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do País.

A necessidade da aposta na industrialização e na inovação e reconversão industrial tornou-se ainda mais premente no contexto da pandemia de COVID-19, constituindo um elemento fundamental para reforçar a autonomia estratégica dos Estados-Membros e da União Europeia, aumentando a resiliência económica e reduzindo a dependência de componentes ou de matérias-primas críticas e a exposição a riscos de novas disrupções de cadeias de valor muito extensas.

Neste âmbito assumem especial relevância os sistemas agroalimentares, essenciais para a autonomia estratégica dos países e que enfrentam grandes desafios ligados ao aumento da produtividade agrícola, à conservação dos recursos naturais e às preocupações de saúde pública, num quadro de resposta aos efeitos das alterações climáticas e à transição digital.

No documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” (julho 2020), elaborado pelo Prof. António Costa e Silva, são enquadradas e apresentadas as prioridades que o autor entende deverão orientar a ação governativa no quadro da recuperação dos nefastos efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia de COVID-19.

Entre os dez eixos estratégicos elencados no documento, no quinto (“Reindustrialização do País – Uma Indústria Competitiva e de Futuro”) o autor defende que a reindustrialização deverá radicar num programa que seja capaz de criar condições económicas favoráveis à emergência e consolidação de empresas competitivas à escala global, utilizando as tecnologias digitais, a inteligência artificial, a impressão 3D, o *big data*, o *machine learning* (aprendizagem automática) e a robótica avançada, as nanotecnologias, a sensorização, para desenhar e desenvolver produtos competitivos e de alto valor acrescentado. Salienta ainda que “a reindustrialização do país deve assentar em empresas que funcionam como unidades produtivas digitalmente integradas, que casam o mundo físico e digital, para crescer nos mercados europeus e globais.”

Na opinião do mesmo autor, o programa de reindustrialização poderá abranger todos os setores da economia, em especial da indústria transformadora, dos moldes e injeção de plásticos, química,

metalomecânica, têxteis e calçado, indústria automóvel e aeronáutica, até aos novos materiais e produtos compósitos. Poderá incluir o fornecimento de componentes para veículos elétricos, sistemas de carregamento e *software*; o setor energético, dinamizando o solar e a biomassa, e apostando no desenvolvimento do *software* para redes elétricas inteligentes e para a Internet-das-Coisas; a construção naval, na reparação de navios e no seu desmantelamento; o tratamento de resíduos com o desenvolvimento de soluções tecnológicas para a reciclagem de sucatas e o processamento de resíduos; a indústria de serviços, em articulação com a engenharia, o *design* e o *software*.

Em particular no setor da produção de energia a partir de fontes renováveis, Portugal dispõe de potencial para alcançar a descarbonização total do Sistema Elétrico Nacional, devendo as soluções implementadas estar em consonância com os objetivos ambientais definidos no PGRH. O País possui um forte setor primário na fileira florestal, agroalimentar, pesca e aquicultura e *know how* científico suficiente para fazer emergir setores relacionados com a bioeconomia. Também no domínio da economia azul, Portugal tem excelentes condições para se desenvolver no contexto das ciências marinhas e biotecnológicas que poderão servir de base para a transformação das suas indústrias, desenvolvidas em consonância com os objetivos definidos na DQA e na DQEM.

No que concerne à indústria extrativa, Portugal dispõe de reservas de minerais estratégicos essenciais para a transição energética e a descarbonização. Num quadro da preparação de um futuro de baixo-carbono, haverá um recrudescimento significativo da procura de matérias-primas minerais fundamentais para a fabricação de tecnologias de energias mais limpas (solar, eólica) e para a eletrónica de precisão. No entanto esta exploração deverá sempre atender aos princípios e orientações enunciados no capítulo 3.1. É importante o investimento em novas tecnologias de mineração, com especial destaque para técnicas de prospeção não-invasivas, automação e robótica, desenvolvimento de tecnologias de *digital mining* e *smart mining*, que reduzam os consumos de água e de energia e diminuam os riscos ambientais associados à atividade, que tantos passivos ambientais originou num passado não muito distante. Haverá, portanto, que transformar o problema ambiental dos resíduos mineiros numa oportunidade de recuperação de recursos valorizáveis.

Ainda de acordo com o documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, no processo de reindustrialização do País, deverá ser dada prioridade a projetos de investimento nos seguintes setores (Silva, A. C., 2020):

- Engenharia de produtos e sistemas complexos com base nas tecnologias digitais;
- Indústrias e economia de Defesa;
- Produção de energia a partir de fontes renováveis;
- Hidrogénio verde, que deverá ser produzido usando água do mar para não criar maiores desequilíbrios na água doce disponível;
- Bioeconomia sustentável;
- Lítio, nióbio, tântalo e terras raras;
- Mar.

No âmbito da reconversão industrial, importa salientar a necessidade de preparar o tecido industrial nacional para os desafios futuros, assegurando a transição energética e a descarbonização, através da adoção de modelos de economia circular, menores consumos de água (apostando por isso na recirculação e reutilização) e a transformação digital das empresas, apostando em cadeias curtas e nos recursos endógenos. Este processo poderá ser aprofundado se a União Europeia o considerar no âmbito de uma “soberania industrial europeia”, identificando as fragilidades reveladas no que diz respeito à dependência da Europa de equipamentos críticos fabricados no exterior e potenciando a reorganização das cadeias produtivas e logísticas. Neste âmbito, são identificados os seguintes planos de investimento e programas (Silva, A. C., 2020):

- Reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento;
- Indústrias metalomecânicas, de produção de bens de equipamento e desenvolvimento de processos;
- Empresas na área da economia circular;
- Descarbonização da indústria nacional;
- Reconversão e apoio à transição da indústria automóvel e da mobilidade;
- Apoio à internacionalização das empresas;
- Valorização dos produtos exportados e promoção da marca Portugal;
- Atração de investimento externo.

Para concretizar estes desígnios é ainda fundamental que sejam criados programas de investimento direcionados para o apoio à investigação e desenvolvimento e à transferência da investigação para a criação de produtos competitivos.

No plano industrial, o Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030 faz referência à necessidade de remediação e recuperação ambiental de locais contaminados de antigas áreas industriais, mineiras e pedreiras abandonadas. Relativamente à gestão de efluentes agropecuários e agroindustriais, o PNI 2030 foca a necessidade de adaptação das unidades produtivas, a adoção de soluções técnicas de promoção da economia circular na gestão de efluentes e a adaptação dos sistemas de saneamento para assegurar a proteção das massas de água.

No que concerne à neutralidade carbónica, o PNI 2030 realça que se torna imperativo o progressivo abandono da utilização dos combustíveis fósseis, seja na produção de eletricidade ou na indústria, com aposta na eletrificação, no encerramento das centrais térmicas a carvão, na introdução do hidrogénio e outros gases renováveis, no aumento da produção e utilização de energia proveniente de fontes renováveis em todos os setores da economia e na eficiência energética. Quanto à economia circular, a aposta vai também para a criação de simbioses industriais em termos de subprodutos, resíduos, energia e água.

Também o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) preconiza que uma indústria forte e baseada no conhecimento é fundamental para a recuperação económica e para uma resposta eficaz aos novos desafios sociais, como sejam a transição ecológica e digital. A industrialização do País deve, por este motivo, ser encarada como uma das vias prioritárias para desenvolver o potencial de crescimento da economia portuguesa, contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e garantir uma melhoria sustentável do nível de vida da população.

A reindustrialização do país, alinhada com os desígnios da transição climática e da transformação digital, e a melhoria do perfil de especialização permitem reforçar a autonomia estratégica e o aumento da resiliência económica, reduzindo a dependência de componentes ou matérias-primas críticas, assim como a exposição a riscos de disrupção em cadeias de valor muito extensas e a vulnerabilidade a choques externos.

A Componente 5 “Capitalização e Inovação Empresarial” visa aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em Investigação e Desenvolvimento (I&D), inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica, originada pela pandemia de COVID-19, e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

No tocante à inovação e renovação do tecido produtivo e empresarial, estão previstas iniciativas favorecedoras de um maior esforço de I&D colaborativo, através de um programa inovador de dinamização de projetos mobilizadores estratégicos. Deste modo, pretende-se contribuir para a melhoria do perfil de especialização da estrutura da oferta portuguesa, com o objetivo de aumentar o peso da indústria transformadora na estrutura económica nacional. As medidas de investimento em inovação previstas na componente C5 contribuem para a alteração do perfil de especialização da economia para fileiras industriais mais desenvolvidas, fomentando um aumento da competitividade e resiliência da economia portuguesa.

Neste quadro, há ainda que mencionar a dinamização de Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, com realce para a reindustrialização, mediante a definição, apoio e promoção de um conjunto restrito de Agendas em áreas estratégicas inovadoras. O objetivo passa por acelerar a transformação estrutural da economia portuguesa, melhorando o seu perfil de especialização, através da formação de consórcios sólidos e estruturantes que garantam o desenvolvimento, a diversificação e a especialização de cadeias de valor nacionais, prosseguindo metas objetivas ao nível das exportações, emprego qualificado e investimento em I&D.

Também avultam as Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial, que pretendem reforçar a importância do crescimento verde e da inovação em domínios relevantes para a aceleração da transição verde. Visa dinamizar um número limitado de Agendas Verdes para a inovação empresarial, com ênfase na reindustrialização, devendo os projetos colaborativos a apoiar permitir alavancar o desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, com elevado valor acrescentado e incorporação de conhecimento e tecnologia, que permita responder ao desafio da transição verde em direção à sustentabilidade ambiental.

Por seu lado, a Componente 11 “Descarbonização da Indústria” almeja a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030). Constitui um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.

A Componente 12 “Bioeconomia Sustentável” visa desenvolver as iniciativas necessárias à alteração de paradigma para acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos (em alternativa às matérias de base fóssil). Através de uma transição para a bioeconomia sustentável é possível apoiar a modernização e a consolidação da indústria por meio da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos, apresentando-se assim como uma oportunidade para toda a Europa. A promoção da bioeconomia assenta, pois, na produção de novos produtos de alto valor acrescentado, a partir de recursos biológicos em três setores estratégicos para a economia portuguesa: têxtil e vestuário, calçado e resina.

A Componente 14 “Hidrogénio e Renováveis” pretende promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável. E, deste modo, fomentar o crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial e reduzir a dependência energética nacional.

Quanto à Componente 16 “Empresas 4.0”, dirigida especificamente ao reforço de digitalização das empresas, tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas. Pretende-se ainda que esta componente dê um contributo decisivo para a transformação digital dos modelos de negócio das pequenas e médias empresas, permitindo-lhes um reposicionamento dos seus negócios num ecossistema digitalmente avançado, incluindo medidas que visam reforçar a competitividade do tecido empresarial português, conseguido através da capacitação de empresas e de recursos humanos para um contexto digital.

A Agenda Temática 2 do PRR “Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento” centra-se no reforço das qualificações e da competitividade, potenciando a transformação estrutural do tecido produtivo, respondendo também aos novos desafios tecnológicos e societários associados à transição digital e à Indústria 4.0.

O PRR prevê a implementação de várias reformas, em particular de promoção da I&D e do investimento inovador das empresas (RE.r09) com o objetivo de aumentar o peso da indústria transformadora na estrutura económica nacional e o alargamento e consolidação da rede de instituições de interface (RE-r11), de forma a dotar esta rede dos recursos necessários à maximização do seu impacto na transferência de tecnologia e na valorização económica do conhecimento. Ao nível da reindustrialização da economia portuguesa importa sublinhar a diferente abordagem quanto à integração de todo o círculo virtuoso da inovação, algo que não tem sido prática nos programas operacionais.

No âmbito da reconversão industrial e da reindustrialização, cabe ainda referir a iniciativa Indústria 4.0, integrada na Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia, que pretende gerar condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria e serviços nacionais no novo paradigma da economia digital, através de um conjunto de medidas que assentam em três eixos de ação:

1. Acelerar a adoção da i4.0 pelo tecido empresarial português

Visa dotar o tecido empresarial com conhecimento e informação através do programa Capacitar i4.0, implementado em conjunto com a Iniciativa Nacional Competência Digitais e.2030 (InCoDe.2030) e promover um conjunto de ferramentas que facilitem a transformação empresarial.

2. Promover os fornecedores tecnológicos portugueses como *players* i4.0

Pretende capitalizar o ecossistema científico e tecnológico, criando um contexto favorável ao desenvolvimento de *startups* i4.0 que possam apresentar projetos com impacto na digitalização da economia.

3. Tornar Portugal um polo atrativo para o investimento em i4.0

Tem como objetivo comunicar Portugal enquanto *hub* de partilha de experiências e *know-how* para atração de recursos, criando condições favoráveis (legais e fiscais) para o investimento direcionado à Indústria 4.0.

Reconverter a indústria e reindustrializar o País deverá necessariamente implicar que este processo, que poderá significar crescimento económico, tenha em atenção a múltipla e complexa teia de questões ligadas aos impactes ambientais das diversas atividades industriais, nomeadamente ao nível do uso eficiente da água e da proteção ambiental das massas de água – superficiais e subterrâneas, em quantidade e qualidade – e dos ecossistemas dependentes.

A Figura 2.4 apresenta a evolução estimada do setor industrial no horizonte temporal do RNC 2050, para os cenários Pelotão e Camisola Amarela.

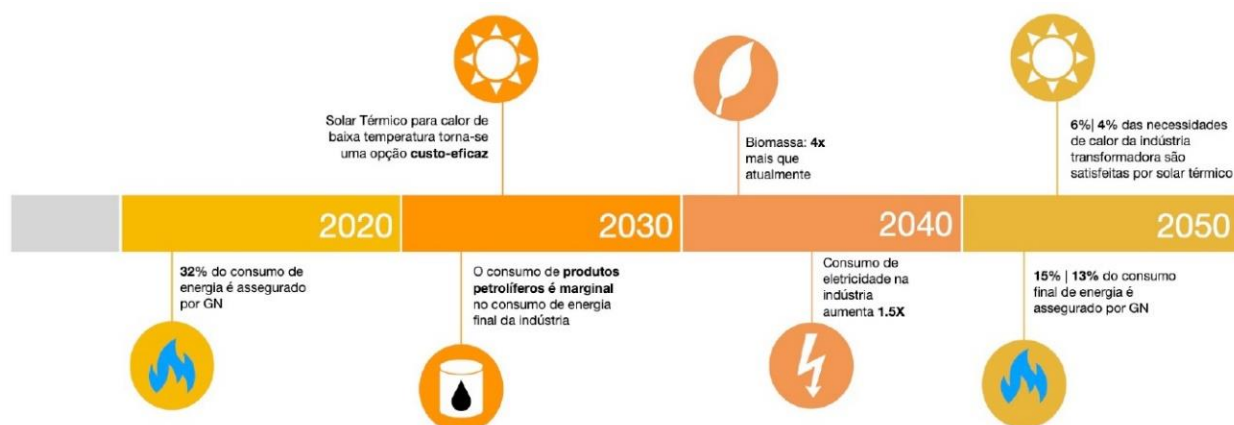


Figura 2.4 – Evolução das principais variáveis do setor industrial nos cenários Pelotão e Camisola Amarela (RNC 2050)

Antevê-se que o consumo de produtos petrolíferos seja marginal no consumo de energia final da indústria (2020-2030). O solar térmico para calor de baixa temperatura torna-se uma opção custo-eficaz. No subsetor da pasta e do papel, particularmente impactante nos recursos hídricos, há uma redução acentuada da produção de papel de impressão, em resultado da digitalização, e um aumento significativo da produção de *tissue* e papel de embalagem, neste último caso em resultado da substituição das embalagens plásticas.

Estratégia para o Hidrogénio (EN-H2)

A Estratégia e o Plano Nacional para o Hidrogénio foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto, e tem como objetivo principal introduzir um elemento de incentivo e de estabilidade para o setor energético, promovendo a introdução gradual do hidrogénio verde enquanto pilar sustentável e integrado numa estratégia mais abrangente de transição para uma economia descarbonizada, enquanto oportunidade estratégica para o país

A pressão sobre os recursos hídricos inclui o aumento da procura pelos vários setores de atividade económica e a necessidade de adaptação às alterações climáticas, enquanto se procuram reduzir as ineficiências que continuam a ser elevadas. Deste modo, importa garantir o uso sustentável dos recursos hídricos, permitindo diminuir os consumos de água para efeitos da produção de hidrogénio, procurando, designadamente, maximizar a produção e a utilização de água para reutilização (ApR) – a partir de águas residuais tratadas – e utilizar água do mar para esse efeito. Sem prejuízo de uma avaliação caso-a-caso, os projetos, por muito importantes que sejam para o setor da energia e das suas metas, não poderão colocar em causa os objetivos ambientais da Lei da Água nem as utilizações existentes de grande importância social e económica

A água é uma componente importante da produção do hidrogénio. O processo de eletrólise consome água como matéria-prima na ordem dos 9 litros/kg de hidrogénio produzido, o que torna o consumo de água para este efeito relevante, mas na mesma ordem de grandeza de outras tecnologias produtoras de energia final. Por exemplo, o consumo de água para produção de eletricidade é muito variável consoante o tipo de sistema de arrefecimento para centrais termoelétricas – 1 a 4 429 m³/GWh – ou tipo de energia renovável – 4 a 456 m³/GWh para a lavagem de painéis fotovoltaicos.

Por outro lado, com o tratamento adequado para o efeito, a utilização da água residual tratada tendo em vista a produção de hidrogénio poderá constituir uma alternativa económica e ambientalmente sustentável para este recurso. Importa realçar que são ainda poucos os sistemas que produzem águas residuais tratadas

para reutilização. Atualmente apenas 30 entidades gestoras produziram águas residuais tratadas para reutilização, correspondendo a cerca de 8,5 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a apenas 1,2% da água residual tratada em estações de tratamento.

Também no setor industrial, o aproveitamento de águas residuais resultantes dos processos industriais, poderá constituir uma alternativa e ser reaproveitada na produção de hidrogénio, que por sua vez, poderá ser consumido diretamente no local de produção, recuperando parte da água gasta no processo, promovendo uma nova alternativa para substituição de combustíveis fósseis neste setor.

O aproveitamento deste vasto recurso, cuja reutilização atualmente é pouco significativa e que se pretende aumentar, representa uma oportunidade para promover sinergias entre o setor energético e setor da água (explorando o nexo água-energia), dinamizando a produção de hidrogénio à escala local com dispersão territorial que possibilita o acesso generalizado a esta nova forma de energia.

Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio (PPP Lítio)

O Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio (PPP Lítio) encontra-se a jusante de decisões estratégicas anteriores (por exemplo, o Acordo de Paris e o consequente quadro legislativo associado à mitigação das alterações climáticas) as quais justificam a aposta na neutralidade carbónica e na eletrificação da cadeia produtiva e de transportes. É este enquadramento que explica porque é que o lítio se tornou um recurso geológico com valor. Está em curso a avaliação ambiental das áreas a submeter a procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio, determinada pelo Despacho n.º 1522/2021, de 8 de fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto e da Energia. A avaliação ambiental em curso não integra a atividade de aproveitamento dos depósitos minerais e, conforme é reconhecido, os impactos gerados pelas atividades de prospeção e pesquisa mineral são mínimos e pontuais, não sendo comparáveis com os impactos nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos resultantes da subsequente fase de exploração mineira.

No Quadro 2.11 são apresentadas as oito áreas de prospeção e pesquisa de lítio, a sua área total (km²) e as regiões hidrográficas abrangidas por cada uma dessas áreas.

Quadro 2.11 – Áreas de prospeção e pesquisa de lítio

Área de prospeção e pesquisa de lítio (PPP Lítio)	Área total (km ²)	Concelhos	Regiões hidrográficas abrangidas
Arga (Blocos A, B, C)	247,7	Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira	RH1 (Minho e Lima)
Seixoso-Vieiros	243,7	Amarante, Celorico de Basto, Fafe, Felgueiras, Guimarães e Mondim de Basto	RH2 (Cávado, Ave e Leça) RH3 (Douro)
Massueime	499,7	Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso	RH3 (Douro) RH4A (Vouga, Mondego e Lis)
Guarda-Mangualde C (Blocos N e S)	421,5	Belmonte, Covilhã, Fundão e Guarda	RH3 (Douro) RH4A (Vouga, Mondego e Lis) RH5A (Tejo e Ribeiras do Oeste)
Guarda-Mangualde E	497	Almeida, Belmonte, Guarda e Sabugal	RH3 (Douro) RH4A (Vouga, Mondego e Lis) RH5A (Tejo e Ribeiras do Oeste)
Guarda-Mangualde W	376,6	Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Mangualde, Penalva do Castelo e Seia	RH4A (Vouga, Mondego e Lis)
Guarda-Mangualde NW	444,9	Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, Seia e Viseu	RH4A (Vouga, Mondego e Lis) RH5A (Tejo e Ribeiras do Oeste)

Área de prospeção e pesquisa de lítio (PPP Lítio)	Área total (km ²)	Concelhos	Regiões hidrográficas abrangidas
Segura	311,3	Castelo Branco e Idanha-a-Nova	RH5A (Tejo e Ribeiras do Oeste)

Painéis fotovoltaicos flutuantes em albufeiras

A transição energética e a descarbonização da economia e da sociedade têm incrementado a procura de novas opções em termos da produção de energia a partir de fontes renováveis. A competitividade daí resultante motiva a procura de diferentes soluções, com base na combinação dos diversos recursos naturais disponíveis e em tecnologia avançada. No entanto, é preciso avaliar o impacto na qualidade da água das albufeiras, nas origens de água para abastecimento e na segurança das infraestruturas hidráulicas. Numa primeira fase, e dos poucos estudos existentes, considerou-se que a área a ocupar por estes painéis não deve ultrapassar os 10% da área total, sendo que no caso das albufeiras a sul do rio Tejo a área total a considerar é a que corresponde ao nível mínimo de exploração, atendendo às dificuldades crescentes destas albufeiras atingirem o NPA. No entanto, será sempre necessária uma avaliação caso-a-caso, e os projetos, por muito importantes que sejam para o setor da energia e das suas metas, não poderão colocar em causa os objetivos ambientais da Lei da Água nem as utilizações existentes de grande importância social e económica.

Têm vindo a ser testadas soluções que envolvem a combinação da energia hídrica e da energia solar, nomeadamente através da instalação de plataformas de painéis fotovoltaicos flutuantes em albufeiras.

Uma estrutura com este propósito é geralmente constituída por painéis fotovoltaicos apoiados numa plataforma flutuante com sistema de ancoragem ao substrato rochoso da albufeira.

2.3.3. Setor agropecuário

A Figura 2.5 apresenta a evolução das principais variáveis dos setores agrícola e pecuário no horizonte temporal do RNC 2050, cenário Pelotão.

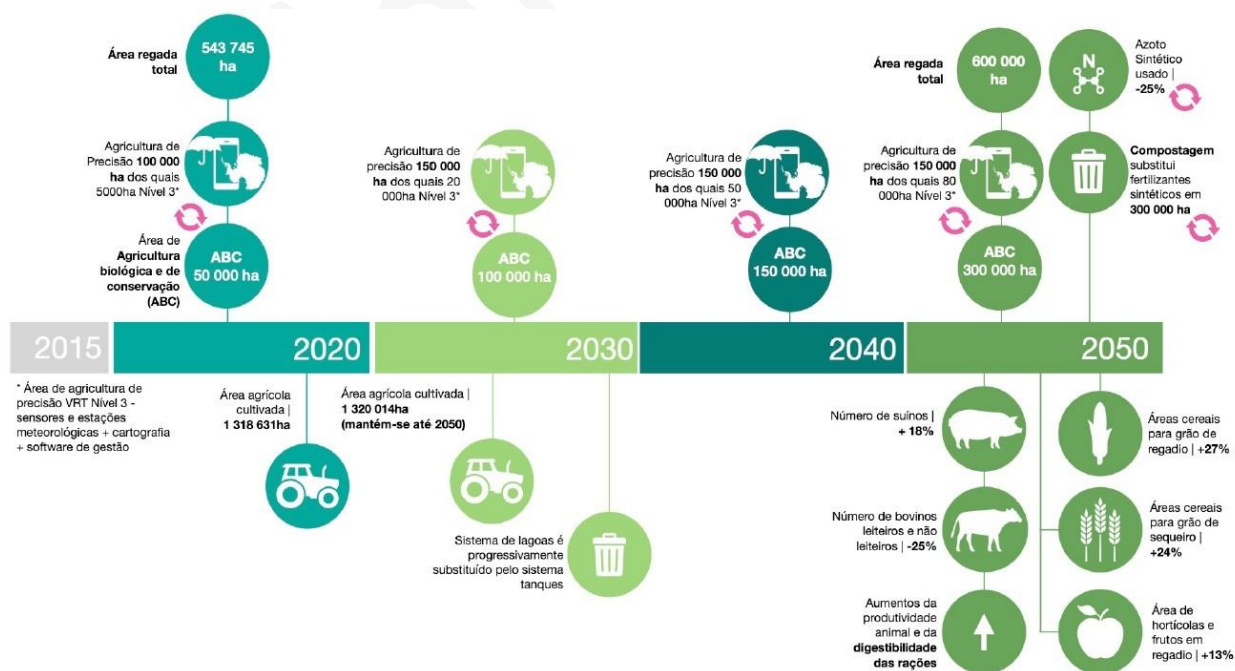


Figura 2.5 - Evolução das principais variáveis dos setores agrícola e pecuário no cenário Pelotão (RNC 2050)

De acordo com este cenário, a área agrícola cultivada ascenderá a 1 320 014 ha em 2030 (valor considerado estável até 2050) face a atual área de 1 318 631 ha, estimando-se que a agricultura de precisão³ abranja cerca de 150 000 hectares, cerca de mais 50% do que a atual. No que respeita à área regada estima-se que chegará aos 600 000 ha em 2050. Por seu turno, a agricultura biológica e de conservação será aplicada em cerca de 100 000 hectares em 2030, um aumento de 100% face ao atual.

A Figura 2.6 apresenta a evolução das principais variáveis dos setores agrícola e pecuário no horizonte temporal do RNC 2050, cenário Camisola Amarela:

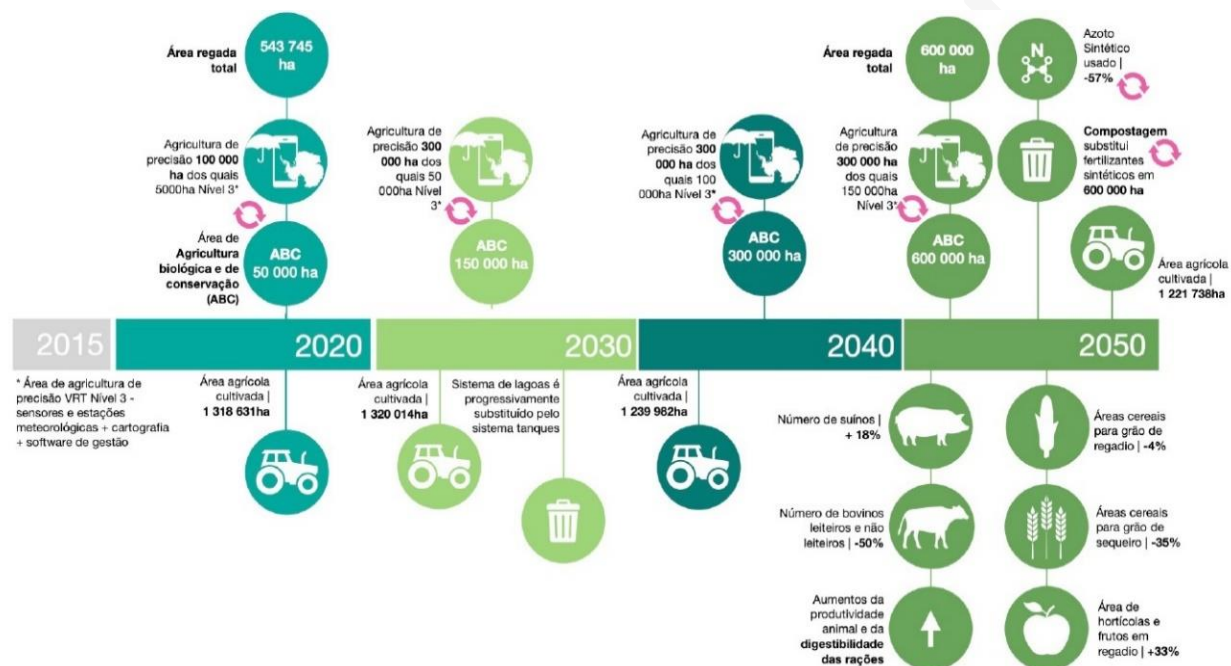


Figura 2.6 – Evolução das principais variáveis dos setores agrícola e pecuário no cenário Camisola Amarela (RNC 2050)

No cenário Camisola Amarela, a área agrícola cultivada será a mesma do cenário Pelotão, prevendo-se, contudo, que a agricultura de precisão seja utilizada em cerca de 300 000 hectares, ou seja, o dobro do previsto no cenário Camisola Amarela. A agricultura biológica e de conservação abrangerá cerca de 150 000 hectares um aumento de 200% face ao atual.

A agricultura é um setor essencial para qualquer sociedade, funcionando não apenas como atividade económica, mas também como elemento agregador e estruturante do território. A perspetiva de recuperação do interior e a minimização dos riscos de incêndios tem de passar pelo setor da agricultura e da floresta.

Mas o seu desenvolvimento não pode ser realizado sem estar integrado uma política ambiental sustentável, tanto ao nível da utilização da água e do solo, como ao nível da utilização dos fertilizantes e fitofármacos.

³ Segundo o “Guia de Apoio das Explorações Agrícolas”, editado pela DGADR, entende-se por agricultura de precisão o “conjunto de técnicas com aplicação nas explorações agrícolas que permitem aumentar a segurança das decisões agrónomicas na exploração agrícola, aumentando a produtividade das parcelas e reduzindo os custos de produção e os impactos ambientais”.

Futuro da Política Agrícola Comum (PAC)

Criada em 1962, a Política Agrícola Comum (PAC) tem vindo, ao longo da sua história, a responder aos desafios colocados pela sociedade europeia. Do objetivo primeiro de garantir a segurança alimentar, à integração de objetivos ambientais, climáticos e territoriais, a PAC tem-se constituído como um dos principais alicerces da construção europeia neste último meio século e um fator de estabilidade num contexto incerto do ponto de vista geopolítico.

O processo de revisão da PAC, temporalmente coincidente com a elaboração do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia (UE) para o período 2021-2027, veio reforçar o sentido de exigência e de uma eficaz, eficiente e sustentável aplicação dos recursos na atividade agrícola. Perante os desafios para o período pós-2020 e a emergência de novas ambições, a nova PAC deve renovar o sentido de responsabilidade na construção de uma política geradora de elevado valor acrescentado europeu.

Este processo de revisão deve conduzir, no período pós-2020, a uma PAC mais moderna e simplificada, que atue de modo equilibrado no abastecimento de alimentos ao mercado e na sustentabilidade dos territórios rurais, designadamente através ao apoio à estabilização de rendimentos e ao incentivo ao investimento, sem descurar os aspetos ambientais, em geral, e ligados aos recursos hídricos, em particular.

A PAC tem entre os seus princípios o de garantir o abastecimento alimentar através de uma utilização adequada dos recursos, para o que são necessários níveis de rendimento adequados aos agricultores para que a atividade seja atrativa. A atividade agrícola tem características únicas que interagem com o ambiente, o clima, os recursos naturais, a paisagem, o território, a saúde e os outros setores da economia (a indústria, o comércio, a restauração, o turismo), assim como com os consumidores, e desempenha outras importantes funções que a PAC deve estimular.

A PAC no período pós-2020 deve prosseguir os seguintes objetivos principais (GPP):

- i. Manutenção da atividade produtiva, assegurando a resiliência agrícola, a ocupação e vitalidade das zonas rurais;
- ii. Desenvolvimento de uma agricultura eficiente e inovadora, capaz de garantir relações equilibradas para os agricultores na cadeia alimentar e de satisfazer as necessidades alimentares e nutricionais dos cidadãos;
- iii. Preservação dos recursos naturais: solo, água e biodiversidade, das paisagens diversificadas, assim como uma resposta concertada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Baseada em dois pilares fundamentais, a arquitetura da PAC contribui para diversos objetivos comuns, que exigem uma maior coordenação dos seus instrumentos que potencie, ainda mais, a sua eficácia. Os instrumentos da PAC devem continuar a promover, por um lado, condições de concorrência mais equitativas entre todos os agricultores da UE e entre agricultores e outros agentes económicos.

A PAC atual contém um abrangente conjunto de instrumentos, os quais devem ser alvo de modernização e simplificação, no sentido de uma maior harmonização de níveis de apoio e coordenação de decisões entre Estados-Membros e de uma melhor adequação de instrumentos aos objetivos da PAC. Do ponto de vista ambiental, avulta a necessidade de caminhar para uma agricultura mais eficiente e de precisão, no sentido do novo paradigma da economia circular.

Neste domínio, é fundamental que se definam e implementem instrumentos que privilegiem modos de produção que façam uma utilização sustentável dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade). Deve ser promovida a sinergia e melhoria de instrumentos como a condicionalidade, o *greening*, e as medidas agroambientais e climáticas, que se têm constituído como instrumentos com eficácia diferenciada na produção de bens públicos ambientais, na proteção dos recursos naturais e na compensação de custos ligados à segurança alimentar.

No período pós-2020 é necessário prosseguir o apoio ao investimento, à inovação e à investigação, que é a resposta aos maiores desafios que a PAC enfrentará, nomeadamente a adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Deverá ser estruturada uma resposta para lidar antecipadamente com fenómenos extremos, como secas e inundações. O apoio a infraestruturas para o regadio deve depender da ponderação entre ganhos de previsibilidade e produtividade e as questões ligadas à gestão dos recursos hídricos, nomeadamente às disponibilidades hídricas futuras.

Programa Nacional de Regadios (PNRegadios)

O Programa Nacional de Regadios (PNRegadios), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro, visa a expansão, reabilitação e modernização dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas, designadamente com potencial de ligação às existentes, com o objetivo de promover o regadio e outras infraestruturas coletivas, numa ótica de sustentabilidade, contribuindo para a adaptação às alterações climáticas, o combate à desertificação e a utilização mais eficiente dos recursos.

No entanto, não foi sujeito a uma avaliação ambiental estratégica e teve por base, essencialmente, projetos desenvolvidos no século passado que não inclui séries de dados hidrológicos e meteorológicos após 2000 e por isso não reflete a realidade atual sobre a água que existe. Enquanto na região do Alentejo se apostou na interligação do Alqueva a sistema menos resilientes, promovendo uma gestão mais eficiente da água e minimizando os impactes ambientais, numa lógica de gestão regional, na região a norte do rio Tejo a aposta vai, essencialmente, para a construção de várias barragens, grande parte sem capacidade de regularização interanual, de iniciativa local, com grandes impactes ambientais e elevados custos de investimentos e de manutenção, que poderão não ser depois comportados pelos futuros utilizadores.

O Programa abrange, no seu âmbito geral, áreas de novo regadio (55 332 hectares) e áreas de reabilitação e modernização de regadio (41 053 hectares), para além de contemplar um conjunto significativo de impactes indiretos numa área agrícola de grande dimensão. O investimento total associado ao PNRegadios é de 560 milhões de euros.

Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e Plano de Ação

A Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e o Plano de Ação (PA) para a produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, de 27 de julho.

É importante realçar a relevância e o papel da agricultura biológica no âmbito do seu contributo para a descarbonização e promoção da economia circular, já que promove a regeneração do ciclo de nutrientes, gestão eficiente da água e reabilitação dos solos, em detrimento do uso de fertilizantes e pesticidas de base mineral. Está também associada a uma cultura de produção, consumo e colaboração locais que também contribui para a minimização de impactes ambientais.

A abordagem abrangente da produção e consumo de alimentos utilizando produtos biológicos inscreve-se no contexto do Plano de Ação da Económica Circular da União Europeia, com especial atenção aos planos de ação da produção biológica regionais e nacionais e ao potencial de disseminação por via de sistemas de compras públicas ecológicas.

Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)

Nas últimas décadas verificou-se em Portugal uma acentuada diminuição da produção e uma baixa taxa de aprovisionamento de cereais. Acresce que o défice alimentar constitui um dos principais desequilíbrios

estruturais da economia portuguesa. O setor dos cereais representa mais de 10% das importações alimentares e mais de 30% das importações agrícolas, devendo dar um contributo para este desígnio, o que permitirá igualmente um combate ao abandono e despovoamento de zonas rurais, um melhor ordenamento do território e uma gestão ambiental mais adequada.

Neste contexto, foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2018, de 28 de julho, a Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC), com objetivo de reduzir a dependência externa e consolidar e aumentar as áreas de produção de cereais. A estratégia consagra três objetivos estratégicos: 1) reduzir a dependência externa, consolidar e aumentar as áreas de produção; 2) criar valor na fileira dos cereais; e 3) viabilização da atividade agrícola em todo o território.

A ENPPC estabelece um conjunto de metas que visam atingir um grau de autoaprovisionamento em cereais de 38%, correspondendo 80% ao arroz, 50% ao milho e 20% aos cereais praganosos. Foram identificadas 20 medidas prioritárias, de entre as quais medidas que visam o aumento da capacidade de armazenamento de água (promoção do regadio) e a melhoria da eficiência do uso dos recursos hídricos e energéticos, e a criação de uma medida agroambiental de proteção dos recursos – solo, água e biodiversidade – designadamente por funcionamento em camadas.

Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro, visa enquadrar o contributo que uma agricultura mais inovadora, eficiente e sustentável pode ter na promoção do bem-estar e da sustentabilidade da sociedade portuguesa. A Agenda alinha-se com as prioridades estabelecidas em Portugal ao nível do combate às alterações climáticas, o esbatimento das desigualdades, a alteração da nossa estrutura demográfica e a transição digital. O propósito central da Agenda é fazer crescer o setor agroalimentar, inovando-o e entregando-o à próxima geração.

No âmbito da Agenda, a iniciativa “Adaptação às alterações climáticas” é da maior importância no setor agrícola e pecuário, tendo em conta os atuais impactes e os que são esperados no futuro, bem como a necessidade de se atuar já, de forma a adaptar a produção agrícola. Esta será uma iniciativa que capacitará os territórios, promovendo a cultura de espécies vegetais e a criação de animais com maior resiliência às alterações climáticas, assim como uma gestão mais eficiente dos recursos solo e água, permitindo a implementação de medidas aos diversos níveis, que contribuam para a salvaguarda da sustentabilidade do setor agrícola e dos recursos, para o fornecimento dos múltiplos bens e serviços do ecossistema e para a redução da vulnerabilidade às alterações climáticas.

Por seu lado, a iniciativa “Territórios sustentáveis” pretende promover o desenvolvimento sustentável, uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e a biodiversidade, e a valorização dos recursos endógenos dos territórios nacionais, procurando ainda consolidar a utilização sustentável dos recursos naturais, nomeadamente do solo, da água e da biodiversidade, numa abordagem integrada do agroecossistema.

A Agenda passa também pela aposta na agricultura de precisão: recorrer a tecnologias para utilização e gestão eficiente de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, água e energia.

Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2020-2030

A primeira Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais, ENEAPAI 2007-2013, abrangendo o território de Portugal continental, foi aprovada pelo Despacho n.º 8277/2007, de 9 de maio. Para além de ter permitido identificar o contributo e os setores de atividade com maior relevância em termos

da poluição gerada, fixou e definiu orientações, medidas, modelos e soluções e previu a alocação de recursos financeiros provenientes de apoios comunitários com esse objetivo.

Decorridos mais de 10 anos desde a aprovação da ENEAPAI 2007-2013, mais do que fazer um balanço da sua implementação, importa identificar os seus pontos fracos e reajustar a estratégia de forma a intensificar as soluções que possibilitem melhorar, significativa e sustentadamente, a qualidade das massas de água das bacias hidrográficas que ainda apresentam problemas ambientais.

Assim, considerando os problemas ambientais persistentes decorrentes dos efluentes gerados pelas atividades agropecuárias e agroindustriais, foi decidida a elaboração da revisão da ENEAPAI 2030, com vista a apresentar *i)* um balanço da implementação e consequente atualização da ENEAPAI; *ii)* a revisão das metas e instrumentos da ENEAPAI para a concretização dos objetivos definidos para o estado das massas de água; *iii)* um plano de ação com vista à concretização dos objetivos revistos da ENEAPAI.

O objeto da ENEAPAI 2030 são as atividades agropecuária e agroindustrial localizadas em Portugal continental, de modo a impedir ou a eliminar o impacto, direto ou indireto, individual ou global, significativo no ambiente, nomeadamente nos recursos hídricos. Esta estratégia dá ênfase à urgência na resolução dos problemas ambientais diagnosticados, em particular na qualidade das massas de água, e onde as partes interessadas, sem distinção, têm um papel e um contributo significativo e decisivo para a solução, nomeadamente na identificação dos operadores com e sem soluções adequadas. Propõe ainda: a identificação, hierarquização e promoção das soluções potencialmente utilizáveis numa gestão sustentável dos efluentes; a constituição de uma solução pública que assegure a receção, o tratamento e o encaminhamento a destino final adequado dos efluentes em que as unidades produtivas, individual ou coletivamente, não disponham de instalações apropriadas para o efeito; e a promoção e implementação de sistemas de informação interoperáveis, em particular para as diferentes entidades que tutelam os setores pecuário e agroindustrial, o ambiente e o território, e que confirmem acesso a todas as entidades envolvidas no licenciamento, acompanhamento, controlo e fiscalização.

A estratégia dá a primazia à valorização agrícola de efluentes agropecuários e agroindustriais, que, no entanto, deve ser realizada de forma sustentável, para não contribuir para a alteração do estado das massas de água superficiais e subterrâneas. Nesta análise, é preciso ter ainda em consideração a existência de solos agrícolas suficientes para esta solução, bem como a distância economicamente sustentável do local onde são produzidos os efluentes. A utilização de efluentes pecuários na fertilização das culturas agrícolas oferece vantagens de índole agronómica, ambiental, e económica, para além de constituir uma medida de implementação de políticas agrícolas e ambientais, nomeadamente as que promovem os princípios da economia circular.

Ainda assim, a Estratégia está fortemente dependente das diligências que os intervenientes chamados a participar neste esforço nacional adotarem na implementação das medidas propostas, do papel que os diversos organismos da Administração central e local desempenharem nos processos de licenciamento, acompanhamento, controlo e fiscalização das obrigações legais, nomeadamente em matéria ambiental e da capacidade dos setores para adotarem soluções que possibilitem um importante contributo para a resolução sustentável dos problemas ambientais que se registam em algumas das regiões hidrográficas do País.

Reconhecendo a grande variedade de atividades agropecuárias e agroindustriais, a ENEAPAI será abordada em tomos consoante o tipo de atividade analisada. Assim, o Tomo I é focado nas atividades agropecuárias intensivas (suinicultura e bovinicultura) localizadas em Portugal continental, potenciando a contribuição positiva do setor pecuário para a resolução dos problemas ambientais gerados e para o cumprimento do normativo ambiental, agrícola e de ordenamento do território.

A estratégia assenta em diferentes objetivos estratégicos e operacionais, dos quais se destacam em síntese, entre outros:

1. A salvaguarda dos recursos naturais através do cumprimento do normativo legal;
2. O desenvolvimento e a implementação de um sistema de gestão de informação para rastreabilidade dos efluentes pecuários;
3. A identificação, hierarquização e promoção de soluções sustentáveis;
4. A primazia a soluções de valorização agrícola de efluentes pecuários;
5. A constituição de uma solução pública e a concretização de soluções sustentáveis;
6. A fixação de um período de adaptação das atividades económicas;
7. A constituição de uma estrutura de acompanhamento.

Ao assumir o território enquanto recurso que é necessário gerir e valorizar globalmente com equidade, a partir de uma visão integrada, a Estratégia contribui igualmente e de forma sustentável, para o reforço e competitividade setorial e, por consequência, para a requalificação e coesão do território.

Em resumo, a ENEAPAI pretende definir uma estratégia sustentável para o período até 2030, exigente porque assume como principal meta a melhoria significativa da qualidade das massas de água das RH do País, idealmente e de acordo com as metas definidas pela Diretiva Quadro da Água até 2027, contemplando o território nacional continental e abrangendo os setores agropecuário e agroindustrial, em particular as unidades produtivas que ainda não dispõem de soluções que assegurem o cumprimento da legislação em vigor. O objetivo é ultrapassar a atual situação de desequilíbrio entre os recursos ambientais e os recursos territoriais, atendendo às especificidades das diferentes regiões numa visão integrada, considerando as oportunidades e os desafios do desenvolvimento sustentável e de uma maior coesão económica e social ao nível nacional, de forma a garantir maior qualidade ambiental e maiores oportunidades para os setores económicos e para as populações.

Perspetivas futuras

O relatório da Agência Europeia do Ambiente, “Water and agriculture: towards sustainable solutions” (EEA, 2020) aborda os diferentes aspetos da complexa e decisiva relação entre a agricultura e os recursos hídricos, aos vários níveis. O documento traça a evolução histórica do setor agrícola e pecuário, bem como caracteriza o “estado-da-arte”, com base nos dados fornecidos pelos Estados-Membros, caracterizando as ligações entre a produção agrícola, as pressões e o seu impacto nas massas de água (qualidade e quantidade) e nos ecossistemas aquáticos, bem como as respostas de gestão e de políticas que têm sido implementadas nestes domínios ao longo dos anos mais recentes.

São analisadas as pressões que as atividades agrícolas exercem sobre os recursos hídricos, nos planos quantitativo, qualitativo e hidromorfológico, e as suas complexas interligações, nomeadamente os eventuais efeitos cumulativos. As pressões da agricultura dita “convencional” no ambiente aquático estão ligadas sobretudo a práticas agrícolas específicas, especialmente aquelas relacionadas com as culturas: uso de nutrientes e água para promover o crescimento das plantas e pesticidas para evitar pragas e doenças. Chama a atenção para o facto de que um aumento da eficiência hídrica na agricultura nem sempre se traduz numa poupança de recursos (o conhecido “paradoxo de Jevons” ou efeito de ricochete).

As complexas interligações entre as alterações climáticas, as pressões geradas pelo setor da agricultura nas massas de água e a produtividade agrícola, que são naturalmente diferentes consoante a geografia (norte vs. sul da Europa), em que, e.g. no sul, o aumento expectável da temperatura irá refletir-se num aumento da evapotranspiração, o que implicará um aumento das necessidades de água, são objeto de avaliação.

O documento analisa também a coerência entre as políticas da água e da agricultura ao nível da União Europeia (UE), recordando que a Política Agrícola Comum (PAC) é uma peça central do processo de construção europeia, bem como os necessários incentivos para a transição para modos de produção agrícola mais sustentáveis, evitando incentivos que conduzam ao aumento das pressões sobre os recursos hídricos.

A transição para a sustentabilidade, na interface entre água e agricultura, será um desafio que não será resolvido apenas pelas tradicionais intervenções de política. Uma resposta mais eficaz aos desafios da sustentabilidade exigirá uma melhor compreensão das condições e dos mecanismos que impulsionam a produção agrícola.

Responder a estes desafios é uma tarefa urgente, uma vez que os impactos das alterações climáticas estão a tornar-se suficientemente graves para potencialmente prejudicar as disponibilidades de água para a agricultura e para aumentar a poluição e as pressões hidromorfológicas, podendo colocar em risco a própria produção.

Nas últimas décadas foram adotadas práticas agrícolas mais eficientes em termos de recursos, o que tem contribuído para a diminuição das pressões sobre as massas de água. No entanto, a situação permanece longe de ser sustentável. São necessários sistemas agrícolas menos intensivos na utilização de recursos para reduzir ainda mais as pressões sobre a água, mas igualmente para beneficiar a qualidade do ar, promover a biodiversidade, proteger os solos e ajudar a mitigar as alterações climáticas. Os sistemas menos intensivos também aumentariam a resiliência da produção agrícola às alterações climáticas.

A adoção de sistemas agrícolas mais sustentáveis depende de forma crítica de serem atrativos para o agricultor individual e para os operadores das cadeias de valor, e portanto, devem tomar em consideração o rendimento dos agricultores, os estilos de vida da sociedade, a procura dos consumidores e das forças do mercado em geral.

As preferências dos cidadãos e das indústrias, aos níveis europeu e global, são motores extremamente importantes na produção e nos preços dos alimentos. Essas interligações são complexas de apreender e de gerir. No entanto, são necessárias respostas holísticas que tenham em conta a água, a agricultura e os sistemas alimentares para que se registem progressos no sentido de alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Existe uma ampla variedade de medidas destinadas à gestão das pressões da atividade agrícola sobre os recursos hídricos. A maioria das medidas implementadas procurou melhorar a gestão da água e aumentar a eficiência do uso de recursos na agricultura. Como resultado, o crescimento exponencial das pressões agrícolas observado ao longo do século XX estabilizou. No entanto, embora tenha sido observada alguma redução nas pressões, o nível atual da utilização de recursos na agricultura (água, nutrientes e pesticidas) permanece insustentável. Além disso, é necessário que as pressões hidromorfológicas sejam reduzidas.

Nas próximas décadas, o impacto do aquecimento global sobre os recursos hídricos tornar-se-á provavelmente mais forte, o que resultará em níveis mais elevados de imprevisibilidade e de incerteza para os agricultores e para as autoridades públicas. Este facto torna mais urgente a necessidade de desenvolver sistemas agrícolas resilientes para amortecer os impactos das alterações climáticas na produção agrícola e nos meios de subsistência dos agricultores, e dos seus impactos nos ecossistemas aquáticos.

Como parte do progresso no sentido de se caminhar para uma agricultura mais sustentável, há que ter em consideração três áreas de melhoria (EEA, 2020):

- Adoção de ações de gestão mais resilientes ao nível das bacias hidrográficas e das explorações agrícolas;
- Implementação e integração melhoradas das políticas da União Europeia;
- Desenvolvimento de abordagens mais holísticas e globais.

Muitas destas recomendações já estão a ser implementadas, mas precisam de ser mais amplamente aceites e disseminadas por toda a Europa, inclusivamente em Portugal.

No domínio da adoção de ações de gestão mais resilientes ao nível das bacias hidrográficas e das explorações agrícolas é importante destacar três áreas essenciais de melhoria (EEA, 2020):

- Desenvolver sistemas agrícolas mais sustentáveis e resilientes;
- Estabelecer limites claros para o uso de recursos na agricultura;
- Adotar abordagens mais holísticas e globais através de sistemas de conhecimento eficazes.

No que diz respeito ao desenvolvimento de sistemas agrícolas mais sustentáveis e resilientes há que salientar os seguintes aspetos:

- Ampliar a área de agricultura sustentável, incluindo a agroecologia e a agricultura biológica. Os sistemas agrícolas sustentáveis aumentam a eficiência e a circularidade do uso de recursos (por exemplo, reciclagem de nutrientes, armazenamento de água da chuva nos solos) e criam diversidade e resiliência nos agroecossistemas, explorando as dinâmicas e as sinergias dos ecossistemas. Estes sistemas aumentam a resiliência agrícola, reduzindo a dependência de “inputs” e diversificando a produção. As políticas e as forças de mercado devem reconhecer os custos iniciais que a adoção destas estratégias representam para as explorações agrícolas;
- Promover opções multifuncionais. Num futuro incerto, é importante evitar investimentos avultados que poderão não fornecer os níveis de retorno esperados. Medidas como o restauro dos ecossistemas, a adoção de soluções baseadas na natureza e as medidas de retenção natural de água, como o restauro das dinâmicas das planícies de inundação ou o restauro da infiltração natural, podem contribuir para reduzir a pressão da poluição, restaurando o ciclo hidrológico e aumentando a resiliência da bacia, por exemplo, aumentando o armazenamento de água nos solos e nas águas subterrâneas. Estas opções contribuem também para vários objetivos ambientais, como a redução do risco de inundações, o aumento da biodiversidade e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Relativamente à definição de limites para o uso de recursos na agricultura, importa focar algumas questões:

- Especificar ainda mais os limites críticos ao nível das bacias hidrográficas e das explorações agrícolas. Cada bacia hidrográfica, e cada aquífero, e a gestão de solos agrícolas têm condições biofísicas, sociais e económicas únicas. Não há uma resposta única para todos – portanto, os princípios gerais de sustentabilidade devem ser transcritos para as condições locais para torná-los operacionais. Isso implica definir as capacidades de carga das bacias hidrográficas e estabelecer metas para a gestão da água e as práticas agrícolas. As metas de gestão da água podem incluir limites para as cargas máximas de nutrientes ou volumes máximos de captação, considerando também os impactos das alterações climáticas;
- Estabelecer padrões de sustentabilidade. As metas para as práticas agrícolas sustentáveis ao nível da bacia hidrográfica podem ser definidas em termos da área com agricultura biológica ou de baixa intensidade, e padrões para nutrientes, pesticidas e taxas de aplicação de rega. Soluções desta natureza são abordadas pelas estratégias “Do Prado ao Prato” e da Biodiversidade 2030.

No que concerne ao estabelecimento de sistemas de conhecimento eficazes, são de salientar os seguintes aspetos:

- Fazer um melhor uso das novas tecnologias. O setor agrícola está em rápida mudança em resposta ao desenvolvimento de novas tecnologias, desde o uso de robôs até à gestão da informação e deteção remota, melhorando as previsões, a monitorização das culturas e o uso responsável dos recursos. Os Estados-Membros e a UE financiam uma vasta gama de atividades de investigação e de desenvolvimento. Programas como Horizonte 2020, LIFE +, Interreg e as parcerias europeias de inovação promovem a inovação e a criação e intercâmbio de conhecimento em toda a UE. As autoridades também podem beneficiar de uma melhor monitorização da agricultura, por exemplo, para melhorar a compreensão da escala e da variabilidade espacial das pressões agrícolas (por exemplo, aplicação de nutrientes e pesticidas, medição e monitorização do uso da água) e do desempenho de diferentes respostas;

- Acompanhar as transformações no nível das explorações agrícolas. Os agricultores necessitarão de apoio para identificar o modo como diversificar a produção de forma eficaz, reduzindo as pressões e, ao mesmo tempo, aumentando a resiliência física, económica e social às mudanças globais. Neste sentido, os serviços de consultoria agrícola e as redes de conhecimento são essenciais para disseminar a inovação e promover o intercâmbio de ideias. Os agricultores também necessitarão de financiamento adequado e de incentivos dos operadores privados do mercado do sistema alimentar e de uma bioeconomia mais ampla.

Na área da implementação e integração melhoradas das políticas cumpre assinalar que a UE tem um quadro abrangente de política ambiental e climática, desenvolvido ao longo de décadas, o qual tem contribuído para combater as pressões agrícolas sobre o ambiente hídrico.

No entanto, a falta de implementação impediu a sua realização bem-sucedida e o processo de implementação precisa de ser acelerado. Ao mesmo tempo, as estratégias “Do Prado ao Prato” e Biodiversidade 2030 vieram estabelecer metas ambiciosas (EEA, 2020):

- Reduzir o uso de fertilizantes em pelo menos 20% e as perdas de nutrientes em 50%, garantindo, ao mesmo tempo, que não haja deterioração da fertilidade do solo, entre outros aspetos, com base num plano de ação de gestão integrada de nutrientes;
- Reduzir em 50% o uso geral e o risco de pesticidas químicos e o uso de pesticidas mais perigosos em 50% até 2030;
- Reduzir em 50% as vendas de antimicrobianos utilizados na pecuária e na aquicultura;
- Ter 25% das terras agrícolas cultivadas de forma biológica até 2030;
- Ter 10% da área agrícola designada com características de paisagem de alta diversidade até 2030;
- Cumprir os compromissos da União Europeia sobre a neutralidade da degradação do solo.

Para atingir estes objetivos, é necessária uma maior coerência entre as políticas ambientais da UE e da PAC. Ao longo das últimas décadas temos vindo a assistir a uma melhor integração dos objetivos de política da água na PAC. No entanto, as futuras políticas agrícolas precisam de ser mais ambiciosas na escala de mudança necessária nos sistemas de produção. É necessário dar uma atenção mais sistémica à forma como os instrumentos regulatórios e de incentivo da PAC apoiam uma transição nos sistemas de produção agrícola que seja coerente com os objetivos ambientais. As principais ferramentas disponíveis para gerir este desafio para a água são uma combinação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e os novos planos estratégicos da PAC.

Relativamente à implementação e integração melhoradas das políticas da UE, há que apontar as seguintes questões:

- Melhor aplicação dos requisitos mínimos. No que diz respeito à poluição difusa por nutrientes, os Estados-Membros que optaram por designar zonas vulneráveis aos nitratos ao abrigo da Diretiva Nitratos devem certificar-se de que abrangem todos os terrenos agrícolas que contribuem para a poluição da água identificada. Os programas de ação devem incluir medidas sistemáticas, como o cálculo do balanço de nutrientes e o planeamento da aplicação de fertilizantes. Também deverão ser reforçados com medidas de mitigação, como restringir e proibir a fertilização em zonas de alto risco e durante os períodos de alto risco. Para a poluição química difusa, é necessária uma maior adoção da gestão integrada de pragas de acordo com o disposto na Diretiva do Uso Sustentável de Pesticidas, que poderia ser apoiada pelo fortalecimento dos requisitos nas futuras condicionalidades da PAC. Em relação ao uso da água na agricultura, é preciso haver um licenciamento e uma monitorização mais sistemáticos das captações;
- Implementação mais coerente entre a PAC e a legislação ambiental. A legislação ambiental nem sempre se reflete totalmente na política agrícola. A preparação de novos planos estratégicos da PAC e a sua implementação devem integrar plenamente as informações, indicadores, prioridades e

medidas decorrentes dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica. Deve ser evitado o apoio a sistemas agrícolas que apresentem riscos para a água, de modo a que não se fique preso a métodos de produção intensivos específicos. Por exemplo, os investimentos na melhoria da eficiência da rega devem ser condicionados à utilização de colheitas eficientes em termos de água e a salvaguardas para evitar aumentos no consumo líquido de água.

No que concerne ao desenho mais ambicioso de instrumentos de apoio na PAC, são de salientar os seguintes aspetos:

- Considerar o uso eficiente de recursos como requisito básico para qualquer sistema de cultivo. São necessários padrões de eficiência no uso de nutrientes, pesticidas e água que podem ser integrados no quadro de condicionalidades da PAC. Tal ajudaria a apoiar medidas mais ambiciosas nos “eco-esquemas” da PAC e nos planos de desenvolvimento rural;
- Aumentar o apoio da PAC à agricultura sustentável. Nos planos estratégicos da PAC dos Estados-Membros, os ecossistemas e os planos de desenvolvimento rural devem financiar a adoção em grande escala da agroecologia, da agricultura biológica, de infraestruturas verdes e de soluções baseadas na natureza. O envelope orçamental dos “eco-esquemas” e dos planos de desenvolvimento rural deve corresponder à escala dos desafios da água. Os esquemas de pagamento baseados em resultados podem garantir que as necessidades, as ambições e os resultados estejam alinhados.

No que toca ao fortalecimento das áreas de política que atualmente carecem de uma abordagem estratégica há que sublinhar a gestão do uso da água na agricultura, agora e no futuro, no contexto das alterações climáticas. A UE ainda não possui uma estratégia abrangente para reduzir as pressões decorrentes do uso da água na agricultura e para reforçar a resiliência da agricultura às secas e à escassez de água. Uma tal estratégia garantiria que as capacidades de carga e as limitações de recursos fossem devidamente estabelecidas ao nível da bacia hidrográfica e promoveria a adaptação das práticas agrícolas e dos sistemas de produção, nomeadamente através da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, como a agroecologia e a agricultura biológica.

Quanto ao desenvolvimento de abordagens mais holísticas e globais, há que ter em consideração que a redução das pressões da agricultura para alcançar as metas da água e outras metas ambientais precisará de ser sustentada por uma abordagem combinada para alterar as práticas agrícolas e a procura do consumidor e ser apoiada por uma transição nos sistemas alimentares e energéticos. Os sistemas de alimentação e energia são importantes impulsionadores da produção agrícola e das escolhas específicas dos agricultores e, em última análise, de nossa capacidade para atingir as metas ambientais. A gestão sustentável neste contexto requer um equilíbrio entre a necessidade de alimentos acessíveis, saúde e bem-estar social, justiça para os agricultores e proteção dos recursos naturais.

A estratégia “Do Prado ao Prato” constitui um impulso importante para alcançar um sistema alimentar sustentável, e exige mudanças ao nível dos fatores sistémicos, como as preferências dos consumidores e as dietas, mas há que dar mais atenção a outros fatores relacionados com a energia e a procura por fibras naturais.

Relativamente ao apoio à transformação dos sistemas de produção ao longo da cadeia alimentar, são de salientar os seguintes aspetos:

- Integrar uma perspetiva sistemática na implementação das políticas da água, agricultura e alimentar. São necessárias abordagens coletivas entre agricultores, operadores da cadeia alimentar, autoridades, consumidores e cidadãos. Ao nível local, por exemplo, os contratos públicos de aquisição de alimentos para instituições públicas (cantinas públicas, escolas, hospitais, etc.) podem ser usados para encorajar a produção local de produtos biológicos;
- Preparar uma política coordenada para aumentar a produção e o mercado de proteínas de origem vegetal e produtos cultivados de forma sustentável. Isto requer o investimento em infraestruturas

da cadeia alimentar (armazenamento e transformação de produtos alimentares) para aumentar a escala e reduzir os custos de recolha e entrega de produtos alimentares sustentáveis;

- Aumentar o financiamento privado para uma agricultura sustentável e resiliente. Os critérios de sustentabilidade que orientam os investimentos privados, como os previstos no Regulamento da Taxonomia da União Europeia, devem direcionar os investimentos para as infraestruturas e as instalações que permitirão a recolha, o processamento e a comercialização de produtos agrícolas mais sustentáveis. O financiamento público, como os subsídios disponíveis através da PAC, pode também ser utilizado para alavancar o financiamento privado em sistemas alimentares sustentáveis.

Em relação à procura por padrões de consumo sustentável, sublinham-se algumas orientações importantes:

- Estimular a procura do consumidor por produtos da agricultura sustentável. Um aumento da consciência das relações entre alimentação, saúde e estilo de vida, por um lado, e produção sustentável e qualidade ambiental, por outro, pode ter impacto ao nível da escolha dos produtos alimentares. Os esquemas e regulamentos de rotulagem podem promover produtos que minimizam os impactos da sua produção na água e nos solos;
- Reduzir o desperdício de alimentos, promover o reaproveitamento seguro dos resíduos orgânicos e aumentar a circularidade na cadeia alimentar. Devem ser procuradas opções para aproveitar resíduos alimentares para a produção de bioenergia, em vez de serem usados produtos agrícolas cultivados de modo intensivo;
- Alinhar as políticas agrícola, comercial, ambiental e climática. É essencial evitar deslocar os impactos ambientais do consumo da UE para países de fora deste espaço, procurando simultaneamente elevados padrões ambientais na agricultura da UE.

Alcançar o desenvolvimento sustentável na interface da agricultura e da água é, pois, uma tarefa complexa que requer uma compreensão muito mais profunda das ligações em grande escala entre os sistemas alimentar e energético, o setor agrícola e, neste caso, os objetivos da política da água. Para alcançar uma transformação sustentável no domínio da água e da agricultura, a tomada de decisões terá de assentar numa monitorização robusta, na recolha de dados e em sistemas de conhecimento e inovação para melhorar a compreensão da escala das mudanças necessárias e criar incentivos para novas respostas.

A escala dos desafios que a UE enfrenta para alcançar a sustentabilidade na interface entre a água e a agricultura é enorme. A mesma ambição que sustentou a modernização da agricultura no período pós-Segunda Guerra Mundial é necessária agora para se alcançar uma agricultura mais sustentável. Os sistemas agrícolas sustentáveis, incluindo as práticas agroecológicas, terão de ser apoiados técnica e financeiramente para serem adotados na escala necessária para reduzir as pressões agrícolas sobre os recursos hídricos, a biodiversidade, os solos e o clima.

O Pacto Ecológico Europeu, juntamente com a Lei Europeia do Clima, as estratégias “Do Prado ao Prato”, Biodiversidade 2030 e de adaptação às alterações climáticas, e o plano de ação “Rumo à poluição zero no ar, na água e no solo”, oferecem novas oportunidades para apoiar esta transição. Se totalmente implementadas e operacionalizadas, as ambiciosas metas devem fornecer o ímpeto renovado necessário para avançar em direção a um futuro mais resiliente e sustentável.

2.3.4. Setor turismo

O turismo é uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico e social do País, designadamente para o emprego e para o crescimento das exportações. Os indicadores económicos confirmam o turismo como a maior atividade exportadora e o principal motor da economia nacional.

Estratégia Turismo 2027 (ET27)

A Estratégia Turismo 2027 (ET27) é o referencial estratégico para o turismo em Portugal nos próximos anos. Compete ao Turismo de Portugal, I.P., a responsabilidade de dinamizar e promover a implementação da ET27, assegurar a coerência entre os investimentos em turismo e os instrumentos de financiamento comunitário e mobilizar atores e monitorizar a estratégia.

A ET27 pretende afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando o País como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo. O documento consubstancia uma visão de longo prazo combinada com uma ação no curto prazo, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o quadro comunitário de apoio 2021-2027.

A ET27 estabelece prioridades e linhas de atuação identificadas em cinco eixos estratégicos, que passam por valorizar o território, impulsionar a economia, potenciar o conhecimento, gerar redes e conectividade e projetar Portugal, aumentando a notoriedade do País nos mercados internacionais enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar e de grandes eventos e posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional.

A Estratégia foca-se em dez ativos estratégicos do turismo nacional – pessoas; clima e luz; história e cultura; mar; natureza; água; gastronomia e vinhos; eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios; bem-estar; *living* - viver em Portugal –, apontando metas de natureza económica para dormidas e receitas turísticas, com foco na coesão territorial e no crescimento em valor.

Entre os objetivos da Estratégia está o de aumentar a procura turística no País e nas várias regiões, tendo como meta 80 milhões de dormidas em 2027, o que representa um aumento de 31 milhões de dormidas face a 2015 (48,9 milhões) e um crescimento médio anual de 4,2% (a que corresponde um aumento das receitas para 25,8 mil milhões de euros, mais 14,3 mil milhões do que em 2015 (11,5 mil milhões de euros), um crescimento médio anual de 7%). O cenário mais otimista aponta para 99,4 milhões de dormidas em 2027 (mais 50,5 milhões em relação a 2015), representando um taxa média de crescimento anual de 6,1% (a que corresponde um aumento das receitas para 27,1 mil milhões de euros, mais 15,6 mil milhões do que em 2015, um crescimento médio anual de 7,5%).

Também é desígnio da ET27 alargar a atividade turística a todo o ano, reduzindo o índice de sazonalidade de 37,5% para 33,5%, pretendendo-se atingir em 2027 o índice de sazonalidade mais baixo de sempre, para uma maior sustentabilidade da atividade turística. Considerada na ET 2027 com um ativo diferenciador, a água constitui o suporte de ativos únicos localizados na sua grande maioria no interior do país e com potencial turístico. No quadro da sustentabilidade ambiental, a ET27 preconiza o objetivo de impulsionar uma gestão racional do recurso água no turismo, tendo como meta que mais de 90% das empresas turísticas promovam uma utilização eficiente da água nas suas operações.

Os esforços de controlo da pandemia de COVID-19 implicaram a tomada de um conjunto de medidas de restrição à circulação, nacional e internacional, o que afetou de forma particularmente grave o setor do turismo em Portugal. Espera-se que a atividade turística seja progressivamente retomada com o levantar das restrições, o avanço do processo de vacinação e a criação de certificados que facilitem a circulação segura e livre na União Europeia e de cidadãos provenientes de outras partes do mundo.

Eficiência hídrica em campos de golfe

O número de campos de golfe em Portugal tem vindo a aumentar nos últimos anos. Tendo sido constatada a necessidade de atualização dos dados existentes neste domínio, a Federação Portuguesa de Golfe, o Conselho Nacional da Indústria do Golfe e o Turismo de Portugal levaram a cabo o estudo “Análise da

“Eficiência Hídrica em Campos de Golfe em Portugal”, que visou aprofundar o conhecimento acerca da eficiência hídrica na operação dos campos de golfe portugueses, possibilitando a avaliação dos potenciais de poupança de água neste importante setor de atividade económica.

O estudo apresenta uma análise da eficiência hídrica em campos de golfe existentes no País e oferece uma perspetiva atualizada das práticas de gestão da água na rega dos mesmos. Complementarmente a esta análise, são propostas estratégias para uma maior eficiência no consumo de água em campos de golfe nos próximos anos.

A análise abrangeu o período entre 2017 e 2019 e baseou-se nas respostas de 70 campos de golfe (cerca de 76% das instalações desportivas com golfe) a um questionário previamente distribuído. O estudo incluiu igualmente a verificação da consistência das medidas efetivamente implementadas pelo setor do golfe com as orientações estabelecidas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), nos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do anterior ciclo de planeamento (2016-2021) e Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.

O clima é considerado um fator determinante para o setor do golfe visto que, de entre outras características, esta atividade tem lugar ao ar livre e depende de áreas relvadas, muito dependente das condições meteorológicas e da disponibilidade de recursos hídricos para satisfazer as necessidades da vegetação em termos de água. A manutenção de zonas relvadas para a prática do golfe exige um determinado volume de água, específico para cada campo, não sendo viável, na generalidade do território de Portugal continental, a existência de relvados sem recurso à rega durante uma parte do ano.

Como variáveis mais determinantes na operação de rega, há a salientar a dimensão das áreas regadas e o tipo de relva utilizado (para as diferentes zonas do campo, com diferentes funções no contexto do jogo). O cenário de um clima mais quente e seco implica um aumento das necessidades de água e potencia alterações noutros fatores, tais como a utilização de produtos químicos (e.g. fertilizantes).

Um conceito fundamental na rega de espaços verdes, onde se enquadra a rega de campos de golfe, é o de que todos os *inputs*, como a água, devem ser mínimos para a sobrevivência e viabilidade das espécies/plantas regadas. Desde há muito que se assume que na rega dos campos de golfe, usar uma quantidade de excessiva água não constitui uma gestão consciente do recurso e, menos ainda, uma gestão eficiente e/ou economicamente justificável ou sustentável.

O uso de água em excesso na rega do golfe representa um maior crescimento e, consequentemente, maior frequência e maior necessidade de corte das relvas, maior volume de resíduos verdes, maior incidência de fungos, proliferação de infestantes, maior compactação dos solos, mais danos causados pelos utilizadores, menor conforto para estes e, consequentemente, pior desempenho do relvado do campo.

Verifica-se que os consumos de água na rega dos campos de golfe são menos expressivas quando comparados com outras atividades. Porém, reconhecendo que existe um problema de escassez do recurso água em várias regiões do País, as empresas gestoras de campos de golfe têm investido, ao longo do tempo, para reduzir os consumos e as perdas de água na rega, utilizando, em cada momento, procedimentos mais eficientes no consumo e utilização da água (superficial ou subterrânea). O passo seguinte é apostar na água para reutilização contribuindo assim para uma maior sustentabilidade e aposta na economia circular.

Com efeito, nos últimos anos, a grande maioria dos campos de golfe nacionais tem vindo a implementar um conjunto de boas práticas ambientais, nas quais se incluem a gestão racional dos recursos hídricos, com vista, também, à redução dos consumos. O estudo considera que com o possível agravamento da seca hidrológica em várias regiões do País, decorrente das alterações climáticas (e.g. diminuição das disponibilidades hídricas, aumento da temperatura, aumento dos consumos de água), a otimização na utilização do recurso água nos campos de golfe, independentemente das suas origens, impõe-se de forma urgente.

Neste quadro, é fundamental conhecer, de forma rigorosa, as origens de água e respetivas disponibilidades, os consumos essenciais e os principais fatores críticos, de acordo com a localização geográfica do campo de golfe. Consequentemente, também avulta a necessidade de operacionalizar o recurso a fontes alternativas de água, nomeadamente a água para reutilização (ApR), proveniente das Estações de Tratamento de Águas Residuais Urbanas (ETAR), ou a água dessalinizada.

O estudo aponta para que a utilização de água proveniente destas fontes alternativas na rega dos espaços verdes dos campos de golfe, quando efetuada de forma equilibrada e económica, técnica e sanitariamente viável, poderá concorrer para uma redução programada dos volumes atualmente captados e uma alternativa à compra de água às entidades gestoras de sistemas abastecimento de água.

No que concerne à utilização de ApR, sempre que a proximidade a uma ETAR o permita e justifique e as condições do efluente tratado sejam as exigíveis, em termos de proteção da saúde de clientes e trabalhadores, as empresas e campos de golfe têm vindo a manifestar a sua disponibilidade para considerar a ApR como uma fonte alternativa de utilização de água para rega.

Com base no diagnóstico efetuado, o estudo propõe um conjunto de ações que visam uma maior eficiência no consumo de água em campos de golfe.

2.3.5. Outros setores

Plano para a Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT)

O Plano para a Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT) visa a identificação espacial, existente e potencial, da utilização das águas de transição para fins aquícolas, estabelecendo os fundamentos legais, técnicos e científicos, bem como as medidas de articulação com os planos e programas territoriais em vigor para a área, nomeadamente, os Planos de Gestão da Região Hidrográfica.

O PAqAT constitui um instrumento indispensável na execução da estratégia de desenvolvimento da aquicultura, contribuindo para o ordenamento desta atividade e o seu crescimento. Este plano tem como âmbito espacial todas as áreas geográficas abrangidas pelas águas superficiais na proximidade da foz dos rios, que têm um caráter parcialmente salgado em resultado da proximidade de águas costeiras, mas que são significativamente influenciadas por cursos de água doce, denominadas por águas de transição e, ainda, as lagoas costeiras da Ria Formosa, Ria do Alvor, Lagoa de Santo André, Lagoa de Albufeira, Lagoa de Óbidos e Barrinhas de Esmoriz.

O PAqAT deve observar o disposto no Plano Estratégico da Aquicultura Portuguesa (PEAP), que define num dos seus objetivos operacionais, a identificação dos recursos hídricos bem como as áreas de maior potencial aquícola. A implementação deste plano enquadra-se, assim, no 2.º eixo do PEAP, o qual tem por principal objetivo o crescimento da produção aquícola em Portugal.

2.4. Planos setoriais regionais

2.4.1. Ordenamento do território

Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)

No final de 2009, e após um processo de elaboração e posterior consulta pública, fica disponível o relatório do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT Norte). Apesar de não ter sido entretanto aprovado em legislação específica, esta proposta de Plano configura um documento orientador que define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e

considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

A região hidrográfica do Cávado, Ave e Leça é abrangida pelo seguinte PROT:

- Proposta de PROT Norte.

Planos Diretores Municipais (PDM)

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento legal fundamental na gestão do território municipal. O PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais. O PDM estabelece as regras e os parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, define o modelo de organização espacial do território municipal e identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo (planta de condicionantes).

2.4.2. Alterações climáticas

Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC)

A União Europeia (UE) tem vindo a promover a adaptação às alterações climáticas, visando não só criar condições para as comunidades lidarem com o tendencial agravamento dos riscos climáticos, mas também preparar as comunidades locais e regionais para as futuras ameaças e oportunidades, em particular nos territórios cujas economias dependem de setores sensíveis ao clima, como a agricultura, as florestas, o solo ou a água.

A consciencialização da necessidade de adotar processos de adaptação ganha especial importância a nível político, legislativo e técnico a nível nacional, mas também a nível regional e municipal. No âmbito nacional, a adaptação às alterações climáticas compreende um conjunto de instrumentos, dos quais se destaca a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA)⁴.

A transição da ENAA para a escala municipal é feita através do desenvolvimento de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Para tal desenvolveu-se o Guia Metodológico para a Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, publicada pela APA, que integra o âmbito do projeto ClimAdaPT.Local⁵, adaptado do modelo desenvolvido pelo *United Kingdom Climate Impacts Programme* (UKCIP).

O ClimAdaPT.Local foi um projeto piloto-desenvolvido em 2015-2016, que teve como objetivo iniciar em Portugal um processo contínuo de elaboração de EMAAC e a sua integração nas ferramentas de planeamento municipal. Este projeto promoveu a elaboração de 26 Estratégias Municipais de Adaptação, abrangendo todas as Comunidades Intermunicipais.

É neste contexto que surgem os Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), desenvolvidos pelas Comunidades Intermunicipais ou Associações de Municípios, permitindo assim a cada um dos municípios selecionar as ações que terão de implementar para se adaptar individualmente aos riscos climáticos atuais e futuros, assim como aquelas em que deverão concatenar-se com outros municípios para otimizar os resultados do seu investimento.

⁴ <https://www.apambiente.pt/index.php/clima/adaptacao>

⁵ ClimAdaPT.Local: <http://climadapt-local.pt/>

Com a elaboração destes planos, pretende-se fomentar a incorporação da adaptação às alterações climáticas no planeamento municipal e intermunicipal e, assim, fomentar uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, fortalecendo a resiliência territorial e dotando-os dos instrumentos necessários para enfrentar os desafios correntes e futuros inerentes às mudanças em curso no clima. Este objetivo geral concretiza-se através da criação e disponibilização de novo conhecimento sobre as vulnerabilidades das regiões relativamente às alterações climáticas, da análise dos impactos potenciais sobre diferentes áreas e setores (tendo em conta a segurança das pessoas e bens e a saúde humana), da definição de um conjunto de medidas de mitigação de riscos e respetivas opções de adaptação, da aposta na consciencialização e sensibilização da população para o impacto das alterações climáticas, assim como no envolvimento dos principais agentes sociais e económicos, da definição de orientações para inclusão de medidas de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão e de planeamento dos municípios e suas associações e da sua capacitação para a tomada de decisão sobre a adaptação às alterações climáticas.

Nesta região hidrográfica foram desenvolvidos os seguintes PIAAC:

- Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da NUT III Cávado (EIAAC da NUT III Cávado);

Esta estratégia tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento sobre as vulnerabilidades climáticas atuais e futuras deste território e definir uma estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, promovendo o planeamento adaptativo de âmbito local e a capacitação dos técnicos municipais.

- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos do Ave (PIAAC do Ave);

Consiste num estudo multisetorial, onde se pretende caracterizar, aos níveis intermunicipal e municipal, os impactos e as oportunidades impostas pelas alterações climáticas. Com a elaboração do PIAAC assumiu-se um novo e alargado conceito de adaptação, nomeadamente a capacidade de “navegar” os processos de transformação, construindo ativamente uma sociedade pós-carbono e reforçando a resiliência sócio ecológica do território, processo este o qual se designa de forma simplificada: “Ave em Transição”.

Com efeito, o plano contempla uma abordagem ao nível intermunicipal, mas também medidas e ações concretas especificamente vocacionadas para cada Município, de acordo com as particularidades e vulnerabilidades que o diferenciam. O objetivo principal do PIAAC é atender ao preconizado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ANAAC), contribuindo à escala intermunicipal, para a sua implementação e possibilitar o cumprimento das metas contratualizadas para o território, em termos de adaptação às alterações climáticas.

- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Tâmega (PIAAC-AT);

A elaboração e divulgação do PIAAC-AT vem suprir necessidades institucionais, que se referem à ausência de instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas na região, bem como à necessidade de encetar esforços de *mainstreaming* das alterações climáticas nas políticas públicas e setoriais de maior relevância e nos principais instrumentos de planeamento territorial a nível regional e local, e necessidades sociais, que se prendem com a urgência de disponibilizar informação sobre alterações climáticas às populações, bem como de trabalhar na sua preparação/capacitação para gerir os seus efeitos. O PIAAC-AT responde às necessidades elencadas identificando vulnerabilidades atuais e futuras, avaliando a capacidade adaptativa às alterações climáticas, identificando os riscos prioritários e os principais impactos climáticos, selecionando medidas de mitigação e adaptação e assegurando a sua implementação, monitorização e melhoria contínua, através, também, da capacitação dos agentes municipais/intermunicipais e sensibilização das populações e restantes *stakeholders*.

- Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana do Porto.

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana do Porto (PMAAC-AMP) procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da Área Metropolitana do Porto aos riscos climáticos.

Contemplam as linhas mestras que orientarão cada município a selecionar as ações que terão de implementar para se adaptar individualmente aos riscos climáticos atuais e futuros. Para esse efeito será necessário elaborar um diagnóstico que dê resposta, entre outras, às seguintes questões:

- Os riscos climáticos são uma prioridade entre decisores políticos e equipas técnicas municipais?
- Os riscos climáticos são considerados como uma ameaça relevante pela população local?
- As decisões sobre as medidas de prevenção, adaptação e mitigação dos riscos climáticos são tomadas em ambiente de corresponsabilização?
- Quais as áreas prioritárias de intervenção tendo em conta a investigação científica e a perceção dos fazedores e utilizadores deste território?

Estratégias Municipais/Planos de Ação Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

A nível de cada município são desenvolvidas as Estratégias Municipais/Planos de Ação Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que deverão estar alinhados com os objetivos dos Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC).

2.4.3. Agricultura, pecuária e florestas

Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)

Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. Existe um conjunto de normas que poderão ter impacto na gestão e qualidade dos recursos hídricos, nomeadamente as “Normas aplicáveis ao planeamento florestal em corredores ecológicos e áreas florestais sensíveis”.

Abrangendo o território desta região hidrográfica, está atualmente em vigor o PROF de Entre Douro e Minho.

2.4.4. Portuário

Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026

Esta estratégia, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 16 de novembro, apesar de ser uma estratégia de nível nacional, apresenta propostas que são concretizadas a nível regional e local. São objetivos desta estratégia:

- a. Adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura e ligações ao *hinterland*;
- b. Melhorar das condições de operacionalidade das unidades portuárias;
- c. Criar nos portos plataformas de aceleração tecnológica e de novas competências.

Plano Estratégico da APDL 2017-2026

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. (APDL) assume-se como entidade gestora de um universo integrado que abrange três unidades de negócio com dimensões e características diversas: os portos de Leixões e de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro.

Neste contexto, a APDL desenvolveu um Plano Estratégico com o objetivo de *reforçar a competitividade de cada uma das suas três unidades de negócio e a responder (primordialmente) aos desafios transversais de integração destas unidades ajudando a definir uma estratégia una e coerente que contribua para o seu posicionamento como sistema portuário fundamental num quadro regional, nacional e europeu e ainda na potenciação deste sistema portuário à luz das oportunidades criadas pelo Corredor Atlântico e pelas Autoestradas do Mar.*

A estratégia de desenvolvimento delineada no Plano Estratégico, para a APDL e para o Sistema de Portos do Norte de Portugal (SPNP), é estruturada com base nos seguintes elementos fundamentais: a Missão e os Valores da APDL, a Visão para a APDL e suas unidades de negócio, os Objetivos Estratégicos (OE) agrupados em Eixos Estratégicos de Intervenção (EEI) e, ainda, os Fatores Críticos de Desenvolvimento da APDL e do seu sistema portuário. A estratégia é materializada através do Plano de Ação, o qual está organizado em grupos de ações que correspondem ao tipo de intervenção pretendido e estes por sua vez estão arrumados em quatro grandes grupos - Ações Transversais, Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro. Para cada ação é identificada a relação com os OE e EEI, é atribuída uma prioridade, de acordo com a sua relação com os fatores críticos de sucesso definidos, são identificados os atores responsáveis pela sua execução e é apresentada uma proposta de cronograma de execução das ações e um plano de investimentos e fontes de financiamento.

Focando a atenção nesta RH e na articulação com a gestão e impactes nos recursos hídricos, podem destacar-se os seguintes grupos de ações e respetivas ações:

- Ações transversais

- A3. Ações destinadas a favorecer a sustentabilidade
 - A3.1. Pôr em prática um plano de ação (ou estratégia de gestão) para a gestão sustentável da APDL e SPNP;
 - A3.5. Elaborar um manual de procedimentos ambientais;
 - A3.6. Apostar nas matérias ambientais para que o SPNP seja reconhecido como um exemplo;

- Porto de Leixões

- B1. Ações para melhorar as acessibilidades marítimas ao porto de Leixões
 - B1.1. Prolongar o quebra-mar Norte do porto;
 - B1.2. Aprofundar a bacia de manobra do anteporto e o canal de acesso ao porto;
- B4. Ações para a valorização ambiental do porto de Leixões e envolvente
 - B4.1. Elaborar o Plano de Segurança, Saúde e Ambiente e promover um Sistema de Certificação Ambiental do porto de Leixões;
 - B4.2. Assegurar a minimização dos problemas ambientais existentes no porto de Leixões;
 - B4.3. Adaptar o manual de procedimentos ambientais (ver A3.5) às especificidades do porto de Leixões.

Refiram-se ainda diversas ações para potenciais alterações/ampliações das infraestruturas do Porto de Leixões e dos respetivos acessos, tendo em conta os cenários de evolução que preveem um aumento do tráfego e diversificação da atividade.

2.4.5. Indústria e energia

Agenda Regional do Norte para a Economia Circular

Encontra-se atualmente em desenvolvimento a Agenda Regional do Norte para a Economia Circular⁶. Com este instrumento, pretende-se a formação de redes colaborativas para a implementação de ações ou iniciativas conjuntas e mecanismos de investimento coordenado. O trabalho em curso visa, ainda, estratégias de comunicação mais adequadas para a informação, sensibilização e participação pública.

A elaboração da Agenda Regional do Norte para a Economia Circular contempla as seguintes dimensões de análise: (i) realização de uma análise regional para uma caracterização socioeconómica e ambiental da região, com um particular enfoque no seu metabolismo económico, (ii) estabelecimento de um modelo de governança que definirá a coordenação e colaboração institucional entre várias entidades, com vista à implementação das ações que vierem a ser identificadas na Agenda Regional, e (iii) identificação de setores de transição considerados os mais intensivos no uso de recursos e que detêm um elevado peso na circulação atual de materiais.

2.5. Síntese das estratégias e planos

No Quadro 2.12 elaborou-se um resumo das mais relevantes políticas setoriais nacionais com identificação dos principais objetivos e dos pontos positivos e negativos na ótica do cumprimento dos objetivos da DQA.

Quadro 2.12 – Principais políticas setoriais nacionais que se cruzam com as políticas da água

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
Urbano	Plano de Ação para a Economia Circular Produção de água para reutilização (ApR)	Promover a economia circular através da produção e utilização de água para reutilização (ApR); Contribuir para o uso sustentável dos recursos hídricos, já que permite a manutenção de água no ambiente; Aumentar a resiliência dos sistemas face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de seca e de escassez de água.	Garantir disponibilidades, independentemente do ano hidrológico; Reduzir os volumes de água naturais captados; Diminuir as cargas rejeitadas nos recursos hídricos; Diminuir as necessidades de nutrientes na rega agrícola ou de jardins.	Diminuir os retornos para as massas de água com aumento da concentração de poluentes; Necessitar, em certas situações de investimentos iniciais significativos; Existir ainda alguma resistência em termos de aceitação pública.
	PENSAARP 2030	Melhorar os serviços de abastecimento de água e de gestão de águas residuais e pluviais: Qualidade e resiliência dos serviços; Proteção e valorização ambiental; Sustentabilidade técnica, económica e financeira; Transparência e responsabilização.	Promover a eficiência hídrica através da diminuição de perdas nas redes de abastecimento; Elaborar análise do risco associado às novas exigências da Diretiva de águas consumo humano; Integrar a gestão das águas pluviais; Adequar o tratamento das águas residuais ao estado da massa de água recetora;	Aumentar a concentração de descargas nas massas de água com a construção de grandes ETAR; Aumentar custos associados às novas exigências e seus reflexos nos tarifários.

⁶ <https://www.ccdr-n.pt/pagina/regiao-norte/agenda-regional-do-norte-para-economia-circular>

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
			Reduzir as descargas indevidas, nomeadamente as associadas à manutenção; Promover a ligação às redes de saneamento para reduzir outras soluções ambientalmente menos favoráveis.	
	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)	Renovar os edifícios com vista a melhorar a eficiência energética e a eficiência hídrica, os níveis de conforto e a qualidade do ar interior.	Reduzir consumos de água; Reduzir perdas de água nas redes prediais.	-
	ECO.AP 2030	Promover a descarbonização e a transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado, contribuindo para as metas de redução de GEE, de redução de consumos de energia, de água e de materiais.	Melhorar o desempenho hídrico dos edifícios da Administração Pública.	-
	AQUA+	Classificar o desempenho hídrico dos edifícios.	Melhorar o desempenho hídrico dos edifícios.	-
Indústria	Indústria 4.0	Modernizar o setor industrial.	Minimizar o consumo de energia e de recursos.	Falta referência concreta à utilização da água e melhoria na eficiência de tratamento das águas residuais produzidas, apostando na economia circular.
Energia	Estratégia para o Hidrogénio (EN-H2)	Produzir hidrogénio como contributo para a descarbonização da economia rumo à neutralidade carbónica.	Aumentar a produção por fontes renováveis.	Aumentar os consumos de água, retirando do ciclo da água a maior parte dos volumes consumidos.
	Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio (PPP Lítio)	Lançar procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio em oito áreas potenciais.	-	Aumentar os volumes captados; Provocar problemas de qualidade das massas de água.
	Painéis fotovoltaicos em albufeiras	Produzir energia elétrica através da instalação de painéis fotovoltaicos em albufeiras.	Aumentar a produção por fontes renováveis; Permitir utilizar infraestruturas de receção e distribuição de energia já existentes.	Provocar problemas de qualidade das massas de água; Diminuir as potencialidades do plano para outros usos com menor pressão.
Agrícola	Programa Nacional de Regadios (PNRegadios)	Desenvolver o regadio sustentável em Portugal no quadro de uma estratégia de médio/longo prazo.	Promover a eficiência hídrica através da modernização e reabilitação de alguns regadios existentes.	Aumentar os volumes captados com o aumento de áreas de regadio; Aumentar ações que

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
				provocam alterações físicas das massas de água, sem que o teste do 4(7) tenha sido realizado; Faltar uma avaliação ambiental estratégica das soluções preconizadas e não integradas entre si.
	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e Plano de Ação	Produzir e promover produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos.	Reduzir ou eliminar a utilização de pesticidas e adubos químicos melhorando a qualidade das massas de água; Adequar as culturas aos solos e disponibilidades hídricas existentes.	
	Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)	Reduzir a dependência externa, consolidar e aumentar as áreas de produção de cereais; Criar valor na fileira dos cereais e viabilizar a atividade agrícola em todo o território.	-	Aumentar os volumes captados; Aumentar a utilização de fertilizantes e pesticidas.
	Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030	Fazer crescer o setor agroalimentar, tomar parte numa resposta ágil e adequada que os vários desafios exigem do setor.	Promover a eficiência hídrica no setor agrícola.	Aumentar os volumes captados com produção de culturas mais exigentes em água; Provocar problemas ao nível da qualidade das massas de água.
	PAC nacional	Contribuir para o aumento do valor gerado pelos setores agrícola, florestal e agroindustrial em todo o território nacional e assegurar a continuidade na produção de bens ambientais, a mitigação das alterações climáticas e da desertificação.	-	Aumentar os volumes captados com produção de culturas mais exigentes em água; Aumentar a utilização de fertilizantes e pesticidas.
	RCM Agricultura intensiva	Definir orientações e recomendações relativas à informação e sustentabilidade da atividade agrícola intensiva.	Utilizar ApR na rega para reduzir volumes captados.	Aumentar os volumes captados com produção de culturas mais exigentes em água; Aumentar a utilização de fertilizantes e pesticidas.
Pecuário	ENEAPAI 2030	Resolver os problemas ambientais diagnosticados, em particular na qualidade das massas de água.	Melhorar a qualidade das massas de água através da definição de tratamento e destino adequado aos efluentes pecuários, adaptados a cada região.	Aumentar os nutrientes que chegam às massas de água devido às más práticas de valorização agrícola dos efluentes pecuários e outros sem destino final adequado.
Turismo	Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Afirmar o turismo como <i>hub</i> para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o	Aumentar a eficiência hídrica no setor do turismo;	Aumentar empreendimentos turísticos em zonas

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
		território.	Promover a utilização de ApR.	protegidas; Promover infraestruturas que limitam a continuidade fluvial.
	Eficiência hídrica em campos de golfe	Melhorar as práticas de gestão da água na rega dos campos de golfe.	Aumentar a eficiência hídrica nos campos de golfe; Promover a utilização de ApR.	Aumentar os volumes captados com produção de culturas mais exigentes em água; Aumentar a utilização de fertilizantes e pesticidas.
Aquicultura	Plano para a Aquicultura em Águas de Transição (PAqAT)	Promover o crescimento da produção aquícola em Portugal.	Produção de peixe a preços mais baixos e acessíveis; Reduzir a pressão da pesca.	Gerar problemas ao nível da qualidade das massas de água (utilização de substâncias para controle de pragas, alimentação e materiais de instalação dos estabelecimentos).

No Quadro 2.13 elaborou-se um resumo das mais relevantes políticas setoriais regionais com identificação dos principais objetivos e dos pontos positivos e negativos na ótica do cumprimento dos objetivos da DQA.

Quadro 2.13 – Principais políticas setoriais regionais que se cruzam com as políticas da água

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
Ordenamento do território	Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	Definir a estratégia regional de desenvolvimento territorial.	Propor Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA); Definir diretrizes (instrumentos de execução) específicas para o sistema hídrico, também enquadradas pela Lei da Água e DQA.	Dificuldade em articular com os objetivos da DQA.
	Planos Diretores Municipais (PDM)	Referenciar espacialmente os usos e as atividades, nomeadamente através da definição das classes e das categorias de espaços; Identificar as condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção.	Melhorar a gestão do território; Salvaguardar as condicionantes presentes no território.	Dificuldade em integrar as condicionantes relativas à água.
Alterações climáticas	Planos Intermunicipais de Adaptação às	Promover a integração da adaptação às	Aumentar a resiliência do território às	Agravar os riscos dos eventos extremos e as consequências da

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
	Alterações Climáticas (PIMAAC)	alterações climáticas no planeamento municipal e intermunicipal.	alterações climáticas; Minimizar os impactes de inundações e da erosão costeira.	escassez pela não implementação das medidas de adaptação.
	Estratégias Municipais/Planos de Ação Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas	Definir as medidas de adaptação às alterações climáticas a implementar ao nível do município, com especificação por cada setor e atribuição de prioridades de execução.		
Agricultura, pecuária e florestas	Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)	Promover, à escala regional, a gestão florestal sustentável, procurando o equilíbrio entre as funções sociais, económicas e ambientais proporcionadas pelos espaços florestais.	Proteger e conservar o solo, aumentar a infiltração e a recarga dos aquíferos, reter sedimentos; Garantir a produção sustentada dos bens e serviços associados aos espaços florestais.	Utilizar espécies de crescimento rápido e não adaptadas ao clima mediterrâneo, que consomem mais recursos e são uma das causas de degradação dos ecossistemas ribeirinhos.
Portuário	Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026	Aumentar a competitividade da rede de portos comerciais do continente.	-	Adequar estruturas e equipamentos, melhorar as condições de operacionalidade, com o aumento do tráfego portuário podem afetar negativamente o estado das massas de água.
	Plano Estratégico da APDL 2017-2026	Definir a estratégia de desenvolvimento para a APDL e para o Sistema de Portos do Norte de Portugal (SPNP), assim como do seu Plano de Ação; Desenvolver a atividade portuária assente no envolvimento dos <i>stakeholders</i> , na navegação segura e não poluente.	Assumir a sustentabilidade como um dos Eixos Estratégicos de Intervenção; Identificar a mitigação dos impactes ambientais da operação portuária (em especial em Leixões) como um dos fatores críticos de sucesso; Identificar ações específicas para a valorização ambiental do porto de Leixões e envolvente.	Potencial aumento das pressões sobre as massas de água, devido à previsão de aumento do tráfego e de diversificação da atividade e da alteração/ampliação de infraestruturas para dar resposta aos cenários de evolução; Necessidade de realização de dragagens para aprofundar a bacia de manobra no anteporto e o canal de acesso ao porto de Leixões; Adequar estruturas e equipamentos, melhorar as condições de

Setores	Estratégia/Plano	Principais objetivos	Pontos positivos	Pontos negativos
				operacionalidade, com o aumento do tráfego portuário podem afetar negativamente o estado das massas de água.
Indústria e energia	Agenda Regional do Norte para a Economia Circular	Identificar as oportunidades de aceleração e transição para a utilização mais eficiente e sustentável dos recursos.	Utilizar os recursos de forma mais eficiente e sustentável.	-

3. CENÁRIOS SOCIOECONÓMICOS

3.1. Cenários macroeconómicos

3.1.1. Situação económica em Portugal

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, constitui um choque sobre a saúde pública mundial com um impacte económico e social sem paralelo na história recente, refletindo efeitos adversos, que se interligam e se amplificam tanto do lado da procura como do lado da oferta, generalizados a um conjunto muito alargado de países, de entre os quais Portugal.

A disrupção na economia mundial desencadeada pela situação pandémica traduz-se de forma negativa ao nível da produção, do emprego, da produtividade, do sistema financeiro e da confiança dos agentes económicos, que, contudo, deverá ser mitigada pelas medidas subsequentemente implementadas, quer a nível nacional, quer a nível internacional, para controlo da doença, manutenção de rendimentos e apoio à economia (Ministério das Finanças, 2020).

Em 2020, a atividade económica mundial revelou uma quebra sem precedentes nas décadas mais recentes, refletindo o impacte da pandemia. Verificou-se uma diminuição do PIB mundial de 3,4%, após uma década de expansão caracterizada por um crescimento médio de 3,7%. O comércio mundial de bens e serviços caiu também de forma abrupta, cerca de 10% em relação ao ano anterior. Por seu turno, a taxa de inflação manteve-se baixa, acompanhada de um recuo significativo dos preços do petróleo, o que contrastou com alguma aceleração dos preços das matérias-primas não energéticas, sobretudo em bens alimentares.

As medidas de confinamento e contenção tomadas tiveram como resultado a suspensão temporária da atividade de algumas empresas e a perturbações nas cadeias produtivas e conduziram a reduções forçadas do lado da procura, com reflexo no adiamento de decisões de consumo e de investimento. Esta redução da atividade económica conduziu à deterioração do mercado de trabalho, não obstante os apoios públicos concedidos a empresas e famílias tenham contribuído para atenuar uma subida mais significativa da taxa de desemprego.

Como resultado da pandemia de COVID-19, a economia portuguesa conheceu em 2020 a maior recessão desde que há registos, com uma diminuição do PIB de 7,6%, em termos reais (Quadro 3.1). Esta contração do PIB foi mais acentuada do que a verificada na média dos países da área do euro (-6,6%), o que se traduz numa interrupção da trajetória convergente que a economia nacional vinha prosseguindo há quatro anos consecutivos (com um crescimento médio de 2,7% em comparação com 1,9% na área do euro). Ainda assim, Portugal registou uma queda menos acentuada do que a verificada noutros países europeus com um peso significativo do setor do turismo, como Espanha (-10,8%), Itália (-8,9%) e Grécia (-8%).

Depois de um crescimento, em 2019, em termos reais, de quase o dobro do registado pelo conjunto das economias da área do euro (2,5% vs. 1,3%), a economia portuguesa foi significativamente afetada pela pandemia, tendo-se verificado uma redução homóloga do PIB em todos os trimestres de 2020, com particular incidência no segundo, tal como se pode observar no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Evolução do PIB e componentes da Despesa em 2019 e 2020

	2019	2020	2019				2020			
			I	II	III	IV	I	II	III	IV
PIB e componentes da Despesa <i>(em termos reais)</i>										
PIB real (t.v.h., em %)	2,5	-7,6	2,6	2,4	2,3	2,6	-2,2	-16,3	-5,7	-6,1
Consumo privado	2,6	-5,9	2,6	2,5	2,8	2,5	-0,8	-13,8	-4,1	-4,8
Consumo público	0,7	0,5	0,1	0,2	0,9	1,7	0,1	-4,0	2,8	3,1
Investimento (FBCF)	5,4	-1,9	9,1	5,7	4,3	2,6	-0,3	-8,5	0,7	0,3
Exportações de bens e serviços	3,9	-18,6	4,0	2,0	3,1	6,7	-4,8	-40,0	-15,9	-14,1
Importações de bens e serviços	4,7	-12,0	6,1	3,7	5,7	3,4	-1,7	-29,1	-11,0	-6,5

	2019	2020	2019				2020			
			I	II	III	IV	I	II	III	IV
Contributos (p.p.)										
Procura interna	2,8	-4,6	3,4	3,1	3,4	1,2	-0,9	-11,4	-3,5	-2,7
Procura externa líquida	-0,3	-3,0	-0,8	-0,7	-1,0	1,4	-1,3	-4,9	-2,1	-3,5
Evolução dos preços (%)										
Deflator PIB	1,7	2,5	2,0	1,5	1,8	1,6	1,9	4,5	1,8	2,1
IHPC Portugal	0,3	-0,1	0,8	0,6	-0,3	0,2	0,5	-0,2	-0,4	-0,4
Mercado de trabalho (t.v.h., em %)										
Emprego	0,8	-1,7	1,4	0,8	0,7	0,2	-0,4	-3,4	-2,5	-0,6
Produtividade aparente do trabalho	1,7	-5,9	1,1	1,6	1,6	2,5	-1,8	-13,4	-3,2	-5,5
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,5	6,8	6,8	6,3	6,1	6,7	6,7	5,6	7,8	7,1
dos quais % de longa duração	49,9	39,5	46,8	53,1	52,3	47,8	43,8	37,2	37,3	39,7
por memória (área do euro)										
PIB	1,3	-6,6	1,6	1,3	1,4	1,0	-3,3	-14,6	-4,2	-4,9
Emprego	1,2	-1,6	1,4	1,2	1,1	1,1	0,4	-2,9	-2,1	-1,9
Produtividade aparente do trabalho	0,1	-5,1	0,2	0,1	0,3	-0,1	-3,7	-12,1	-2,2	-3,1
IHPC	1,2	0,3	1,4	1,4	1,0	1,0	1,1	0,2	0,0	-0,3

t.v.h. – Taxa de variação homóloga

Fontes: INE e Eurostat

No plano dos setores de atividade económica, os níveis de confiança das empresas, que haviam sofrido uma queda histórica em maio de 2020 (particularmente acentuada nos serviços) e recuperado até outubro desse ano, registaram uma redução no comércio e nos serviços, tendo a indústria e a construção sido menos afetadas pela terceira vaga de COVID-19 (início de 2021). Em março desse ano, as empresas de todos os setores registaram uma melhoria nos níveis de confiança, verificando-se uma inversão da tendência negativa dos meses anteriores. Por seu lado, o indicador de confiança dos consumidores aumentou significativamente em março de 2021, seguindo uma tendência de crescimento ligeiro desde novembro de 2020, e tendo registado o valor mais elevado desde abril de 2020. O indicador de “sentimento económico” da Comissão Europeia, que sintetiza todos estes índices, registou igualmente uma melhoria significativa em março de 2021 (7,6 p.p.).

O indicador diário de atividade económica desenvolvido pelo Banco de Portugal, que revelava uma melhoria da atividade económica até ao Natal de 2020, entrou em queda após o início do novo confinamento, vindo a registar uma subida muito acentuada na segunda quinzena de março de 2021 (que compara já com o período de confinamento da primeira vaga em 2020). Este indicador aponta para um aumento da atividade económica superior a 25% quando comparado com o mesmo período de 2020.

Programa de Estabilidade 2021-2025

O Programa de Estabilidade (PE) para o período compreendido entre 2021 e 2025 – apresentado pelo Governo português à Assembleia da República a 15 de abril de 2021 e que constitui o plano nacional orçamental de médio prazo – assenta num quadro económico-financeiro que cria condições para a recuperação económica e social e para enfrentar os principais desafios deixados pela pandemia de COVID-19. Um quadro baseado no impulso macroeconómico do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no estímulo ao investimento público e privado e ao emprego.

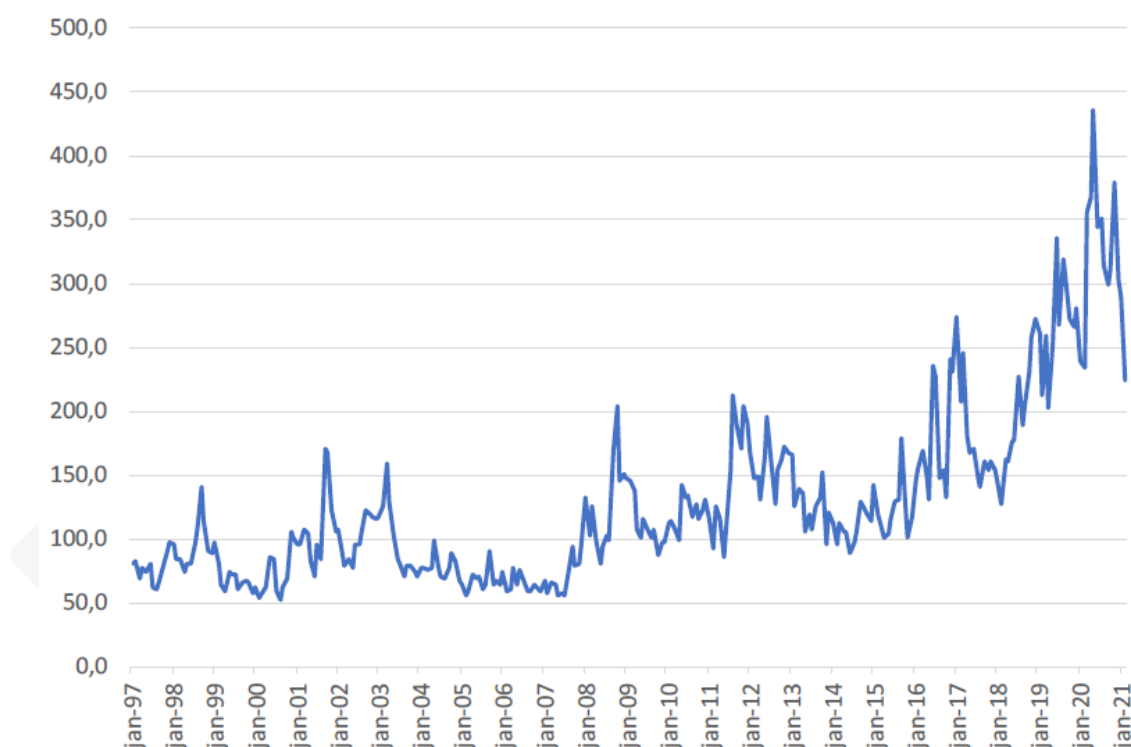
O PRR de Portugal, com um período de execução até 2026 e com recursos que ascendem a cerca de 16,6 mil milhões de euros em subvenções, ligados a um conjunto de reformas e investimentos, visa contribuir para um crescimento económico sustentado e para reforçar a convergência do País com a média europeia e estimulando a transição digital e climática na próxima década. De forma complementar ao PRR, o próximo ciclo de fundos estruturais 2021-2027 que, sendo sequencial ao Portugal 2020, deverá alavancar o esforço

reformista e de mudança estrutural, com principal enfoque nos domínios da inovação e da transição digital, demografia, inclusão e coesão territorial.

De acordo com o PE 2021-2025, no final de 2025, o nível do PIB deverá situar-se 3,5% acima do nível que se teria verificado num cenário sem a existência do PRR. Na sua totalidade, o PRR e as medidas de relançamento da economia nacional representam cerca de 17 mil milhões de euros no horizonte deste Programa, com o valor de medidas em 2022 a ascender a 1,7% do PIB. Num contexto de controlo da pandemia e de recuperação da atividade económica, prevê-se uma transição gradual das medidas de cariz emergencial para políticas de estímulo ao crescimento, para as quais se espera que o PRR dê um contributo decisivo.

A economia portuguesa tem beneficiado de condições de financiamento extremamente favoráveis no mercado internacional, o que beneficia empresas e famílias, assim como protege a estabilidade do sistema financeiro. Portugal conseguiu, no início de 2021, pela primeira vez na sua história, emitir dívida a 10 anos com juros negativos, um resultado que se deve em grande medida à credibilidade externa ganha pelo País nos últimos anos e à resposta da política monetária levada a cabo no seguimento da crise pandémica.

A incerteza sobre a duração, a magnitude e a dispersão geográfica da pandemia de COVID-19 tornam particularmente difícil a quantificação dos seus impactes na economia e a realização de quaisquer cenários macroeconómicos futuros. Efetivamente, no início de 2021, o panorama internacional ficou marcado por níveis muito elevados de incerteza (Figura 3.1) resultantes de um conjunto alargado de fatores de âmbito político e económico.



Fonte: Davis, Steven J., *An Index of Global Economic Policy Uncertainty*.

Figura 3.1 – Índice de incerteza da política económica global

O ritmo de recuperação esperado pós-pandemia está fortemente condicionado pela evolução mundial da pandemia, pelo ritmo da vacinação e pela continuidade de medidas de estímulo económico tomadas pelos governos nacionais e pelos bancos centrais. Esta recuperação deverá ser desigual entre países, dependendo

da amplitude e severidade dos efeitos da pandemia na perturbação da atividade económica, conjugada com o peso relativo dos setores mais vulneráveis às restrições e à mobilidade.

As projeções das principais instituições internacionais apontam para uma recuperação significativa da atividade económica mundial. De acordo com a OCDE, espera-se que o crescimento do PIB mundial aumente 5,6% e 4% em 2021 e 2022, respetivamente, (-3,4% em 2020). No que concerne à área do euro, é expectável que o PIB cresça em torno de 4% em 2021 e 2022 (-6,8% em 2020), e a um ritmo mais moderado em 2023, segundo as projeções do Banco Central Europeu, refletindo a retoma da economia e do comércio mundiais, a par do início da execução dos investimentos e reformas previstos nos Planos de Recuperação e Resiliência (2021-26) e no Quadro Financeiro Plurianual (2021-27).

Depois de se ter verificado uma forte quebra da procura externa relevante para Portugal (de dois dígitos em 2020), associada ao forte recuo das importações provenientes dos principais parceiros comerciais, projeta-se uma recuperação robusta deste indicador nos próximos anos. Num cenário de manutenção de uma política monetária de continuidade de medidas não convencionais por parte do BCE, nomeadamente através de vários programas de injeções extraordinárias de liquidez criados ao longo de 2020, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo da área do euro se mantenham em valores muito reduzidos durante um período prolongado (de -0,5%, em 2021 e 2022 e de -0,4% em 2023). Projeta-se ainda a continuação de uma apreciação progressiva do euro face ao dólar norte-americano (1,14, em média, em 2020).

Cenário macroeconómico 2021-2025

O cenário macroeconómico para Portugal constante do Programa de Estabilidade 2021-2025 é apresentado no Quadro 3.2.

Quadro 3.2 – Cenário macroeconómico

	2020	2021 (e)	2022 (p)	2023 (p)	2024 (p)	2025 (p)
PIB e componentes da Despesa (em termos reais)						
PIB	-7,6	4,0	4,9	2,8	2,4	2,2
Consumo privado	-5,9	2,8	3,7	2,2	2,1	2,1
Consumo público	0,4	1,7	1,4	1,2	1,1	1,0
Investimento (FBCF)	-1,9	4,0	8,0	8,6	6,3	5,7
Exportações de bens e serviços	-18,6	8,7	7,9	5,1	4,8	4,6
Importações de bens e serviços	-12,0	5,4	6,0	6,0	5,6	5,4
Contributos (p.p.)						
Procura interna	-4,6	2,9	4,2	3,2	2,8	2,6
Procura externa líquida	-2,9	1,1	0,7	-0,4	-0,3	-0,4
Evolução dos preços						
Deflator do PIB	2,4	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
IPC	-0,1	0,8	0,9	1,1	1,3	1,4
Evolução do mercado de trabalho						
Emprego	-1,7	0,2	1,1	0,8	0,8	0,8
Taxa de desemprego (%)	6,8	7,3	6,7	6,4	6,0	5,8
Produtividade aparente do trabalho	-5,9	3,8	3,8	2,0	1,6	1,4
Saldo das balanças corrente e de capital (% do PIB)						
Necessidades líquidas de financiamento face ao exterior	0,1	2,1	3,4	3,4	2,9	2,5
Saldo da Balança Corrente	-1,1	0,0	0,6	0,4	0,1	0,0
do qual Saldo da Balança Comercial	-2,0	-0,7	0,1	-0,2	-0,4	-0,8
Saldo da Balança de Capital	1,2	2,2	2,9	3,0	2,9	2,6

Ótica de contas nacionais; (e) estimativa; (p) previsão
Fontes: INE e Ministério das Finanças

O cenário macroeconómico previsto para a economia portuguesa até 2025 contempla uma estimativa do crescimento real do PIB em 2022 de 4,9%, configurando uma retoma da trajetória de crescimento da economia, com o nível de 2019, mantendo-se um crescimento superior a 2% ao longo do restante período de projeção.

O consumo privado deve acelerar para 3,7% em 2022, estabilizando posteriormente em cerca de 2,1%. Esta evolução alinha-se não apenas com as projeções para o emprego, que se espera que aumente gradualmente, e em particular em 2022 (1,1%), mas também com a taxa de desemprego, que se prevê seja de 6,7% em 2022 e prosseguir a trajetória descendente registada antes da pandemia.

Espera-se que as exportações aumentem 7,9% em 2022, recuperando da queda de 18,6% em 2020, refletindo não só o aumento da procura externa global, como a retoma da atividade turística, na expectativa de uma evolução positiva da situação pandémica e dos efeitos associados ao processo de vacinação. O PE 2021-2025 prevê-se que as exportações desacelerem para um crescimento de 4,6% no final do horizonte de projeção e o crescimento das importações estabilize em torno dos 5,5% ao ano.

A melhoria gradual da confiança dos agentes económicos e a implementação das reformas contempladas no PRR sustentam a aceleração prevista do investimento em 2022 e 2023 (8,0% e 8,6%, respetivamente) e, no segundo caso, do consumo público, o qual deverá aumentar em 2021 e 2022 (1,7% e 1,4%, respetivamente), desacelerando posteriormente até 2025 (1%).

Depois de uma deterioração em 2020, a capacidade de financiamento da economia deverá aumentar e ascender a 3,4% do PIB em 2022 e 2023, acima do verificado no período pré-pandemia e devido em grande medida ao excedente da balança de capitais e à melhoria da balança corrente, reduzindo-se a partir de então até ao final do período de projeção (2,5%). Perante a ausência de mais pressões internas ou externas que condicionem a dinâmica dos preços, dada a evolução no mercado de trabalho, estima-se que a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor, regresse a valores positivos em 2021 (0,8%), prevendo-se que acelere gradualmente daí em diante, estabilizando em torno dos 1,4% no final do período considerado.

Impactes dos principais investimentos e reformas do PRR no crescimento

O PRR de Portugal estrutura-se em torno de três dimensões – a resiliência, a transição climática e a transição digital – e está alinhado com os princípios da Estratégia Portugal 2030 e com os diferentes eixos da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030. Como atrás se explanou, as três dimensões referidas do PRR concretizam-se através de 20 componentes, que integram, por sua vez, 37 reformas e 83 investimentos, totalizando 16 644 milhões de euros, sendo 13 944 milhões de euros financiados através de subvenções (84%) e 2 700 milhões de euros através de empréstimos (16%).

As medidas que constam do PRR têm como objetivo ultrapassar um conjunto de desafios de natureza global, bem como bloqueios estruturais intrínsecos ao País, que se constituem como constrangimentos ao seu desenvolvimento económico, nomeadamente o desafio ambiental, o processo de digitalização da economia, a qualificação dos portugueses, as desigualdades sociais e a necessidade de um desenvolvimento coeso do território.

A avaliação dos impactes macroeconómicos do PRR foi levada a cabo pelo Ministério das Finanças/ Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais através do seu modelo macroeconómico (que capta os efeitos “keynesianos” associados ao estímulo de procura), para as dinâmicas de curto e médio prazo, enquanto para os impactes no longo prazo associados à transformação estrutural da economia (impactes na oferta), relativos ao produto potencial, foi utilizado o modelo QUEST III R&D, desenvolvido pela Comissão Europeia e calibrado para a economia portuguesa.

A aplicação do modelo macroeconómico para avaliação do impacto dos investimentos e reformas constantes do PRR no curto e médio prazos, baseada na incorporação dos montantes associados nas correspondentes componentes (e.g. investimento público, investimento privado, gastos, transferências, etc.), resultou num incremento da taxa de crescimento média anual do PIB de 0,7 p.p. De acordo com este cenário de modelização, o PIB de 2025 encontra-se 3,5% acima do que estaria face ao cenário sem PRR. No conjunto destes cinco anos, cada euro investido no PRR traduz-se em 1,4 euros de impacto no PIB (multiplicador de curto prazo).

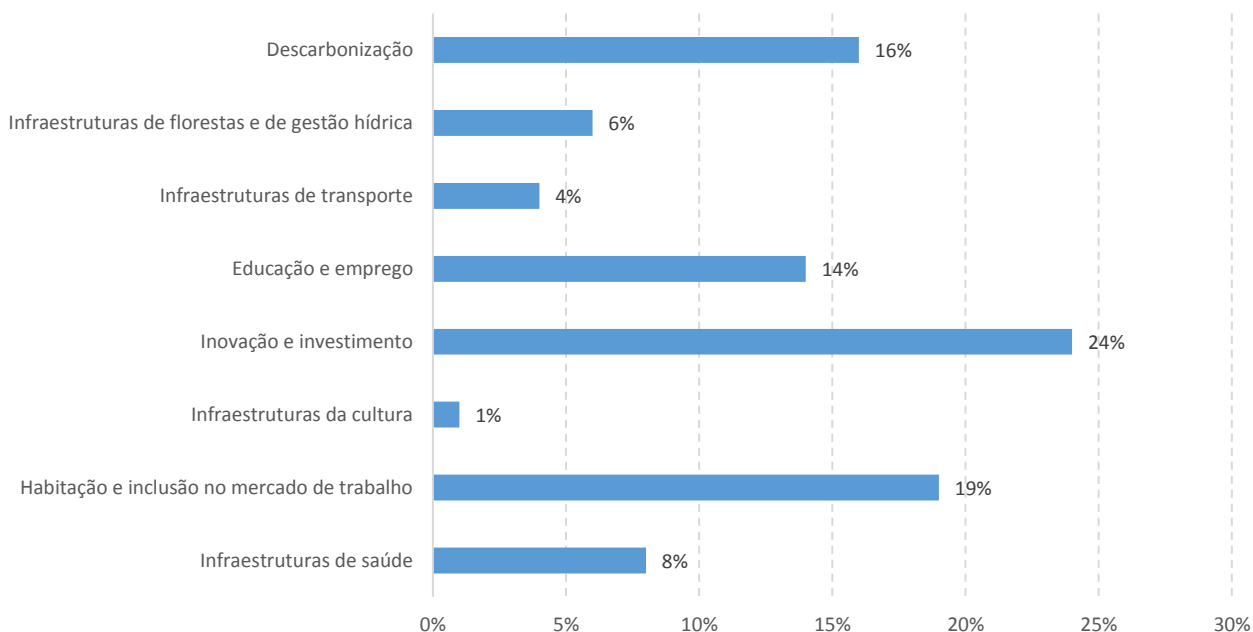
No que diz respeito à aferição do impacto dos investimentos e reformas do PRR no longo prazo, e tendo presente que algumas reformas e investimentos são complementares entre si, os efeitos foram estimados de forma conjunta, ou seja, as componentes foram agrupadas em subconjuntos, de acordo com o seu objetivo último (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 – Agregação das componentes do PRR por áreas temáticas

Área temática	Componente do PRR
Infraestruturas de saúde	C1 – Saúde
Habitação e inclusão no mercado de trabalho	C2 – Habitação (sem alojamento estudantil) C3 – Respostas sociais
Infraestruturas da cultura	C4 – Cultura
Inovação e investimento	C5 – Investimento e inovação C10 – Mar C12 – Bioeconomia C16 – Empresas 4.0
Educação e emprego	C2 – Habitação (alojamento estudantil) C6 – Qualificações e competências C20 – Escola digital
Infraestruturas de transporte	C7 – Infraestruturas
Infraestruturas de florestas e de gestão hídrica	C8 – Florestas C9 – Gestão hídrica
Descarbonização/redução da dependência energética	C11 – Descarbonização da indústria C13 – Eficiência energética em edifícios C14 – Hidrogénio e renováveis C15 – Mobilidade sustentável
Custos de contexto	C17 – Gestão financeira do Estado C18 – Justiça económica e ambiente C19 – Capacitação digital do Estado

Fonte: Ministério das Finanças

Na Figura 3.2 é apresentada a repartição do investimento do PRR por área temática, em percentagem do montante total alocado.



Fonte: Ministério das Finanças

Figura 3.2 – Investimento do PRR por área temática (em percentagem do total)

Da análise da Figura 3.2 pode concluir-se que o pacote de medidas com o maior “peso” é o que visa a promoção da inovação e investimento do País, representando 24% do montante total do PRR, seguido dos investimentos em inclusão social e em descarbonização que correspondem, respetivamente, a 19% e 16% do total. Os investimentos em educação e no emprego assumem igualmente uma parcela relevante com cerca de 14% do montante total alocado.

Os impactes estimados no modelo QUEST refletem a diferença na trajetória do crescimento potencial das variáveis analisadas face a um cenário-base, onde a economia não beneficia do PRR. Tendo em consideração a diversidade dos investimentos e o objetivo último das políticas, pode, de forma sumária, afirmar-se que a maior parte dos investimentos traduz-se num aumento do investimento público e privado com impacte no consumo privado e em alguns casos no emprego.

Os investimentos em saúde, transportes, florestas e gestão hídrica refletem o investimento realizado em infraestruturas, enquanto para as restantes componentes procurou-se que o modelo refletisse o efeito reformador da medida. Por seu turno, os investimentos em empresas procuram captar a redução de custos de contexto, a promoção da inovação, designadamente através do desenvolvimento de atividades de investigação e desenvolvimento, o estímulo à internacionalização das empresas, o aumento do investimento em capital físico que melhore o posicionamento concorrencial e diferenciador das empresas, e consequentemente o aumento da competitividade do tecido empresarial.

No que concerne à componente de apoio social, é exetável que a mesma venha a ter um impacte no mercado de trabalho por via da inclusão de pessoas, da melhoria das condições de vida e do apoio à natalidade. O investimento em educação traduz-se também em alterações ao nível das competências dos trabalhadores e dos estudantes, que se repercute em maior produtividade nas empresas, maior empregabilidade, melhores salários e mais atividade económica.

O aumento do emprego está relacionado com as medidas relativas à educação e à inclusão, uma vez que este modelo considera a taxa de desemprego fixa (limitação). O aumento do emprego só se verifica via melhoria das qualificações e, consequentemente, da empregabilidade das pessoas, ou por via do aumento da população ativa.

Observa-se que da aplicação do modelo QUEST à avaliação dos impactos dos investimentos e reformas constantes do PRR resulta um multiplicador acumulado ao longo de 20 anos de cerca de 4,8. Isto significa que por cada euro investido ao longo do período 2021-2026 no âmbito do PRR traduz-se num ganho acumulado cerca de cinco vezes superior ao longo dos próximos 20 anos. Será de esperar, contudo, que os efeitos das diferentes áreas de intervenção sejam diferentes de área para área. Há que notar que estes multiplicadores medem os ganhos económicos no produto, acumulados ao longo do horizonte temporal em apreço, não captando outras dimensões relevantes dos investimentos e reformas previstos, como a maior justiça social ou os ganhos ambientais.

No Quadro 3.4 é apresentado o efeito do PRR em termos de diferencial ao nível do PIB potencial e da taxa de emprego estrutural ao fim de 10 anos e ao fim de 20 anos (longo prazo). Observa-se que uma parte significativa dos ganhos estruturais se materializa na primeira década, mantendo-se depois e registando inclusivamente alguns ganhos adicionais.

Quadro 3.4 – Quantificação dos impactos macroeconómicos a 10 e a 20 anos

Área temática	Quantificação dos impactos			
	Efeito a 10 anos (2031)		Efeito a longo prazo (20 anos) (2041)	
	PIB	Taxa de emprego (p.p.)	PIB	Taxa de emprego (p.p.)
Total	2,22%	0,61	3,13%	0,77
Infraestruturas de saúde	0,25%	0,00	0,25%	0,01
Habitação e inclusão no mercado de trabalho	0,25%	0,35	0,29%	0,35
Infraestruturas da cultura	0,03%	0,00	0,02%	0,00
Inovação e investimento	0,64%	0,06	0,94%	0,08
Educação e emprego	0,36%	0,15	0,78%	0,27
Infraestruturas de transporte	0,10%	0,00	0,11%	0,00
Infraestruturas de florestas e de gestão hídrica	0,08%	0,00	0,06%	0,00
Descarbonização/redução da dependência energética	0,33%	0,04	0,48%	0,05
Custos de contexto	0,19%	0,01	0,21%	0,01

Fonte: Ministério das Finanças

O nível do PIB anual será, ao fim de 10 anos (i.e., em 2031), 2,2% superior do que seria sem PRR, o que significa que o PRR gera um aumento médio na taxa de crescimento potencial anual de cerca de 0,22 p.p. Ao fim de 20 anos (i.e., em 2041), o produto anual estará 3,1% acima do nível do produto que se registaria sem PRR, revelando assim alguns ganhos adicionais resultantes dos efeitos da transformação estrutural que perdurarão na economia portuguesa.

Há que notar que, como em qualquer exercício desta natureza, existe um conjunto de limitações subjacentes a esta quantificação dos impactos sobre o produto potencial. A modelização efetuada reflete uma representação estilizada da economia e é construída com base num conjunto alargado de simplificações e com recurso a um conjunto limitado de agentes e variáveis, apenas algumas reformas e investimentos podem ser quantificados pelo mesmo. Nos casos em que essa estimação é possível, nem sempre são captadas todas as dimensões de política económica e social (e.g. ganhos de justiça social ou ganhos ambientais sem tradução económica imediata). Além disso, a modelização depende de estimativas de impactos à escala micro que nem sempre são possíveis de obter (Ministério das Finanças, 2021).

Convém ainda referir que as estimativas apresentadas devem ser entendidas como parciais, dado que é exetável que as reformas e investimentos não modelizados afetem positivamente a economia portuguesa. A avaliação de cada conjunto de medidas numa determinada área foi feita num cenário *ceteris paribus* (em que tudo o resto se mantém constante, não tendo, por essa razão, sido consideradas alterações à política fiscal). Refira-se ainda que as medidas das diferentes áreas do PRR apresentam complementaridades que poderão reforçar os resultados esperados e que para algumas medidas o efeito conjunto ser menor do que a soma dos efeitos isolados (Ministério das Finanças, 2021).

Comparações com cenários de outras instituições

Após a forte contração do PIB real português observada em 2020, as projeções das outras instituições nacionais e internacionais também antecipam um crescimento da economia em 2021 (Quadro 3.5).

Quadro 3.5 – Estimativas de outras instituições 2021-2025

PIB e componentes da Despesa (taxa de crescimento real, %)	2020 (INE)	2021					2022					2023			2024		2025	
		CFP	BdP	CE	FMI	OCDE	CFP	BdP	CE	FMI	OCDE	CFP	BdP	FMI	CFP	FMI	CFP	FMI
PIB	-7,6	3,3	3,9	4,1	3,9	1,7	4,9	5,2	4,3	4,8	1,9	2,5	2,4	2,5	2,1	2,3	1,7	1,8
Consumo privado	-5,9	2,7	2,0	-	-	1,1	6,0	4,8	-	-	2,8	2,8	2,3	-	2,5	-	1,8	-
Consumo público	0,4	3,6	3,7	-	-	3,5	0,6	0,7	-	-	0,7	0,9	0,6	-	0,9	-	0,9	-
Investimento (FBCF)	-1,9	3,4	3,6	-	-	0,1	6,0	8,0	-	-	2,5	3,7	3,7	-	2,0	-	2,0	-
Exportações de bens e serviços	-18,6	8,9	13,7	-	10,8	3,6	11,3	11,5	-	14,3	5,8	5,0	5,3	6,6	3,2	4,5	3,2	4,0
Importações de bens e serviços	-12,0	7,6	10,2	-	8,9	2,5	11,0	9,9	-	12,1	6,9	5,0	5,0	5,8	3,3	4,2	3,2	4,0
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)																		
Procura interna	-4,6	3,0	1,4	-	-	-	5,0	2,5	-	-	-	2,6	2,3	-	2,2	-	1,8	-
Procura externa líquida	-2,9	0,3	-	-	-	0,4	-0,1	-	-	-	-0,5	-0,1	-	-	-0,1	-	-0,1	-
Evolução dos preços (taxa de variação, %)																		
Deflator do PIB	2,4	1,1	-	-	-	0,3	1,1	-	-	-	0,5	1,1	-	-	1,1	-	1,1	-
IHPC	-0,1	0,8	0,7	0,9	0,9	-0,2	0,8	0,9	1,2	1,2	0,3	0,8	1,3	1,2	0,8	1,4	0,8	1,5
Mercado de trabalho (taxa de variação, %)																		
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	-1,7	-0,2	0,3	-	-	-	-0,2	1,6	-	-	-	-0,2	0,5	-	-0,2	-	-0,2	-
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,8	8,3	7,7	-	7,7	9,5	8,3	7,6	-	7,3	8,2	8,3	7,2	6,9	8,3	6,7	8,3	6,6
Produtividade aparente do trabalho	-5,9	3,5	-	-	-	-	3,5	-	-	-	-	3,5	-	-	3,5	-	3,5	-
Saldo das balanças corrente e de capital (% do PIB)																		
Capacidade/necessidade líquida financiamento face ao exterior	-1,1	0,0	1,5	-	-	-	0,0	2,8	-	-	-	0,0	2,9	-	0,0	-	0,0	-
Saldo da balança corrente	-2,0	-0,9	-	-	-0,6	-0,6	-0,9	-	-	0,3	-0,7	-0,9	-	0,5	-1,0	0,5	-1,0	0,6
do qual: saldo da balança de bens e serviços	-2,0	-1,8	-0,9	-	-	-	-1,8	0,0	-	-	-	-1,9	0,2	-	-1,9	-	-1,9	-
Saldo da balança de capital	0,9	0,9	-	-	-	-	0,9	-	-	-	-	0,9	-	-	0,9	-	0,9	-

Fontes: Instituto Nacional de Estatística (INE) - Contas Nacionais Trimestrais, 26 de fevereiro 2021; Banco de Portugal (BdP) – Boletim Económico, 26 de março 2021; Conselho das Finanças Públicas (CFP) - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2021-2025, 31 de março 2021 (cenário de políticas invariantes); Comissão Europeia (CE) - *European Economic Forecast: Winter 2021*, 11 de fevereiro 2021; Fundo Monetário Internacional [FMI] - *World Economic Outlook*, 06 de abril 2021; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - *Economic Outlook*, 01 de dezembro 2020.

A previsão do Ministério das Finanças para o crescimento real do PIB em 2021 (4%) encontra-se alinhada com as previsões do Banco de Portugal e do FMI, sendo superior à antecipada pelo Conselho das Finanças Públicas (3,3%). As diferenças significativas entre as previsões do FMI (3,9%) e da OCDE (1,7%) mostram não apenas diferenças na informação estatística disponível aquando da sua publicação, mas sobretudo o elevado grau de incerteza quanto à evolução da pandemia de COVID-19, o que condiciona fortemente os exercícios de projeção económica para os próximos anos.

Analisando o Quadro 3.5 quanto às componentes da despesa agregada em 2021, constata-se que as previsões do Banco de Portugal para a procura externa, nomeadamente para o crescimento das exportações (13,7%), são mais otimistas do que as antecipadas pelo Ministério das Finanças e pelo CFP (8,7% e 8,9%, respetivamente). No que respeita à procura interna, ambas as instituições nacionais esperam um maior crescimento do consumo público e uma menor recuperação do investimento, comparativamente ao cenário governamental. Quanto ao mercado de trabalho, a previsão para a taxa de desemprego para 2021 estimada pelo Ministério das Finanças (7,3%) encontra-se abaixo daquela que é projetada pelas outras instituições nacionais e internacionais. As previsões relativas às balanças externas encontram-se acima dos valores apontados por essas instituições. O Ministério das Finanças prevê uma capacidade de financiamento face ao exterior de 2,1% do PIB, em comparação com 1,5% e 0,0% estimados pelo Banco de Portugal e pelo Conselho de Finanças Públicas (CFP).

Em linha com todas as outras instituições, prevê-se uma aceleração do crescimento real da economia em 2022. A previsão duma variação do PIB real de 4,9% é semelhante à previsão do CFP e abaixo daquela que é avançada pelo Banco de Portugal (5,2%). Estas duas últimas instituições preveem um crescimento do consumo privado significativamente superior aos 3,7% previstos neste documento (respetivamente, 6,0% e 4,8%).

Quanto à evolução da procura externa em 2022, a previsão do Ministério das Finanças para o crescimento das exportações (7,9%) compara com valores acima dos 11% referidos pelas referidas instituições. A OCDE é a instituição mais pessimista sobre a evolução da economia portuguesa, prevendo uma ligeira aceleração do PIB em 2022, mas para um crescimento real inferior a 2%, sendo estas diferenças explicadas pelas expectativas mais negativas, quanto à procura interna e à taxa de desemprego.

Para os três restantes anos do horizonte de projeção, depois dos dois anos de forte crescimento em 2021 e 2022, as instituições apontam para uma desaceleração gradual do crescimento real até 2025, mantendo-se taxas de crescimento superiores a 2% até 2025. Tanto o CFP (1,7%) como o FMI (1,8%) esperam um crescimento real em 2025 que compara com 2,2% previstos pelo Ministério das Finanças.

Neste momento não estão disponíveis dados que permitam avaliar como irá evoluir a economia portuguesa em 2026 e 2027, os dois anos finais deste ciclo de planeamento.

4. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS PRESSÕES



4.1. Principais investimentos estruturantes com impacto nas massas de água

Para efeitos do PGRH, entende-se por “investimento estruturante” aquele que tem um elevado interesse público à escala regional a médio e a longo prazo, visa a modernização e o desenvolvimento das atividades económicas em geral, a melhoria das condições de vida das populações ou a proteção ambiental. Da sua concretização devem resultar transformações no tecido económico e social, diretas e indiretas, podendo estas ter um impacto positivo ou negativo no ambiente, designadamente ao nível das massas de água.

Deste modo, e para realizar uma cenarização da possível evolução das pressões, é importante uma sistematização dos investimentos estruturantes implementados ou em implementação nos últimos dois anos ou previstos para a região que possam ter impactos, positivos ou negativos, nas massas de água.

Atendendo que a caracterização das pressões realizada na Parte 2 do PGRH tem como base a informação relativa ao ano 2018, inclui-se aqui um levantamento dos projetos implementados em 2019 e 2020 e os projetos previstos até 2027.

Estes investimentos estruturantes podem incluir projetos que tenham:

- Impactes positivos nas massas de água que, inclusive, podem contribuir para o Bom estado dessas massas de água e que se transformam em medidas do plano, constando da Parte 6 (os investimentos estruturantes em curso que constituem medidas do 2.º ciclo do PGRH já foram alvo de análise mais detalhada nas avaliações intercalares desse ciclo de planeamento);
- Impactes negativos nas massas de água que serão sujeitos a uma apreciação no âmbito do processo de licenciamento necessária para avaliar as implicações em termos de alteração do estado das massas de água afetadas, nomeadamente incluindo uma avaliação da necessidade de aplicação das disposições do artigo 4.º (7) da Diretiva Quadro da Água (DQA) ou do número 5 do artigo 51.º da Lei da Água e, nos casos aplicáveis, conseguir dar cumprimento às exigências que constam nas referidas normas, bem como o processo de avaliação de impacto ambiental ou de incidências ambientais, nos casos aplicáveis.

No Quadro 4.1 apresentam-se os principais investimentos estruturantes nesta região hidrográfica e sua caracterização.

No Quadro 4.2 identificam-se os seus aspetos negativos e positivos, assim como os impactos negativos nas massas de água, sendo necessária uma análise crítica das consequências da sua implementação.

Quadro 4.1 – Caracterização dos principais investimentos estruturantes

Descrição do projeto	Proponente	Investimento (€)	Tipologia de pressão	Data prevista de implementação	Caraterísticas
PPP Lítio - Área "Seixoso-Vieiros"	Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)		Qualitativa Quantitativa		A área "Seixoso-Vieiros" cobre uma área total de 243,7 km ² e abrange os concelhos de Fafe, Celorico de Basto, Guimarães, Felgueiras, Amarante e Mondim de Basto. As informações acerca dos recursos geológicos existentes nesta área são muito escassas e não contemplam o lítio ou quaisquer quantidades. Os depósitos litiníferos possuem relação com rochas granitóides e ocorrem, geralmente, em unidades metassedimentares nomeadamente de idade Silúrica. As várias áreas ocupadas por essas unidades representam cerca de 33% da área total de Seixoso-Vieiros e poderão ser alvo de trabalhos de prospeção e pesquisa. O potencial, contudo, não se cinge a essas unidades podendo ocorrer mineralizações de lítio e de outros metais em rochas metassedimentares associadas aos vários maciços graníticos ou mesmo a pegmatitos segregados por granitóides.

Quadro 4.2 – Análise crítica dos principais investimentos estruturantes

Descrição do projeto	Realizada a AIA?	Realizado o teste do Art.º 4.º (7) da DQA?	Pontos positivos	Pontos negativos	N.º de massas de água afetadas	Observações
PPP Lítio - Área "Seixoso-Vieiros"	Em AAE	Não	-	Aumentar os volumes captados; Provocar problemas de qualidade das massas de água.	Várias	Apesar de ser ainda um programa de prospeção e pesquisa, existe a intenção de exploração de lítio, com todas as consequências ambientais que daí advém, em particular para os recursos hídricos, em termos de quantidade e qualidade das massas de água e dos ecossistemas associados. Todas estas ações previamente devem ser sujeitas à aplicação do teste associado ao artigo 4(7) da DQA (artigo 51.º da Lei da Água) para avaliar se existem alterações físicas das massas de água superficiais ou rebaixamento do nível das águas subterrâneas que afetem de forma permanente o estado da massas da água afetadas. Caso se verifiquem estas situações é necessário comprovar que

Descrição do projeto	Realizada a AIA?	Realizado o teste do Art.º 4.º (7) da DQA?	Pontos positivos	Pontos negativos	N.º de massas de água afetadas	Observações
						se pode aplicar a derrogação prevista na referida norma legal, independentemente da aplicação do regime de AIA ou das áreas protegidas, associadas às Diretivas Habitats ou Aves, que nos casos aplicáveis devem também ser realizados. Caso não seja possível, nas situações em que existe alteração do estado daas massas de água, aplicar a derrogação prevista no artigo 4(7) da DQA (artigo 51.º da Lei da Água) a atividade não é licenciável.

4.2. Tendências das principais pressões sobre as massas de água

Neste capítulo procede-se à análise das grandes tendências de evolução das principais pressões (qualitativas e quantitativas) sobre as massas de água. Assume-se nesta avaliação que o incremento estimado para essas pressões podem dificultar o atingir ou a manutenção dos objetivos ambientais estabelecidos para as massas de água. Não obstante, deve referir-se que o atual planeamento e gestão dos recursos hídricos, centrados na massa de água e com objetivos ambientais pré-definidos para cada ciclo de planeamento, tornam menos relevante os resultados destas análises prospetivas de grande escala, já que a utilização dos recursos hídricos deve obedecer aos requisitos necessários, estabelecidos nos títulos de utilização, associados a cada massa de água, para que esses objetivos não sejam comprometidos.

Nesta sequência, analisam-se os setores mais significativos em termos de consumos de água e de cargas poluentes que podem contribuir para o não atingir do Bom estado das massas de água, como sejam os setores urbano, industrial, agrícola e pecuário.

Relativamente aos restantes setores como os da energia, pesca e aquicultura e navegação, não foram realizadas análises de tendências apresentadas para os outros setores, devido à dificuldade de quantificar as cargas e, consequentemente realizar uma avaliação comparativa. De qualquer forma será feita uma avaliação mais qualitativa atendendo às suas perspetivas de evolução.

Este tipo de análise é fundamental para articulação setorial pelo que deveria ser, obrigatoriamente, realizada em todos os planos ou estratégias setoriais.

Na cenarização das pressões qualitativas e quantitativas é analisada a tendência das cargas poluentes geradas e dos volumes captados pelos diferentes setores, para cada cenário. A abordagem efetuada abrange duas situações: a situação de referência, onde se consideraram os valores atuais dos diversos setores, e os cenários prospetivos, onde se utilizaram as projeções socioeconómicas para os diferentes setores.

Nos pontos seguintes descreve-se a metodologia adotada no cálculo prospetivo das pressões geradas pelos setores em análise, bem como os principais resultados obtidos.

4.2.1. Setor urbano

A projeção das cargas poluentes e dos volumes captados para o setor urbano foi desenvolvida a partir das projeções da população residente do Instituto Nacional de Estatística (INE) para os cenários baixo, central e alto (sem migrações) e para os anos de 2021, 2027 e 2033.

A metodologia adotada pretende aferir a carga de CBO₅ (carência bioquímica de oxigénio aos cinco dias e a 20 °C) gerada, considerando-se que as restantes cargas poluentes seguem a tendência do parâmetro CBO₅. Em termos gerais e como é expectável, o aumento da população residente potencia o aumento da carga bruta que entra nos sistemas de tratamento de águas residuais.

Adotou-se uma melhoria gradual da eficiência de remoção de CBO₅, por região hidrográfica, em relação ao valor de referência de 2018 utilizada na caracterização das pressões da Parte 2 do PGRH, até a uma meta máxima fixa de 95% em 2033, obtendo-se assim a variação da carga rejeitada no meio hídrico. Nesta RH, como a eficiência de remoção em 2018 foi, em média, de 95,5%, a meta fixada ficou igual.

O Quadro 4.3 e a Figura 4.1 contém as projeções da carga rejeitada pelo setor urbano em termos de CBO₅, quantificada para os cenários minimalista, BAU e maximalista, bem como para os horizontes de planeamento considerados, para a região hidrográfica. Partindo da estimativa da população residente, foi calculada a

variação da população em relação à situação atual (assumindo que o acréscimo de população é suportado pelos sistemas de saneamento) e respetivos acréscimos de cargas brutas geradas.

Outra forma de analisar o impacto potencial das cargas do setor urbano em relação à situação atual é verificar a percentagem de variação das cargas de CBO₅, o que traduz uma maior perceção desse impacto. Considerou-se como significativa qualquer variação superior a 5%.

Quadro 4.3 – Projeção da carga de CBO₅ rejeitada pelo setor urbano e variação em relação à situação atual na RH

Carga rejeitada	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
CBO ₅ (t O ₂ /ano)	1090,46	1064,42	1019,23	1094,99	1086,03	1060,72	1098,94	1106,67	1101,43
% de variação em relação a 2018*	-0,17%	-2,55%	-6,69%	0,25%	-0,57%	-2,89%	0,61%	1,32%	0,84%

*Valor de referência da Parte 2 do PGRH: 1092 t O₂/ano

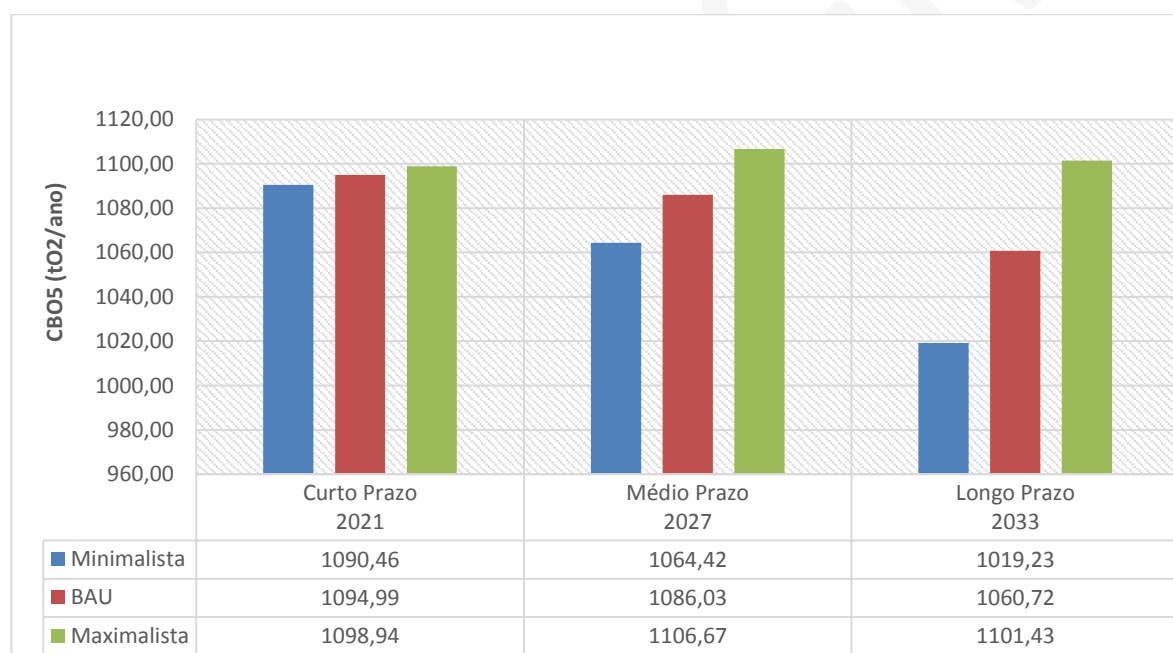


Figura 4.1 – Projeção das cargas afluentes às massas de água pelo setor urbano

De uma forma geral, a tendência em Portugal é de diminuição da população residente nos horizontes de planeamento considerados. Assim, em termos numéricos, é apenas previsível um ligeiro aumento da carga rejeitada no setor urbano a curto prazo no cenário BAU e no cenário maximalista.

Percentualmente, prevê-se uma ligeira diminuição das cargas rejeitadas de CBO₅, sendo apenas previsível um ligeiro aumento da carga para o cenário maximalista, mas sem um aumento significativo da pressão, uma vez que a variação é inferior a 2%, mesmo a médio prazo. A diminuição significativa da pressão (superior a 5%) prevê-se apenas ocorrer no cenário minimalista a longo prazo.

Estas previsões não incluem as descargas indevidas por questões de afluências anormais de precipitação, nem por avarias do sistema ou da sua manutenção. Estas no entanto tem um efeito negativo no estado das

massas de água e deve ser feito um esforço de as reduzir a um mínimo, implementando as medidas necessárias.

Embora se preveja uma melhoria da eficiência da remoção nos sistemas de tratamento de águas residuais, a variação da carga rejeitada de CBO₅ dependerá sobretudo da evolução da população servida na região, que não deve ser restrita à população residente, mas também considerar a população flutuante, tanto ao nível sazonal turístico como em termos das migrações que possam ocorrer. A produção e a utilização de água para reutilização (ApR) em maior escala, que se pretende que seja realizada, poderá também contribuir para reduzir as cargas rejeitadas nas massas de água.

O volume captado para o setor urbano foi igualmente projetado para cada cenário e para os horizontes de planeamento considerados (Quadro 4.4). Nas Figura 4.2 e Figura 4.3 observa-se a evolução dos volumes captados por origem de água.

Considerou-se também uma melhoria gradual da eficiência hídrica relativa às perdas físicas de água nos sistemas de abastecimento, por região hidrográfica, em relação ao valor de referência de 2018 (calculado a partir dos dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR), até a uma meta máxima fixa de 15% em 2033 (uma vez que o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA considerava uma meta de 20% até 2020), obtendo-se assim a variação do volume captado. Nesta RH, as perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água em baixa, em 2018, foram em média de 18,4% em relação à água entrada nos sistemas.

Outra forma de analisar o impacte potencial dos volumes captados do setor urbano em relação à situação atual é verificar a percentagem de variação desses volumes, o que traduz uma maior perceção desse impacte. Considerou-se como significativa qualquer variação superior a 10%.

Quadro 4.4 – Projeção do volume captado pelo setor urbano e variação em relação à situação atual na RH

Volume captado (hm ³ /ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
Superficial	61,93	59,43	55,93	61,93	60,64	58,21	62,41	61,79	60,44
Subterrâneo	0,71	0,69	0,65	0,71	0,70	0,67	0,72	0,71	0,70
Total	62,65	60,12	56,57	62,65	61,34	58,88	63,13	62,50	61,14
% de variação em relação a 2018*	-0,17%	-4,20%	-9,85%	-0,17%	-2,25%	-6,18%	0,61%	-0,40%	-2,58%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: superficial - 62 hm³/ano; subterrâneo – 0,7 hm³/ano

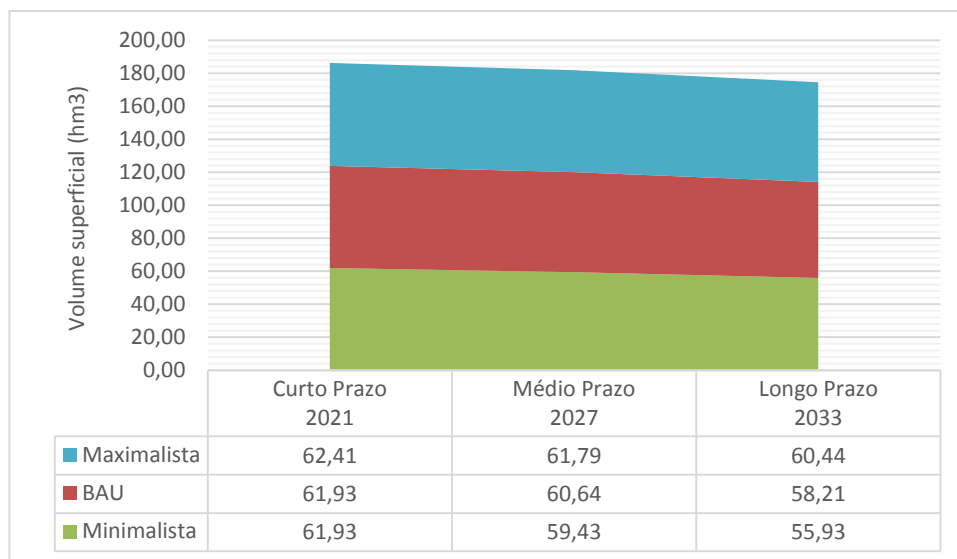


Figura 4.2 – Projeção dos volumes captados de origem superficial pelo setor urbano

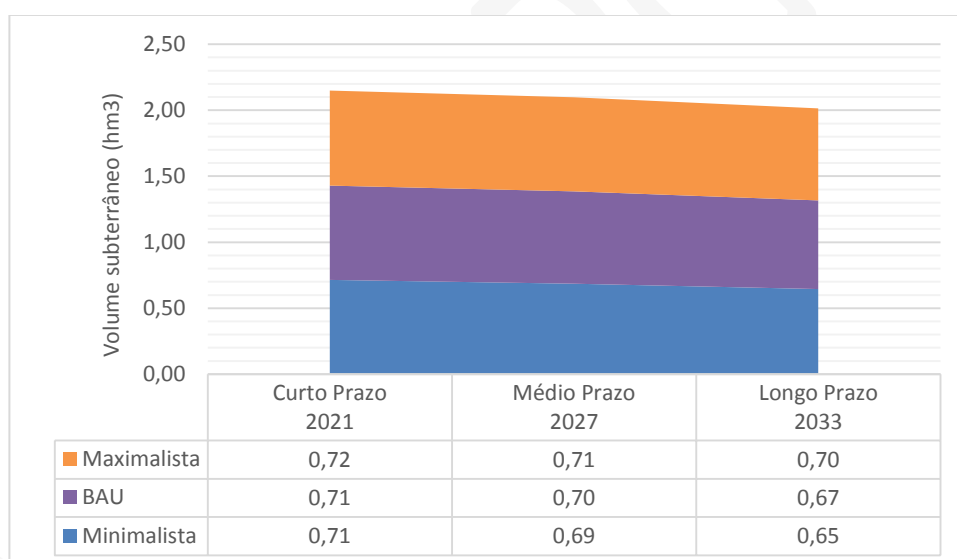


Figura 4.3 – Projeção dos volumes captados de origem subterrânea pelo setor urbano

Comparando os valores projetados com a situação de referência, verifica-se que o volume captado total diminui, como consequência da redução das perdas físicas de água. O ganho em volume de água resultante da diminuição das perdas físicas é assim suficiente para cobrir o aumento perspectivado para o consumo baseado na evolução positiva da população residente que só acontece no cenário maximalista. Na prática, a utilização mais eficiente do recurso pode efetivamente traduzir-se na necessidade de captar menos água para abastecer a população.

Percentualmente, prevê-se uma diminuição dos volumes captados, sendo apenas previsível um ligeiro aumento no curto prazo no cenário maximalista. A diminuição da pressão não chega a ser significativa, uma vez que a variação é próxima de 10%, a longo prazo no cenário minimalista.

Nesta RH, o volume captado para o setor urbano é, em termos de origem de água, 1% subterrânea e 99% superficial. Verifica-se que o volume captado diminui ligeiramente, pelo que os impactos positivos que poderão sentir-se nas massas de água é muito reduzido.

4.2.2. Setor indústria

A metodologia utilizada para estimar as cargas geradas pelo setor da indústria, assim como os volumes captados, assenta na premissa de que a evolução da produção industrial é função da evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Foram considerados os dados dos anos 2016 e 2018 que constam da caracterização dos setores da Parte 3 do PGRH, pelo que as cargas poluentes rejeitadas e os volumes captados serão reflexo dessa variação. A desagregação possível foi entre indústria transformadora e indústria extrativa. Nesta RH, a evolução foi positiva na indústria transformadora, com 10%, enquanto na indústria extrativa foi uma evolução negativa, com -18%.

Em termos das projeções para os vários cenários considerou-se que esta evolução se mantém para o cenário BAU, enquanto para o cenário minimalista diminui-se essa evolução em 50% e para o cenário maximalista aumentou-se em 50% essa evolução. Estas percentagens de evolução são aplicadas ao ano 2033, sendo que em 2027 (marco temporal intermédio) será metade dessa evolução, enquanto para 2021 consideraram-se valores iguais aos de 2018.

A metodologia adotada pretende aferir a carga gerada pelo setor industrial (expressa pela carência química de oxigénio - CQO), considerando-se que as restantes cargas poluentes seguem a tendência do parâmetro CQO. Considera-se que na indústria a aplicação das melhores técnicas disponíveis (MTD) irá permitir uma melhoria gradual da eficiência de remoção das cargas poluentes ao longo do período de planeamento. Assim, adotou-se uma melhoria gradual da eficiência de 5% de remoção de CQO, por região hidrográfica, em relação ao valor de referência de 2018 utilizada na caracterização das pressões da Parte 2 do PGRH. No caso da indústria extrativa não foram quantificadas cargas de CQO na Parte 2 pelo que, não é possível ser aqui analisado as projeções.

O Quadro 4.5 contém as projeções da carga em termos de CQO rejeitada pelo setor industrial, quantificada para os cenários minimalista, BAU e maximalista, bem como para os horizontes de planeamento definidos. Nas Figura 4.4 e **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** observa-se as projeções da carga em termos de CQO rejeitada pelo setor da indústria transformadora e extrativa, respetivamente. Considerou-se como significativa qualquer variação superior a 5%.

Quadro 4.5 – Projeção da carga de CQO rejeitada pelo setor indústria e variação em relação à situação atual na RH

Carga rejeitada CQO (t O ₂ /ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
Indústria transformadora	439,90	443,17	445,70	439,90	450,30	459,60	439,90	461,00	480,45
% de variação em relação a 2018*	0%	1%	1%	0%	2%	4%	0%	5%	9%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: transformadora - 440 ton/ano;

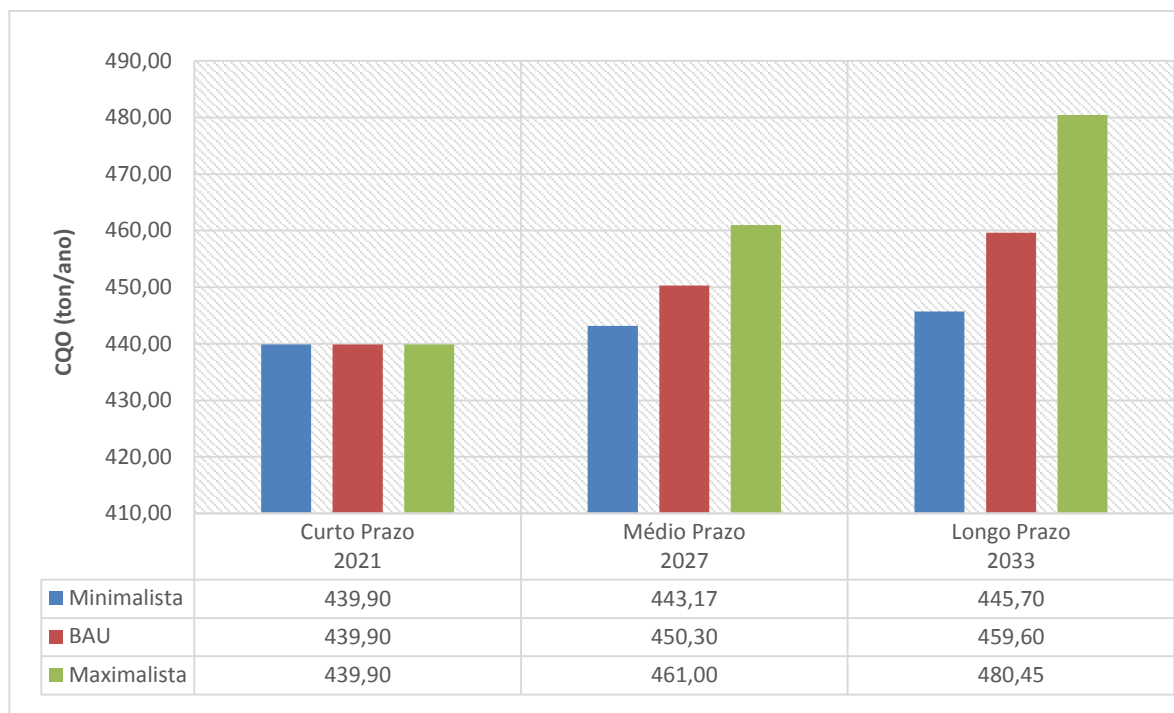


Figura 4.4 – Projeção das cargas afluentes às massas de água pelo setor da indústria transformadora

Em termos numéricos, é previsível um aumento da carga rejeitada pelo setor industrial em todos os cenários a médio e a longo prazo, na indústria transformadora.

Percentualmente, verifica-se um aumento significativo desta pressão, uma vez que a variação é superior a 5%, apenas para o cenário maximalista a longo prazo.

A metodologia adotada para a projeção do volume de água captado para a indústria considera que a aplicação das melhores técnicas disponíveis (MTD) irá permitir uma melhoria gradual da eficiência hídrica ao longo do período de planeamento, sem no entanto implicar uma concentração das cargas nos efluentes gerados. A aposta na recirculação e reutilização deve também contribuir para uma maior sustentabilidade.

Desta forma, adotou-se uma melhoria gradual da eficiência hídrica de 5%, por região hidrográfica, em relação ao valor de referência de 2018 utilizada na caracterização das pressões da Parte 2 do PGRH.

O Quadro 4.6 apresenta as projeções do volume captado efetuadas para cada cenário. Nas Figura 4.5 e Figura 4.6 observa-se a evolução dos volumes captados da indústria transformadora e extrativa, respetivamente. Considerou-se como significativa qualquer variação superior a 10%.

Quadro 4.6 – Projeção do volume captado pelo setor indústria e variação em relação à situação atual na RH

Volume captado (hm³/ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
Indústria transformadora	26,32	26,51	26,66	26,32	26,94	27,50	26,32	27,58	28,74
% de variação em relação a 2018*	0%	1%	1%	0%	2%	4%	0%	5%	9%
Indústria extrativa	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Volume captado (hm ³ /ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
% de variação em relação a 2018*	0%	-8%	-16%	0%	-11%	-22%	0%	-16%	-31%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: transformadora – 26,3 hm³/ano; extrativa – 0,01 hm³/ano

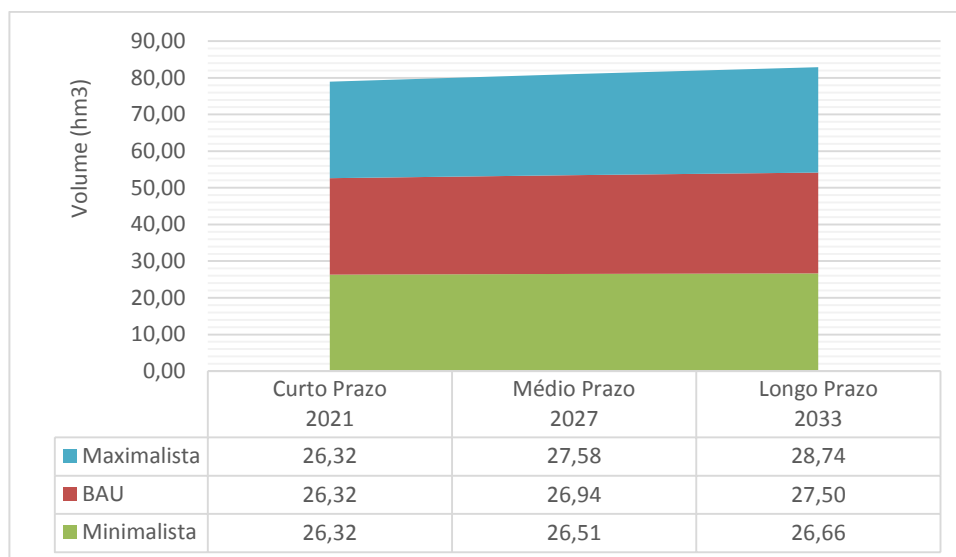


Figura 4.5 – Projeção dos volumes captados pelo setor da indústria transformadora

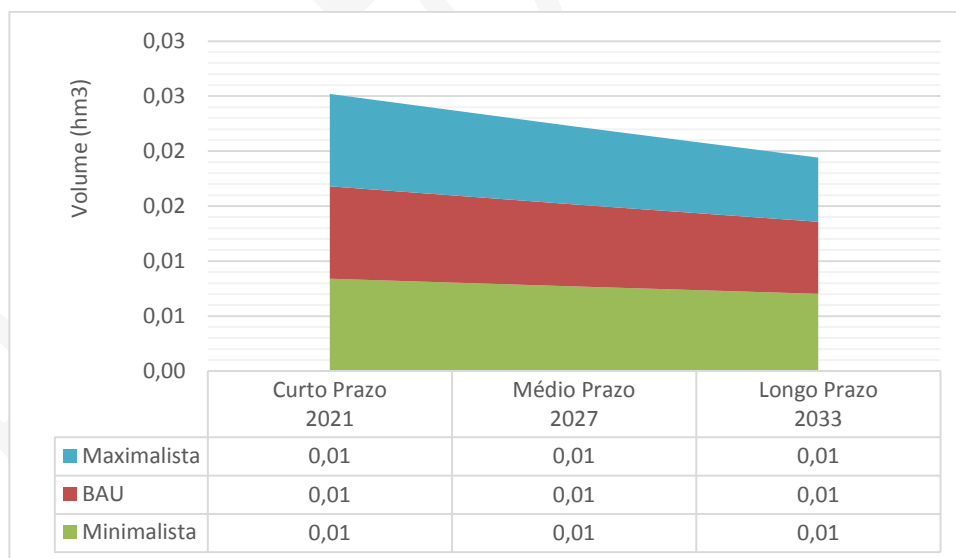


Figura 4.6 – Projeção dos volumes captados pelo setor da indústria extrativa

Comparando os valores projetados com a situação de referência, verifica-se que o volume captado total aumenta ligeiramente em todos os cenários a médio e a longo prazo, para a indústria transformadora, e diminui para a indústria extrativa.

Percentualmente, não se verifica um aumento significativo desta pressão, uma vez que a variação é inferior a 10%, no caso da indústria transformadora, e diminui significativamente, no caso da indústria extrativa, para todos os cenários a médio e longo prazo, apesar de, em valores numéricos, esse aumento ser diminuto.

Nesta RH, o volume captado para a indústria transformadora é, em termos de origem de água, 44% subterrânea e 56% superficial, enquanto na extrativa é 76% subterrânea e 24% superficial. Perspetiva-se praticamente uma manutenção dos volumes captados.

4.2.3. Setor agrícola

No setor agrícola, para a projeção dos volumes captados utilizou-se como indicador principal a evolução da área regada e para a projeção das cargas de nutrientes geradas utilizou-se a evolução da superfície agrícola utilizada (SAU).

Com base nos dados do Recenseamento Agrícola de 2009 e 2019 do INE determinou-se a evolução da SAU e da área regada nestes dez anos por região hidrográfica. Nesta RH, a evolução foi negativa na SAU com -15%, sendo que na área regada a evolução foi praticamente nula com 0,01%.

Na metodologia adotada para o cálculo das cargas foram considerados apenas os nutrientes, não sendo possível determinar a evolução dos pesticidas. Com base na evolução da SAU determinaram-se as projeções das cargas de azoto e fósforo uma vez que a aplicação de fertilizantes não ocorre apenas em áreas regadas.

Para o cálculo das projeções dos volumes captados utilizou-se a evolução da área regada, o crescimento previsto do VAB e o aumento da eficiência hídrica.

Em termos das projeções para os vários cenários considerou-se que esta evolução se mantém para o cenário BAU, enquanto para o cenário minimalista diminui-se essa evolução em 50% e para o cenário maximalista aumentou-se em 50% essa evolução. Estas percentagens de evolução são aplicadas ao ano 2033, sendo que em 2027 (marco temporal intermédio) será metade dessa evolução, enquanto para 2021 consideraram-se valores iguais aos de 2019.

Com base na metodologia descrita, são apresentadas no Quadro 4.7 e no Quadro 4.8 as projeções das cargas de azoto (N) e fósforo (P) com origem na área SAU, quantificadas para os cenários minimalista, BAU e maximalista e para os horizontes de planeamento considerados. Nas Figura 4.7 e Figura 4.8 observa-se as projeções da carga rejeitada por origem de água.

Tal como realizado nos setores anteriores, outra forma utilizada para analisar o impacto das cargas do setor agrícola em relação à situação atual, foi verificar a percentagem de variação das cargas de azoto e fósforo. Qualquer variação acima de 5% foi considerada como significativa.

Quadro 4.7 – Projeção da carga de N rejeitada pelo setor agrícola e variação em relação à situação atual na RH

Carga rejeitada (t/ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
Superficial	743,56	661,88	580,21	743,56	689,11	634,66	743,56	707,26	670,96
Subterrâneo	523,61	466,09	408,58	523,61	485,27	446,92	523,61	498,05	472,49
Total	1 267,17	1 127,98	988,79	1 267,17	1 174,37	1 081,58	1 267,17	1 205,31	1 143,44
% de variação em relação a 2019*	0%	-11%	-22%	0%	-7%	-15%	0%	-5%	-10%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: superficial – 744 ton/ano; subterrâneo – 524 ton/ano

Quadro 4.8 – Projeção da carga de P rejeitada pelo setor agrícola e variação em relação à situação atual na RH

Carga rejeitada (t/ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
Superficial	86,33	76,85	67,36	86,33	80,01	73,69	86,33	82,12	77,90
Subterrâneo	17,37	15,47	13,56	17,37	16,10	14,83	17,37	16,53	15,68
Total	103,70	92,31	80,92	103,70	96,11	88,52	103,70	98,64	93,58
% de variação em relação a 2019*	0%	-11%	-22%	0%	-7%	-15%	0%	-5%	-10%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: superficial – 86 ton/ano; subterrâneo – 17 ton/ano

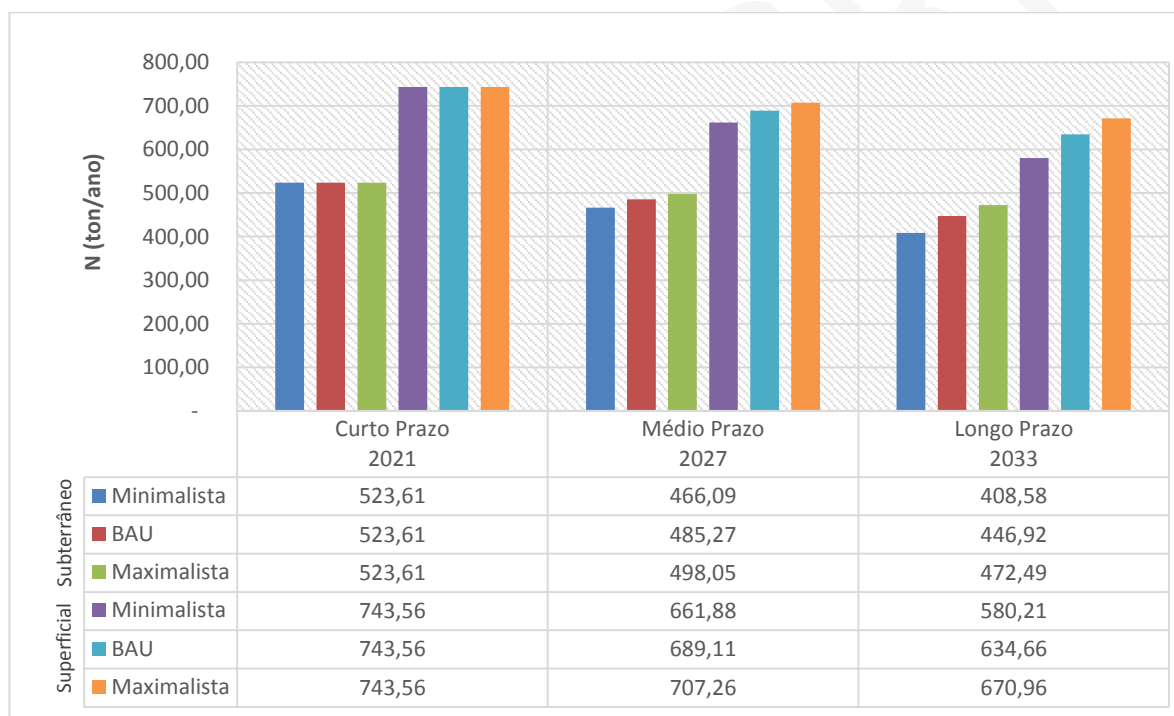


Figura 4.7 – Projeção das cargas afluentes de azoto às massas de água pelo setor agrícola

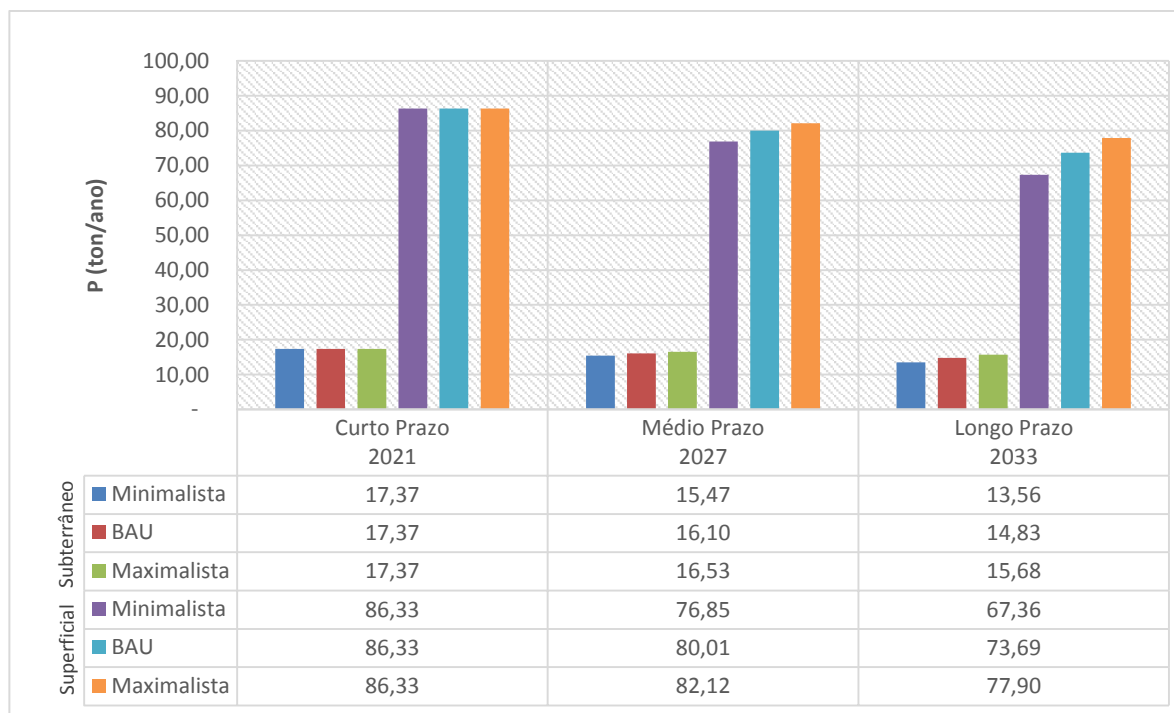


Figura 4.8 – Projeção das cargas afluentes de fósforo às massas de água pelo setor agrícola

Uma vez que nesta RH houve uma diminuição da área de SAU nos últimos dez anos, a tendência é para um decréscimo da carga rejeitada (N e P) pelo setor agrícola, que é considerada significativa (superior a 5%) em todos os cenários a longo prazo e no cenário minimalista a médio prazo.

O Quadro 4.9 apresenta as projeções do volume captado efetuadas para cada cenário. Nas Figura 4.9 e Figura 4.10 observa-se a evolução dos volumes captados por origem de água. Qualquer variação acima de 10% foi considerada como significativa.

Quadro 4.9 – Projeção do volume captado pelo setor agrícola e variação em relação à situação atual na RH

Volume captado (hm³/ano)	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
Superficial	103,24	105,24	107,23	103,24	106,23	109,23	103,24	107,73	112,22
Subterrâneo	263,32	268,41	273,50	263,32	270,96	278,59	263,32	274,77	286,23
Total	366,56	373,65	380,73	366,56	377,19	387,82	366,56	382,50	398,45
% de variação em relação a 2019*	0%	2%	4%	0%	3%	6%	0%	4%	9%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: superficial - 103 hm³/ano; subterrâneo - 263 hm³/ano

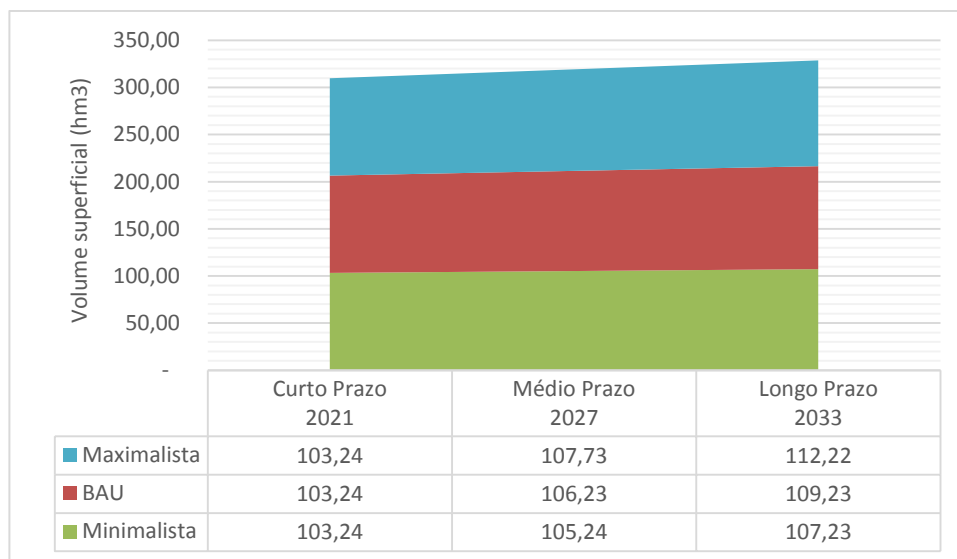


Figura 4.9 – Projeção dos volumes captados de origem superficial pelo setor agrícola

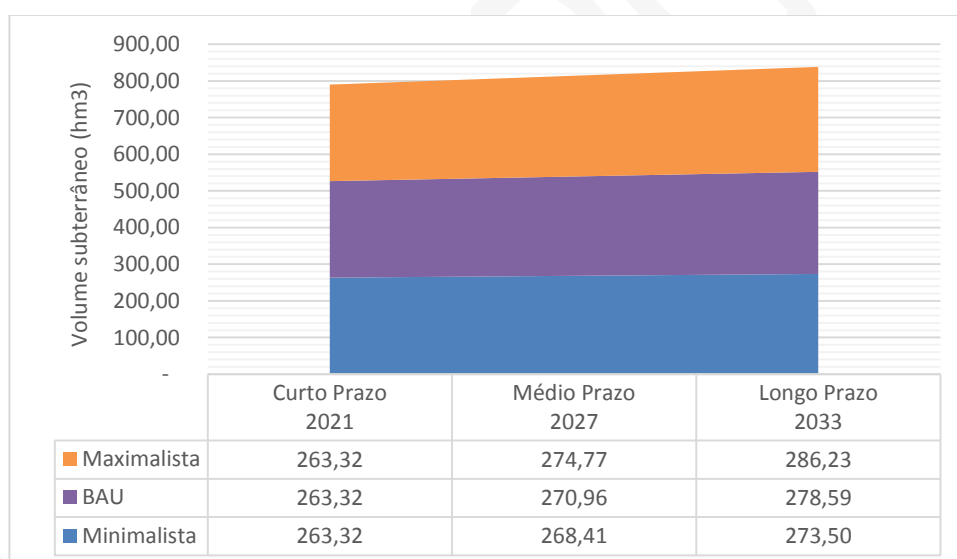


Figura 4.10 – Projeção dos volumes captados de origem subterrânea pelo setor agrícola

Comparando os valores projetados com a situação de referência, verifica-se que o volume captado total aumenta.

Percentualmente, prevê-se um aumento dos volumes captados para todos os cenários a médio e a longo prazo, sendo um aumento pouco significativo da pressão, uma vez que a variação é inferior a 10% em todos os cenários.

Nesta RH, o volume captado para o setor agrícola é, em termos de origem de água, 72% subterrânea e 28% superficial. Perspetiva-se um aumento dos volumes captados em cerca de 32 hm³, pelo que os impactes serão pouco significativos nas massas de água.

4.2.4. Setor pecuário

No setor pecuário, para a projeção das cargas poluentes e dos volumes captados considerou-se a evolução do efetivo pecuário a partir dos dados do Recenseamento Agrícola de 2009 e 2019 do INE.

As variáveis utilizadas são a projeção do efetivo pecuário e a respetiva variação, com base na situação atual, para os cenários e horizontes de planeamento definidos. Esta análise foi realizada para os efetivos bovino, suíno, ovino e caprino.

Em termos das projeções para os vários cenários considerou-se que esta evolução se mantém para o cenário BAU, enquanto para o cenário minimalista diminui-se essa evolução em 50% e para o cenário maximalista aumentou-se em 50% essa evolução. Estas percentagens de evolução são aplicadas ao ano 2033, sendo que em 2027 (marco temporal intermédio) será metade dessa evolução, enquanto para 2021 consideraram-se valores iguais aos de 2019.

Nesta RH, a evolução foi negativa para todas as espécies pecuárias, com -11% nos bovinos, com -18%, nos suínos, com -62% nos ovinos e com -38% nos caprinos. No cômputo global houve uma diminuição de -20% do efetivo pecuário.

Com base na metodologia descrita, são apresentadas no Quadro 4.10 e no Quadro 4.11 as projeções das cargas de azoto (N) e fósforo (P) com origem no efetivo pecuário, quantificadas para os cenários minimalista, BAU e maximalista e para os horizontes de planeamento considerados (Figura 4.11 e Figura 4.12). Qualquer variação acima de 5% foi considerada como significativa.

Quadro 4.10 – Projeção da carga de N rejeitada pelo setor pecuário e variação em relação à situação atual na RH

Carga rejeitada	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
N (t/ano)	4260,83	3851,78	3442,74	4260,83	3988,13	3715,44	4260,83	4079,03	3897,23
% de variação em relação a 2019*	0%	-10%	-19%	0%	-6%	-13%	0%	-4%	-9%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: 4261 t /ano

Quadro 4.11 – Projeção da carga de P rejeitada pelo setor pecuário e variação em relação à situação atual na RH

Carga rejeitada	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
P (t/ano)	1747,72	1576,15	1404,59	1747,72	1633,34	1518,97	1747,72	1671,47	1595,22
% de variação em relação a 2019*	0%	-10%	-20%	0%	-7%	-13%	0%	-4%	-9%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: 1748 t /ano

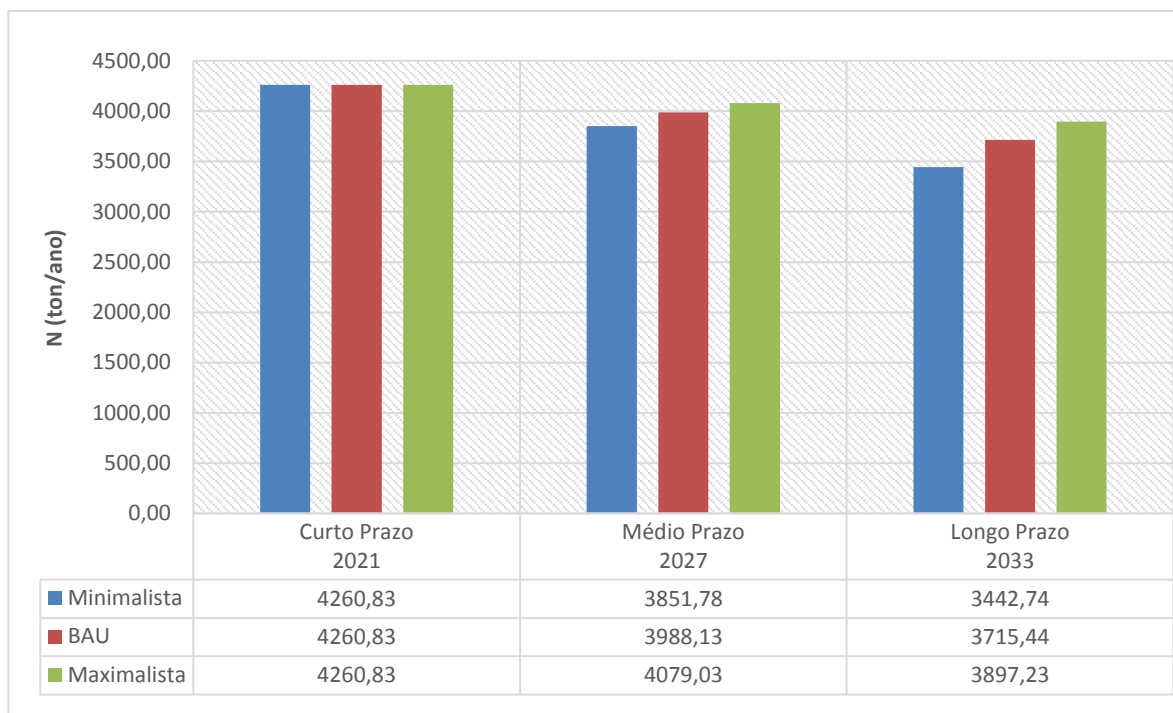


Figura 4.11 – Projeção das cargas afluentes de azoto às massas de água pelo setor agrícola

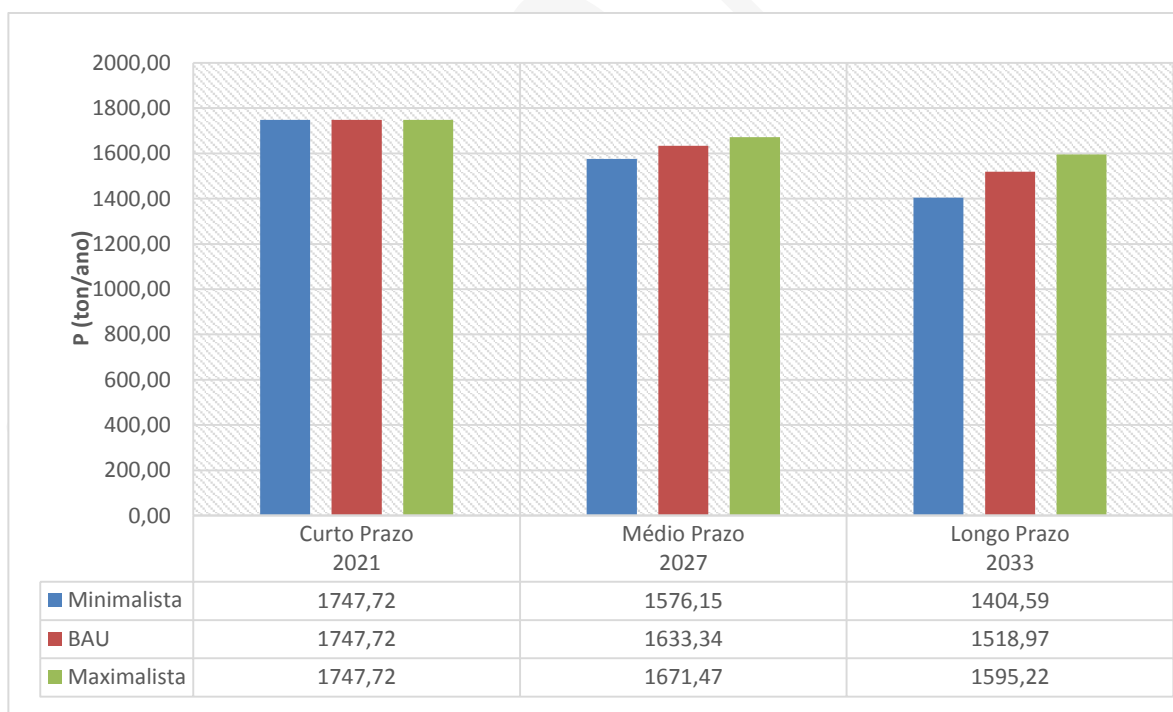


Figura 4.12 – Projeção das cargas afluentes de fósforo às massas de água pelo setor agrícola

Em termos numéricos, é previsível um decréscimo da carga rejeitada de azoto e fósforo no setor pecuário em todos os cenários, a médio e a longo prazo.

Percentualmente, é previsível um decréscimo significativo (superiores a 5%) das cargas rejeitadas pelo setor pecuário em todas as situações exceto para o azoto no cenário maximalista a médio prazo.

A implementação da ENEPAI até 2030 é fundamental para garantir um tratamento e destino final, dos efluentes pecuários produzidos, ambientalmente sustentável, sendo fundamental a colaboração dos produtores.

A metodologia adotada para a projeção do volume de água captado para a pecuária considera que as necessidades hídricas de cada espécie se mantêm constantes ao longo do período de planeamento.

O Quadro 4.12 e a Figura 4.13 apresentam as projeções do volume captado efetuadas para os cenários e horizontes definidos. Qualquer variação acima de 10% foi considerada como significativa.

Quadro 4.12 – Projeção do volume captado pelo setor pecuário e variação em relação à situação atual na RH

Volume captado	Cenários prospetivos e horizontes de planeamento								
	Minimalista			BAU			Maximalista		
	2021	2027	2033	2021	2027	2033	2021	2027	2033
hm ³ /ano	2,10	1,91	1,72	2,10	1,97	1,85	2,10	2,01	1,93
% de variação em relação a 2019*	0%	-9%	-18%	0%	-6%	-12%	0%	-4%	-8%

* Valor de referência da Parte 2 do PGRH: 2,1 hm³/ano

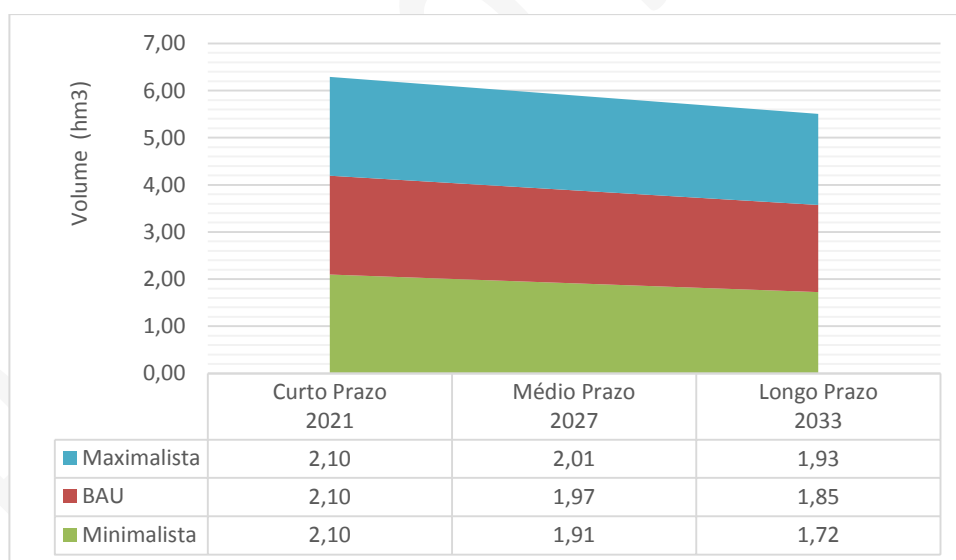


Figura 4.13 – Projeção dos volumes captados pelo setor pecuário

Comparando os valores projetados com a situação de referência, verifica-se que o volume captado total diminui, com base na diminuição global do efetivo pecuário e também de todas as espécies pecuárias.

Percentualmente, prevê-se uma diminuição dos volumes captados para todos os cenários a médio e a longo prazo, sendo uma diminuição significativa da pressão, uma vez que a variação é superior a 10%, nos cenários minimalista e BAU, a longo prazo.

Nesta RH, o volume captado para o setor pecuário é, em termos de origem de água, 91% subterrânea e 9% superficial. Perspetiva-se uma diminuição dos volumes captados, pelo que os impactos positivos irão sentir-se sobretudo nas massas de água subterrâneas.

4.2.5. Outros setores

Para os outros setores com alguma relevância social e económica, como sejam a energia, a navegação, a pesca e o turismo não foi possível reunir a informação que permita uma análise detalhada que deveria ser realizada em todos os planos ou estratégias setoriais.

O setor das pescas tem uma importância social e económica, nomeadamente das populações e comunidades ribeirinhas, tanto ao nível das águas costeiras e de transição como dos rios e albufeiras. A qualidade das massas de água e a manutenção da continuidade fluvial são essenciais para garantir o ciclo de vida das espécies, devendo esta atividade ser realizada de forma sustentável para garantir a sobrevivência das espécies e da atividade. Nesta gestão é fundamental uma estreita articulação com a DQEM.

A navegação e a gestão dos portos, com necessidades constantes de desassoreamentos e dragagens devem realizar os planos em estreita articulação com a APA minimizando os efeitos nas massas de água afetadas, bem como nas atividades de manutenção e limpeza de navios evitando descargas nas massas de água, bem como nas medidas de prevenção para evitar a introdução de espécies invasoras.

É inequívoco que no contexto das alterações climáticas a descarbonização da economia e da sociedade é fundamental, com forte aposta nas energias de fonte renovável, para a consequente redução da dependência energética e uso eficiente de recursos, mas tal só poderá ser feito se se garantir a sua sustentabilidade ambiental, quer em termos de consumo de água natural doce quer em termos de alteração física ou da qualidade das massas de água. É esse equilíbrio que deve ser encontrado previamente ao lançamento de iniciativas que massificam determinadas soluções que deixam assim de ser “verdes”.

Relativamente ao setor do turismo, atividade muito importante em Portugal, este depende da manutenção dos ecossistemas e da sua sustentabilidade ambiental. A eficiência hídrica, a utilização de ApR nos usos não potáveis e a integração com os objetivos naturais e de proteção da biodiversidade são essenciais para garantir o futuro desta atividade.

4.2.6. Síntese

4.2.6.1. Pressões qualitativas

Uma vez que não são comparáveis os valores de carga de CBO₅ de origem urbana com os valores de carga de CQO de origem industrial, apenas se compararam os valores de azoto e fósforo de origem agrícola e pecuária. Assim, em termos de carga de nutrientes, as Figura 4.14 e Figura 4.15 apresentam os valores de azoto e fósforo, respetivamente, para os setores agrícola e pecuário na região hidrográfica.

Verifica-se que a contribuição destes setores, em termos de azoto, é cerca de 77% da pecuária e 23% do agrícola, enquanto para o fósforo observa-se cerca de 88% da pecuária e 12% do agrícola. No global é a pecuária que contribui mais com os nutrientes.

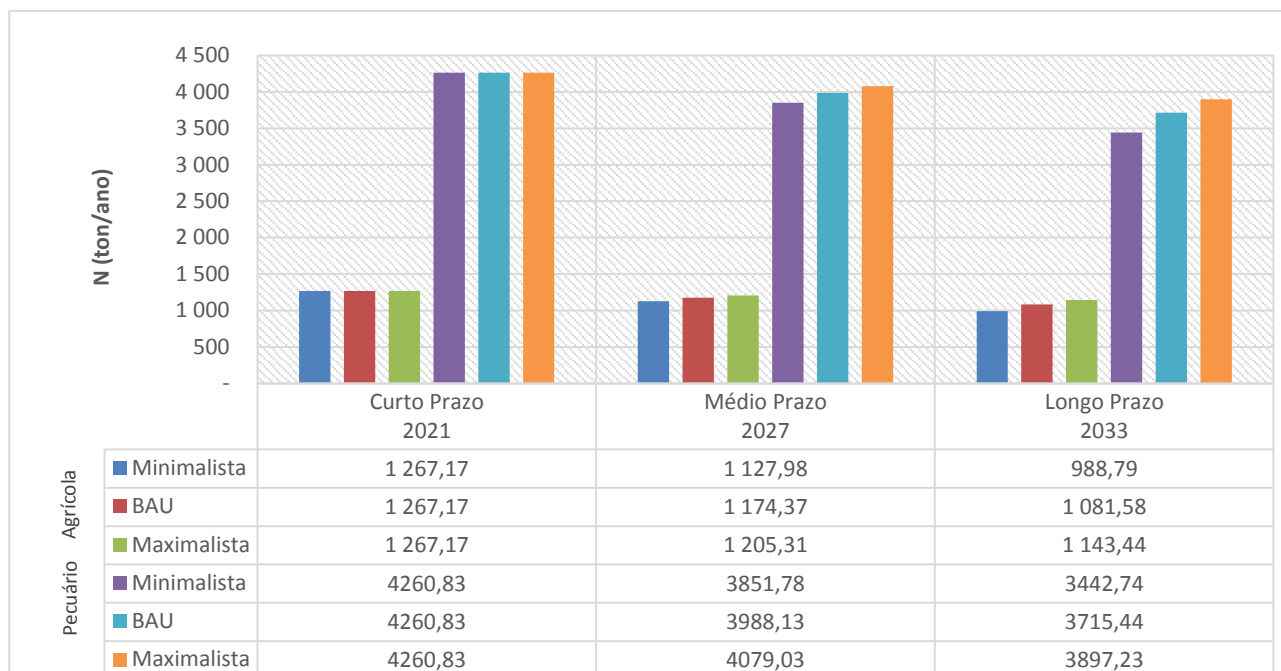


Figura 4.14 – Projeção das cargas afluentes de azoto às massas de água pelo setor agrícola e pecuário

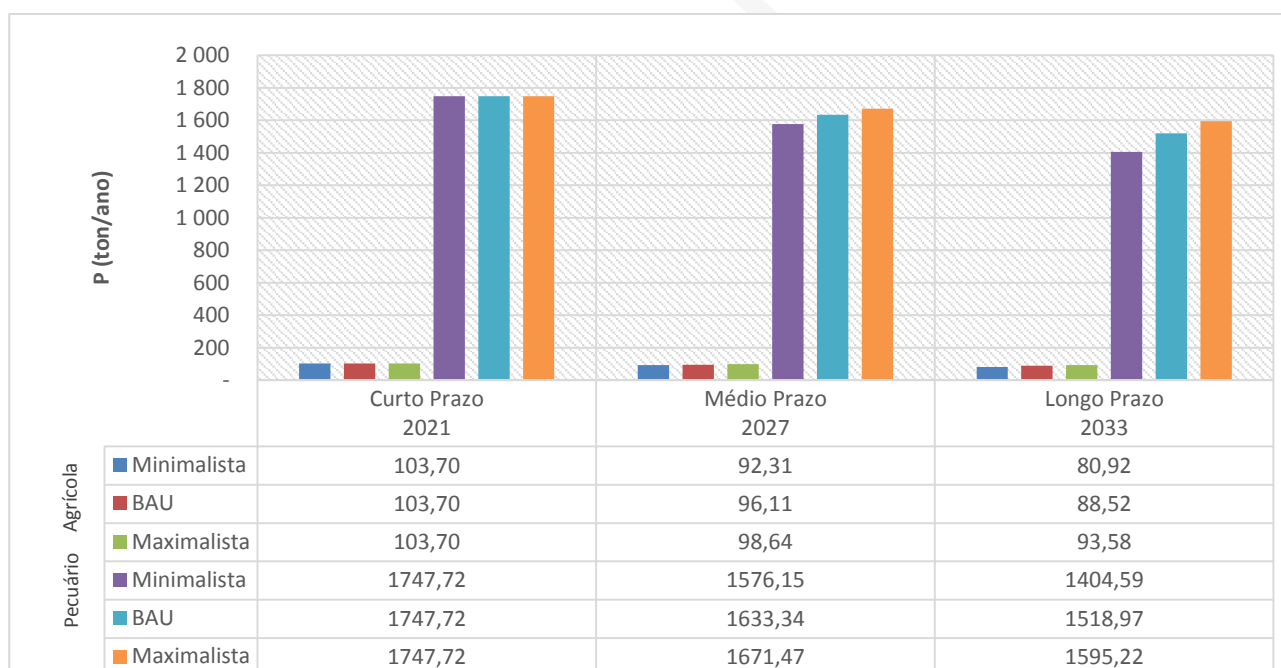


Figura 4.15 – Projeção das cargas afluentes de fósforo às massas de água pelo setor agrícola

Em síntese, as projeções das cargas provenientes dos vários setores de atividade apresentam as seguintes tendências relativamente à situação atual:

- Setor urbano: No médio e longo prazo verifica-se um ligeiro decréscimo para o cenário minimalista e BAU, e um ligeiro aumento para o cenário maximalista;
- Setor indústria: No médio e longo prazo verifica-se um aumento para todos os cenários, com tendência crescente do minimalista até ao maximalista quanto à carga gerada em termos de CQO;
- Setor agrícola: Prevê-se um decréscimo generalizado das cargas de N e P geradas em todos os cenários e horizontes de planeamento;
- Setor pecuário: Prevê-se um decréscimo generalizado das cargas de N e P geradas em todos os cenários e horizontes de planeamento.

4.2.6.2. Pressões quantitativas

A projeção dos volumes totais captados para os setores urbano, industrial, agrícola e pecuário, em cada um dos cenários e horizontes de planeamento é apresentada nas Figura 4.16 à Figura 4.18.

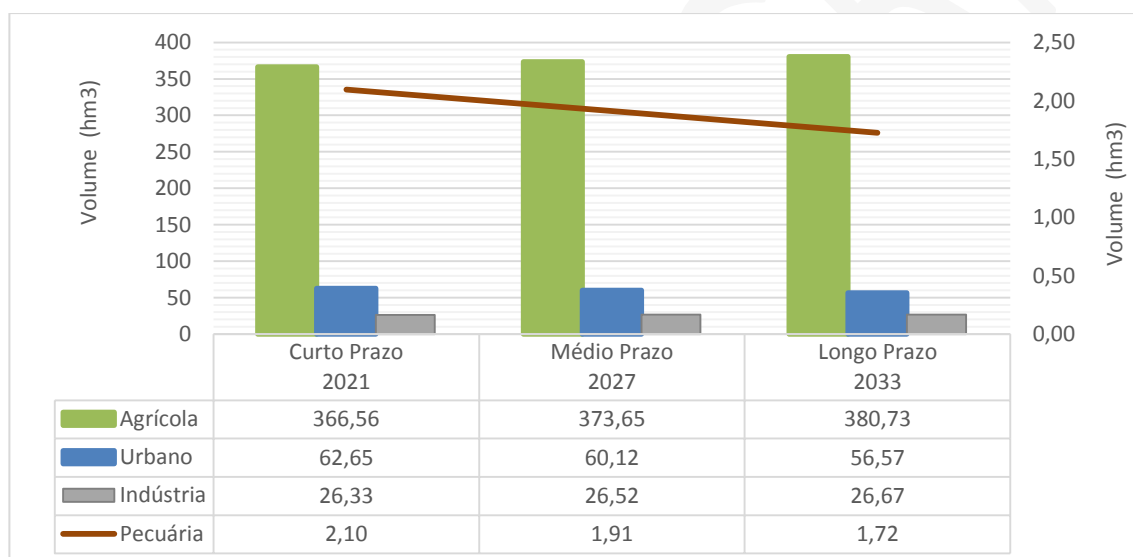


Figura 4.16 – Projeções de volume captado para o cenário minimalista

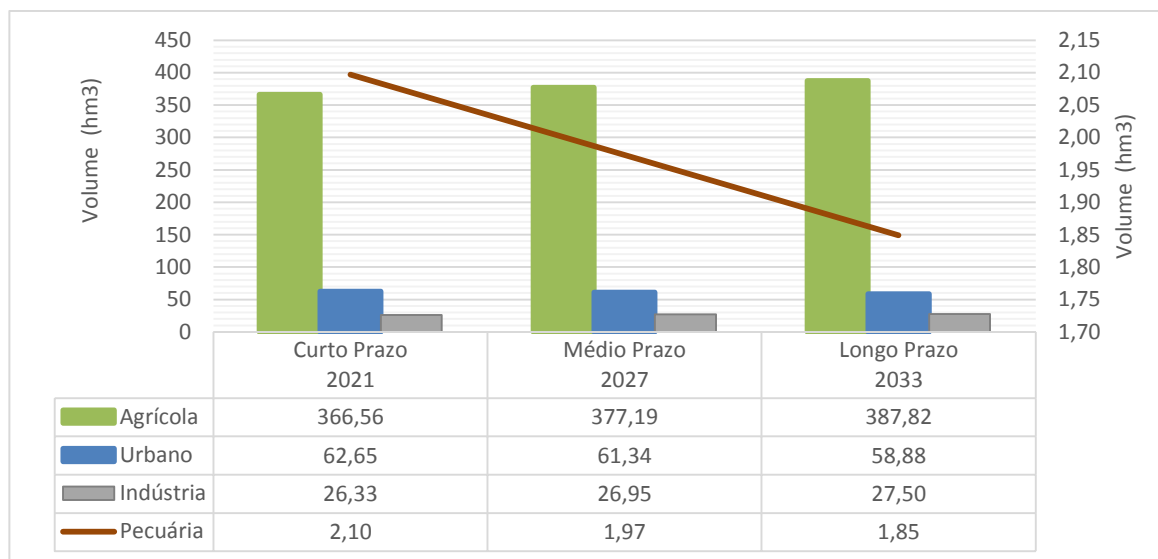


Figura 4.17 – Projeções de volume captado para o cenário BAU

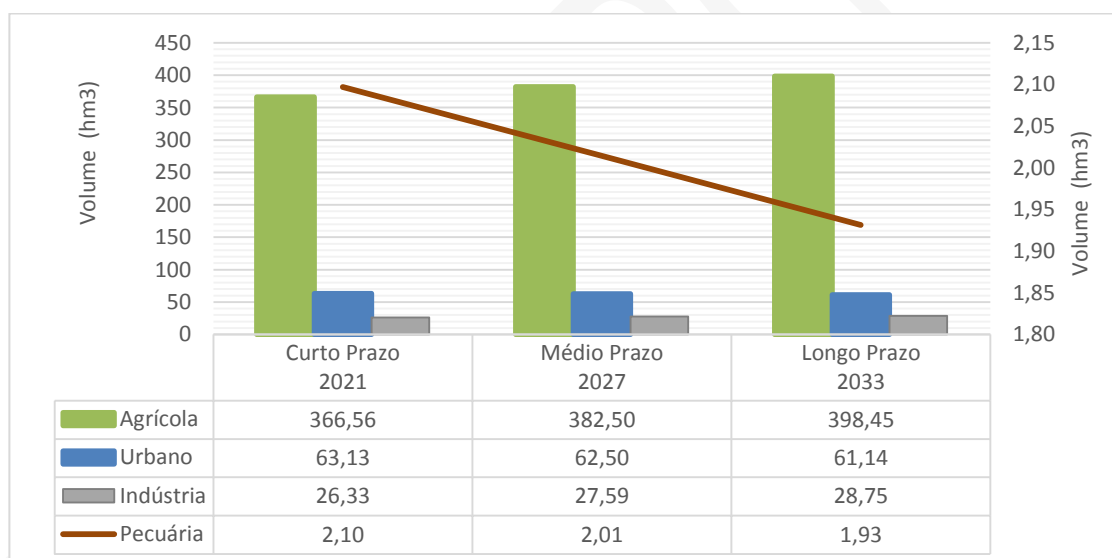


Figura 4.18 – Projeções de volume captado para o cenário maximalista

Em síntese, as projeções dos volumes totais captados para vários setores de atividade apresentam as seguintes tendências relativamente à situação atual:

- Cenário minimalista: os setores urbano e pecuário apresentam um decréscimo nas projeções do volume captado ao longo dos horizontes de planeamento, enquanto no setor da indústria e no agrícola se verifica um ligeiro aumento;
- Cenário BAU: o setor urbano e pecuário apresentam uma descida enquanto os restantes setores aumentam de forma ligeira;
- Cenário maximalista: todos os setores seguem a mesma tendência do cenário BAU.

Projeto PGRH

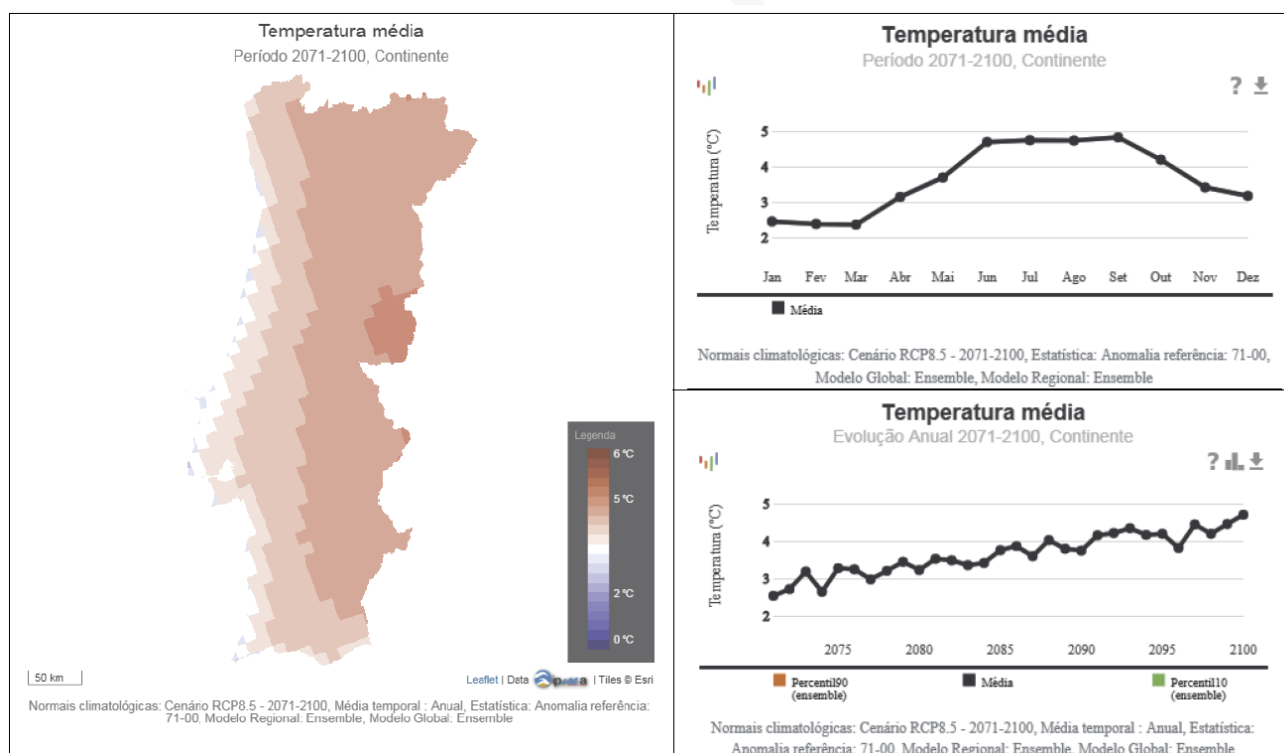
5. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

5.1. Cenários climáticos

Diversos estudos apontam para que o sul da Europa, em geral, e a Península Ibérica, em particular, estejam entre as regiões do continente europeu potencialmente mais afetadas pelos efeitos das alterações climáticas. Toda esta região enfrenta uma multiplicidade de impactos potenciais, como sejam o aumento da frequência e intensidade de secas, inundações, cheias repentinas, ondas de calor, incêndios rurais, erosão e galgamentos costeiros.

De acordo com estimativas do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (da sigla inglesa, IPCC), os cenários climáticos mais gravosos para Portugal (RCP 8.5, IPCC AR5) preveem que o aumento da temperatura possa chegar a +5 °C em 2100 (aplicável a temperaturas mínimas, médias e máximas), particularmente durante o verão e no interior do País (ver Figura 5.1). As temperaturas elevadas refletem - se no aumento do número de dias muito quentes ($T_{\text{máx}} \geq 35$ °C), especialmente no interior sul, no aumento do número de noites tropicais ($T_{\text{min}} \geq 20$ °C) e em ondas de calor mais longas e frequentes, em especial no interior nordeste.

Segundo o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) – aprovado pela RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto –, os registos de emissões recentes aproximam-se contudo do cenário menos gravoso RCP 4.5 implicando um forçamento radiativo em 2100 de 4,5 Wm⁻² ao qual será associado um aumento médio de temperatura entre 1,1 e 2,6 °C (1,8 °C em média), o que significa que existe a probabilidade de não exceder os 2 °C, mas sem cumprir o objetivo de não ultrapassar o objetivo mais ambicioso assumido no Acordo de Paris. Neste cenário, os aumentos de temperatura média poderão variar entre 2 °C a 3 °C em Portugal.

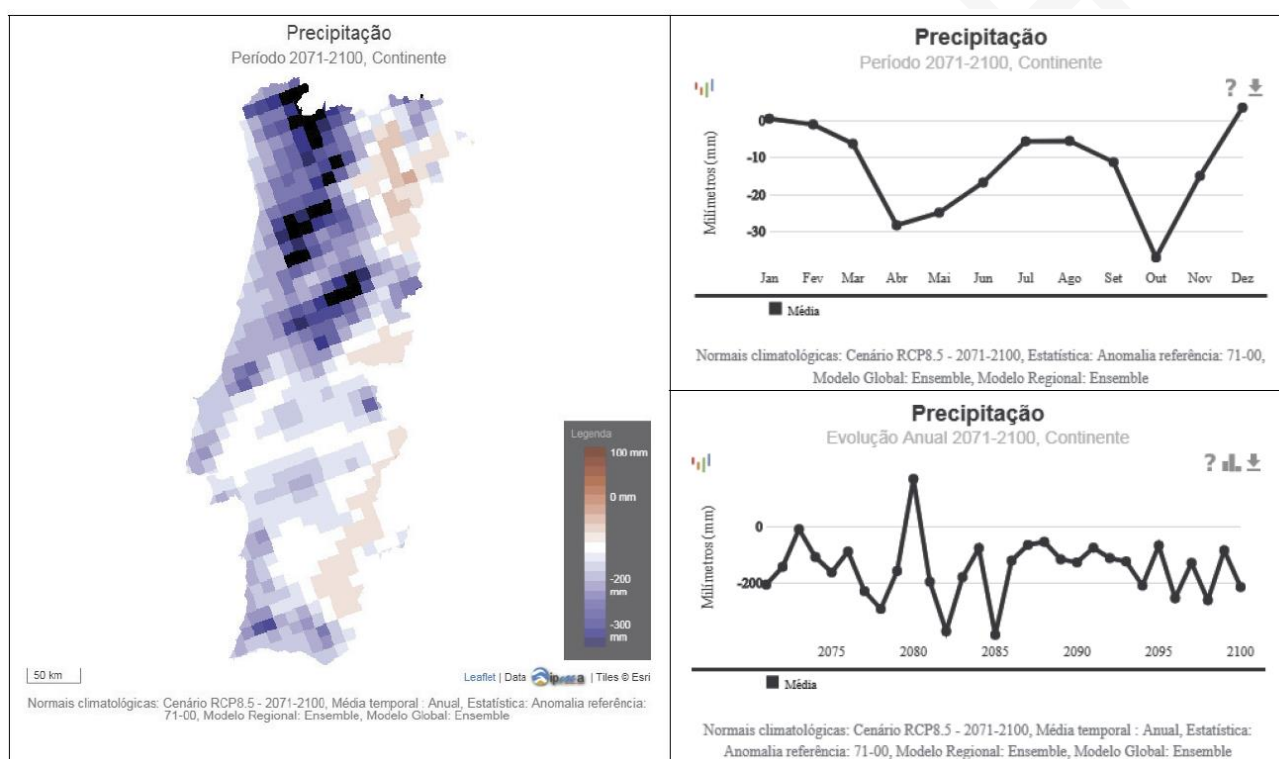


Fonte: P-3AC/Portal do Clima

Figura 5.1 – Anomalias da temperatura média (referência 1971-2000) para o período 2071-2100, RCP 8.5 e para os ensembles de modelos regionais e globais

Não obstante haver uma maior incerteza quanto aos cenários de precipitação, prevê-se que os padrões também deverão conhecer alterações, com uma redução importante dos valores anuais em todo o território de Portugal continental (Figura 5.2), registando, no final do século, perdas entre -10% e -50% na primavera, verão e outono de forma consistente na generalidade dos modelos climáticos para o cenário RCP 8.5 (Soares et al. 2017⁷). Prevê-se igualmente um aumento do número de eventos de precipitação extrema em detrimento da redução de dias com baixa a média/alta precipitação (Soares et al. 2017).

Conclusões equivalentes, mas de menor magnitude, são obtidas para o cenário RCP 4.5 (Soares et al. 2017). Assim, espera-se um aumento da variabilidade sazonal da precipitação e a extensão da estação seca do verão para a primavera e outono. Apesar da crescente probabilidade de secas prolongadas continuará a registar-se uma elevada variabilidade interanual, aspeto que justifica a possibilidade de virem a ocorrer anos com mais precipitação do que a normal climática de 1971-2000.

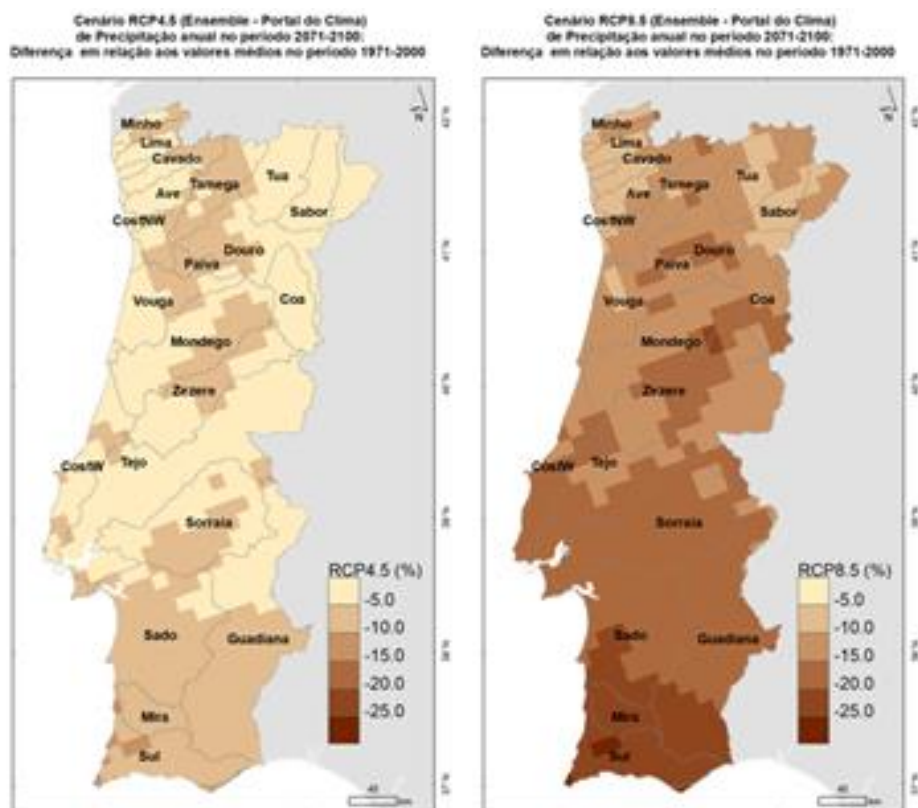


Fonte: P-3AC/Portal do Clima

Figura 5.2 – Anomalias da precipitação (referência 1971-2000) para o período 2071-2100, RCP 8.5 e para os ensembles de modelos regionais e globais

Na Figura 5.3 apresentam-se os cenários de precipitação anual para o período 2071-2100 em Portugal continental (diferença em relação aos valores médios 1971-2000) nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5:

⁷ Soares, P.M.M., Cardoso, R.M., Lima, D.C.A., Miranda, P.M.A. (2017), *Future precipitation in Portugal: high-resolution projections using WRF model and EURO-CORDEX multi-model ensembles*. Clim Dyn 49: 2503 -2530. doi: 10.1007/s00382--016-3455-2.



Fonte: IPMA, 2020

Figura 5.3 – Cenários de precipitação anual para o período 2071-2100 em Portugal continental (diferença em relação aos valores médios 1971-2000) nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5

Relativamente à precipitação anual em Portugal continental, observa-se que a partir da década de 80 do século XX a magnitude das anomalias negativas face aos valores médios de precipitação excede fortemente as anomalias registadas nos anos mais chuvosos, o que revela a tendência de redução da precipitação revelada nos modelos climáticos.

Importa reforçar que as alterações climáticas não são fenómenos com manifestação potencial futura, sendo de observar que o clima atual já evidencia diferenças face ao passado recente. As temperaturas médias registadas desde o início do século XXI foram sempre próximas ou superiores aos valores médios do período 1971-2000.

O 6.º Relatório de Avaliação da responsabilidade do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), apresentado publicamente em agosto de 2021 (Grupo de Trabalho I) e a completar em 2022, aborda, à luz dos conhecimentos mais atualizados, os fenómenos físicos relacionados com cada componente do sistema climático e a sua evolução ao longo do tempo, reunindo os mais recentes avanços científicos e combinando múltiplas linhas de evidência de paleoclima, observações, compreensão de processos, e simulações climáticas globais e regionais.

Este relatório de avaliação vem confirmar o que os cientistas têm vindo a observar ao longo das últimas décadas: alterações significativas no clima da Terra, em todas as regiões e em todo o sistema climático, e que muitas destas alterações são sem precedentes em milhares, senão centenas de milhares de anos. O

documento mostra como e por que razões o clima se alterou até à atualidade, evidenciando uma maior compreensão em termos da influência humana numa ampla gama de características climáticas, incluindo a ocorrência de eventos extremos.

O documento fornece uma avaliação regional mais detalhada dos efeitos das alterações climáticas, incluindo um enfoque em informações úteis que podem suportar as avaliações de risco, a adaptação e outras tomadas de decisão, bem como uma nova estrutura que permite traduzir as alterações físicas do clima – calor, frio, precipitação, seca, neve, vento, inundações costeiras – no que elas significam para a sociedade e para os ecossistemas.

O 6.º Relatório de Avaliação do IPCC sublinha a fortíssima contribuição humana para o aquecimento global e para os fenómenos a ele associados. É inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, os oceanos e a terra, resultando na ocorrência de mudanças rápidas e generalizadas na atmosfera, oceanos, criosfera e biosfera terrestres.

Com efeito, as alterações climáticas induzidas pela espécie humana estão já a afetar os climas e a gerar eventos climáticos extremos em todas as regiões do globo. As evidências das alterações climáticas em curso são observadas em fenómenos extremos, como ondas de calor, eventos de precipitação intensa, secas e ciclones tropicais. A metodologia de atribuição destes fenómenos à influência humana tem vindo a ser fortalecida desde o anterior relatório de avaliação.

De acordo com o relatório, a temperatura média global subiu 1,1 °C em relação aos níveis pré-industriais e, no melhor dos cenários, deve aumentar 1,5 °C nas próximas duas décadas. Esta previsão é baseada num conjunto de dados que permite avaliar o histórico do aquecimento global, bem como no progresso científico havido ao nível da compreensão das respostas do sistema climático ao aumento do forçamento radiativo relacionado com as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) causadas pelo Homem. De acordo com o estudo, apenas uma parte do aumento da temperatura, desde o século XIX, pode ser atribuída a causas naturais.

Algumas das alterações climáticas que já estão em marcha, como o aumento contínuo do nível do mar, são irreversíveis ao longo de centenas a milhares de anos. No documento são igualmente destacados os notáveis avanços verificados no âmbito da quantificação das parcelas de responsabilidade das alterações climáticas num determinado evento climático extremo (e.g. episódios de forte precipitação, seguidos de inundações rápidas).

O relatório do IPCC fornece novas estimativas das probabilidades do nível de aquecimento global de 1,5 °C ser ultrapassado nas próximas décadas e conclui que, a menos que haja reduções imediatas, rápidas e em grande escala das emissões de GEE, a limitação do aquecimento a cerca de 1,5 °C ou mesmo 2 °C, será inalcançável.

Neste relatório foi considerado um conjunto de cinco novos cenários ilustrativos de emissões (denominados *Shared Socio-Economic Pathways, SSP*), de forma a explorar as respostas do sistema climático a uma gama mais ampla de *drivers* antrópicos – como as emissões de GEE, a utilização futura da terra e a evolução dos poluentes do ar – do que no anterior relatório de avaliação. Este conjunto de cenários de emissões determina as projeções de alterações do sistema climático, as quais tiveram ainda em conta a atividade solar e a atividade vulcânica (IPCC, 2021).

Os resultados são apresentados para o curto prazo (2021-2040), médio prazo (2041-2060) e longo prazo (2081-2100)⁸, geralmente em relação ao período 1850-1900 (considerado representativo das condições pré-industriais). Partem de 2015 e incluem cenários com altas e muito altas emissões de GEE (SSP3-7.0 e SSP5-8.5) e emissões de CO₂ que duplicam sensivelmente em relação aos níveis atuais até 2100 e 2050, respetivamente; cenário com emissões intermédias de GEE (SSP2-4.5) e emissões de CO₂ a manterem-se cerca dos níveis atuais até meio do século; e cenários com muito baixas e baixas emissões de GEE e emissões de CO₂ a diminuir até à neutralidade por volta de ou após 2050, seguido de vários níveis de emissões líquidas negativas de CO₂ (SSP1-1.9 e SSP1-2.6) (IPCC, 2021).

As emissões variam entre cenários em função das assunções socioeconómicas efetuadas, dos níveis de mitigação das alterações climáticas e, para os aerossóis e precursores do ozono que não o metano, dos níveis de controlo da poluição do ar. Em todos os cenários considerados no curto e no médio prazo, o aumento da temperatura média global atinge e ultrapassa os 1,5 °C. Os cientistas do clima estimam que caso se mantenha o atual ritmo de emissões de GEE, e num cenário intermédio (SSP2-4.5), a temperatura média global poderá subir 2,7 °C em 2081-2100 (IPCC, 2021).

Os cenários com emissões de GEE muito baixas ou baixas (SSP1-1.9 e SSP1-2.6) conduzem em anos a efeitos discerníveis nas concentrações de GEE e aerossóis, e na qualidade do ar, em relação a cenários de emissões de GEE altas e muito altas (SSP3-7.0 ou SSP5-8,5). Sob esses cenários contrastantes, diferenças discerníveis nas tendências da temperatura global da superfície começariam a emergir da variabilidade natural em cerca de 20 anos, e em períodos de tempo mais longos para muitos outros fatores de impacto climático.

Os fatores naturais e a sua variabilidade interna irão modular as alterações causadas pelo Homem, especialmente em escalas regionais e no curto prazo, com pouco efeito no aquecimento global a longo prazo (centenário). O relatório conclui que é importante considerar essas modulações no planeamento de toda a gama de alterações possíveis.

Com o avanço do aquecimento global, todas as regiões deverão experimentar cada vez mais mudanças simultâneas e múltiplas nos fatores de impacto climático. Mudanças em vários desses fatores seriam mais disseminadas a 2 °C em comparação com o aquecimento global de 1,5 °C e mais ainda disseminadas e/ou pronunciadas para níveis de aquecimento superiores. Para um aquecimento médio global de 1,5 °C haverá um aumento das ondas de calor e verificar-se-ão estações quentes mais longas e estações frias mais curtas. O estudo mostra ainda que para um aquecimento global de 2 °C, os extremos de calor atingiriam mais frequentemente os limiares críticos de tolerância para a saúde e para a agricultura.

Mas as alterações climáticas não se cingem apenas ao aumento da temperatura média global, acarretando múltiplas mudanças diferentes em diferentes regiões, que irão ser exacerbadas pelo aquecimento crescente. Tal inclui mudanças nos níveis de humidade e secura, nos regimes de ventos, neve e gelo, nas áreas costeiras e nos oceanos. O relatório do IPCC aponta alguns exemplos (IPCC, 2021):

- As alterações climáticas estão a intensificar o ciclo da água, o que significará a ocorrência de episódios mais intensos de precipitação e inundações associadas, bem como secas mais intensas e frequentes em muitas regiões;
- As alterações climáticas estão a afetar os padrões de precipitação. Em altas latitudes, é provável que a precipitação aumente, enquanto se prevê que diminua em grande parte das regiões subtropicais.

⁸ A omissão do período de 2061-2080 estará relacionada com propósitos de simplificação e melhor comunicação dos dados – curto prazo, médio prazo e longo prazo. Foram utilizados períodos de 20 anos ao invés de 30 como as normais climáticas, de forma a não diluir os resultados que estão em constante evolução. Os resultados para 2021-2040 são mais úteis para tomada de decisão a curto prazo do que caso este se estendesse até 2050.

São igualmente esperadas alterações no regime de precipitação durante as monções, variando de acordo com a região;

- As áreas costeiras verão uma subida contínua do nível do mar ao longo do século XXI, contribuindo para inundações costeiras mais frequentes e severas em áreas baixas e a um aumento da erosão costeira. Eventos extremos do nível do mar que ocorriam anteriormente uma vez em 100 anos podem passar a acontecer todos os anos no final deste século;
- Um aquecimento mais acentuado amplificará o degelo do *permafrost* e a perda da cobertura de neve sazonal, o degelo de glaciares e de camadas de gelo e a perda de gelo do mar Ártico no verão;
- Alterações no oceano, incluindo o seu aquecimento, o surgimento de ondas de calor marinhas mais frequentes, a acidificação dos oceanos e níveis reduzidos de oxigénio têm sido claramente relacionadas com a atividade humana. Estas alterações afetam os ecossistemas oceânicos e as pessoas que dependem deles, e irão continuar, pelo menos, ao longo de que resta deste século;
- Nas cidades, alguns aspetos das alterações climáticas podem ser amplificados, incluindo o calor (já que são áreas geralmente mais quentes do que seus arredores), inundações na sequência de eventos de forte precipitação e aumento do nível do mar nas cidades costeiras.

De acordo com o relatório, o nível médio global do mar subiu 20 centímetros entre 1901 e 2018. A taxa média de subida foi de 1,3 milímetros por ano entre 1901 e 1971 e de 3,7 milímetros por ano entre 2006 e 2018, sob a influência crescente do degelo das calotas polares. O nível médio global do mar aumentou de forma mais rápida desde 1900 do que em qualquer século anterior, pelo menos nos últimos 3000 anos. Ainda que seja possível limitar o aquecimento global a 2 °C, o nível do mar pode aumentar em cerca de 50 centímetros no século XXI. Dada a incerteza quanto à evolução das zonas polares, os especialistas não descartam, no pior dos cenários, um aumento de quase dois metros do nível do mar até 2100.

O estudo aponta para que, há 125 mil anos, o último período em que a atmosfera era tão quente, o nível do mar estaria provavelmente cinco a 10 metros acima do nível registado atualmente. Há três milhões de anos, quando a concentração de dióxido de carbono na atmosfera era equivalente à que se verifica hoje em dia e a temperatura era 2,5 a 4 °C mais elevada, o nível do mar podia ser superior em 25 metros.

Este 6.º Relatório de Avaliação foca a atenção nas emissões de metano (CH₄), alertando para o facto de se as emissões não forem reduzidas tal irá prejudicar os objetivos do Acordo de Paris, que fixa como limiar de aquecimento global os 1,5 °C. As concentrações de metano na atmosfera – decorrentes, sobretudo, da produção de gás, da atividade mineira, das rejeições de resíduos e águas residuais e da pecuária – são as mais elevadas em 800 mil anos.

O IPCC não descarta a possibilidade de se atingirem pontos de rutura irreversíveis, alterações abruptas no sistema climático de “baixa probabilidade” e “alto impacto” – tais como o colapso dos glaciares, que teria como consequência a subida do nível do mar em dezenas de metros, o degelo do *permafrost* ou a transformação da floresta da Amazónia em savana. A ocorrência de eventos pouco prováveis como o colapso de mantos de gelo, mudanças abruptas na circulação oceânica, alguns eventos extremos compostos e um aquecimento substancialmente maior do que o avaliado, não podem ser colocados de parte e deverão fazer parte das avaliações de risco (IPCC, 2021).

Florestas, solos e oceanos funcionam como sumidouros de carbono, sem os quais os efeitos das alterações climáticas seria ainda mais gravosos. Estima-se que nas últimas seis décadas tais sumidouros tenham absorvido anual e globalmente 56% (taxa relativamente constante) do dióxido de carbono emitido para a atmosfera pelas atividades humanas, ainda que com diferenças regionais. O relatório do IPCC alerta,

contudo, para o facto desses sumidouros de carbono estarem a dar sinais de saturação e menor eficácia, o que deverá resultar, ao longo do século XXI, numa redução da percentagem de dióxido de carbono que capturam.

O relatório mostra que as ações humanas ainda têm o potencial de determinar o curso futuro do clima. A evidência é clara de que o dióxido de carbono é o principal impulsionador das alterações climáticas, mesmo que emissões de outros GEE e de poluentes do ar também afetem o clima. As conclusões apontam para que reduções fortes e sustentadas nas emissões de dióxido de carbono e de outros GEE limitariam as alterações climáticas. Embora os benefícios para a qualidade do ar possam surgir rapidamente, serão necessárias duas a três décadas para que as temperaturas globais estabilizem. A limitação de emissões de outros GEE e de poluentes do ar, especialmente o metano, pode trazer benefícios tanto para a saúde quanto para o clima. Os esforços por uma estabilização do clima exigirão, assim, reduções fortes, rápidas e sustentadas das emissões de GEE e a obtenção da neutralidade carbónica.

As inovações contidas neste 6.º relatório do IPCC e os avanços na ciência do clima nele refletidas fornecem uma contribuição inestimável para o planeamento e as negociações climáticas e para a tomada de decisões, aos níveis global e regional. Existe hoje uma noção muito mais clara do clima passado, presente e futuro, e do que é essencial para melhor se entender para onde o planeta caminha, o que pode ser feito e de que forma a Humanidade se poderá preparar melhor para enfrentar os efeitos das alterações climáticas em curso.

5.2. Disponibilidades futuras de água

A informação apresentada neste item resulta do trabalho desenvolvido para a APA, I.P. pelo Consórcio NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. / BLUEFOCUS – Unipessoal, Lda. / HIDROMOD – Modelação em Engenharia, Lda.

Os cenários climáticos foram selecionados de entre os disponibilizados pelo projeto Euro-Cordex (Jacob et al, 2014). De modo a assegurar a compatibilização do presente trabalho com os trabalhos em curso pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Instituto D. Luiz, foram utilizados apenas os 13 modelos utilizados por estas instituições agregados num Ensemble.

Foram calculadas as anomalias da precipitação mensal média, em %, e das temperaturas mensais mínima e máxima, em °C, para os períodos 2011-2040, 2041-2070 e 2071-2100 e para duas trajetórias de emissão (denominadas *Representative Concentration Pathways*, RCP) RCP 4.5 e RCP 8.5, em relação a um período histórico de 1971 a 2000, também disponibilizado pelo projeto EURO-Cordex. Estas anomalias foram somadas às superfícies da precipitação e temperatura do período histórico (de outubro de 1930 a setembro de 2016), obtendo-se seis cenários climáticos (três períodos futuros x duas trajetórias de emissão) compostos pelas séries de precipitação mensal média e de temperatura média mensal com uma duração de 86 anos.

A evapotranspiração potencial (ETP) mensal foi calculada pela fórmula de Hargreaves usando o resultado da soma das temperaturas mensais históricas (de outubro de 1930 a setembro de 2016) às anomalias da temperatura média e a diferença entre as temperaturas máximas e mínimas mensais somadas com as anomalias respetivas destas temperaturas para cada período e RCP, tendo-se obtido seis cenários de ETP mensais.

As superfícies de escoamento mensal para os seis cenários climáticos foram determinadas aplicando o modelo de Temez, calibrado e validado de acordo com o apresentado no relatório das disponibilidades hídricas superficiais em regime natural.

As disponibilidades hídricas subterrâneas foram calculadas pela APA, I.P., tendo por base as superfícies de precipitação para os vários cenários climáticos e recorrendo à ferramenta desenvolvida pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), no âmbito do projeto “Desenvolvimento de métodos específicos para a avaliação da recarga das massas de água subterrâneas, para melhorar a avaliação do estado quantitativo” (2017).

5.2.1. Precipitação

O Quadro 5.1 apresenta, para a precipitação, em mm, a percentagem de variação para os diferentes cenários climáticos, correspondentes a diferentes horizontes temporais e trajetórias de emissão de gases com efeito estufa, quando comparada com a série histórica.

Quadro 5.1 – Precipitação média anual para diferentes horizontes temporais, por sub-bacia

Sub-bacia	Histórico	RCP 4.5			RCP 8.5			% variação					
		RCP 4.5			RCP 8.5			RCP 4.5			RCP 8.5		
		2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100
Ave	1527	1525	1446	1465	1494	1424	1296	-0,1%	-5,3%	-4,0%	-2,2%	-6,7%	-15,1%
Cávado	1838	1840	1742	1759	1802	1710	1561	0,1%	-5,2%	-4,3%	-1,9%	-6,9%	-15,0%
Costeiras entre o Ave e o Leça	1152	1147	1100	1110	1125	1082	981	-0,4%	-4,5%	-3,7%	-2,4%	-6,1%	-14,8%
Costeiras entre o Cávado e o Ave	1198	1189	1149	1159	1178	1134	1042	-0,8%	-4,0%	-3,2%	-1,6%	-5,3%	-13,0%
Costeiras entre o Neiva e o Douro	1143	1135	1098	1108	1123	1083	992	-0,7%	-3,9%	-3,0%	-1,8%	-5,2%	-13,2%
Leça	1185	1182	1128	1143	1159	1110	1006	-0,3%	-4,8%	-3,6%	-2,2%	-6,4%	-15,1%
Rabagão	1700	1718	1622	1643	1692	1594	1460	1,1%	-4,6%	-3,3%	-0,5%	-6,2%	-14,1%
RH	1623	1624	1540	1558	1592	1514	1381	0,1%	-5,2%	-4,1%	-2,0%	-6,8%	-15,2%

Legenda: Vermelho: % de variação <-10%; Laranja: % variação entre -5 e -10%; Amarelo: % variação entre -1 e -5%; Branco: % variação entre -1 e 0%; Azul claro: % variação > 0

A precipitação anual média diminui em todos os cenários, sendo a redução maior quando se considera o horizonte 2071-2100 e trajetória RCP 8.5 (Figura 5.4).

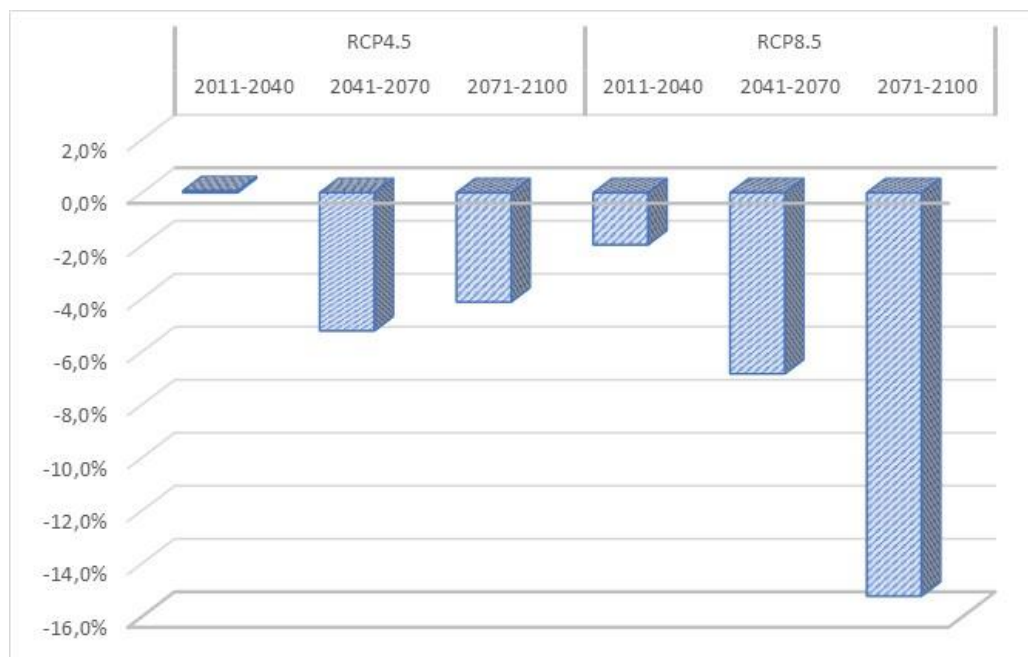


Figura 5.4 – Variação da precipitação média anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

5.2.2. Temperatura

O Quadro 5.2 apresenta a variação da temperatura, em °C, para os diferentes cenários climáticos, correspondentes a diferentes horizontes temporais e trajetórias de emissão de gases com efeito estufa, quando comparada com a série histórica.

Quadro 5.2 – Temperatura média anual para diferentes horizontes temporais por sub-bacia

Sub-bacia	Histórico	RCP 4.5			RCP 8.5			Variação (°C)					
								RCP 4.5			RCP 8.5		
		2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100
Ave	13,9	14,8	15,0	15,5	15,0	16,2	17,2	0,9	1,1	1,6	1,1	2,3	3,3
Cávado	13,1	14,1	14,2	14,7	14,2	15,5	16,5	0,9	1,1	1,6	1,1	2,4	3,4
Costeiras entre o Ave e o Leça	14,3	15,1	15,3	15,8	15,2	16,4	17,3	0,9	1,1	1,6	0,98	2,1	3,0
Costeiras entre o Cávado e o Ave	14,3	15,1	15,3	15,8	15,2	16,3	17,2	0,8	1,1	1,6	0,9	2,0	2,9
Costeiras entre o Neiva e o Douro	14,3	15,1	15,4	15,8	15,2	16,2	17,1	0,8	1,1	1,6	0,9	1,9	2,8
Leça	14,3	15,2	15,4	15,8	15,3	16,5	17,5	0,9	1,1	1,6	1,0	2,2	3,2
Rabagão	11,5	12,5	12,6	13,1	12,6	14,0	15,0	0,96	1,1	1,6	1,1	2,4	3,5
RH	13,5	14,4	14,6	15,0	14,5	15,8	16,8	0,9	1,1	1,6	1,1	2,3	3,3

Legenda: Vermelho: variação > 3 °C; Laranja: variação entre 1 e 3 °C; Branco: % variação < 1

Verifica-se que a temperatura média anual aumenta em todos os cenários, com os maiores aumentos a ocorrerem nos últimos 30 anos do século, quando a temperatura média anual pode ser superior em 3 °C (Figura 5.5).

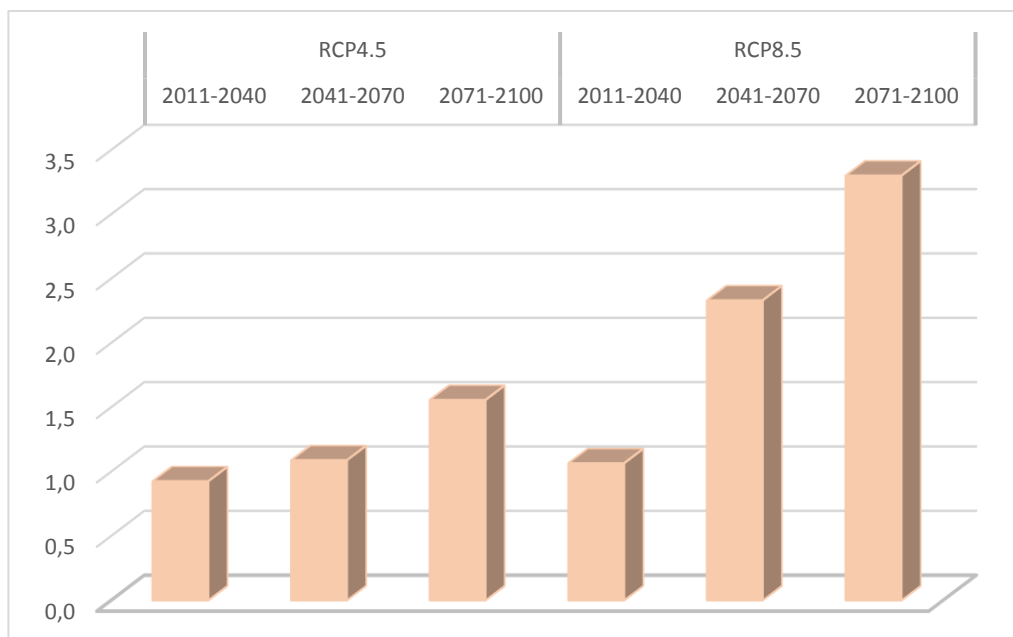


Figura 5.5 – Variação da temperatura média anual para diferentes horizontes temporais na RH (°C)

5.2.3. Evapotranspiração

A evapotranspiração média anual em mm foi obtida pelo método de Hargreaves para os diferentes cenários climáticos, correspondentes a diferentes horizontes temporais e trajetórias de emissão de gases com efeito estufa.

O Quadro 5.3 apresenta a percentagem de variação de cada cenário quando comparada com a série histórica.

Quadro 5.3 – Evapotranspiração média anual para diferentes horizontes temporais por sub-bacia

Sub-bacia	Histórico	RCP 4.5			RCP 8.5			% variação					
		RCP 4.5			RCP 8.5			RCP 4.5			RCP 8.5		
		2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100
Ave	1057	1066	1082	1079	1076	1130	1164	0,9%	2,4%	2,1%	1,8%	6,9%	10,2%
Cávado	1029	1034	1050	1047	1044	1099	1136	0,5%	2,1%	1,8%	1,5%	6,8%	10,5%
Costeiras entre o Ave e o Leça	1008	1029	1043	1040	1036	1079	1107	2,1%	3,5%	3,2%	2,8%	7,1%	9,9%
Costeiras entre o Cávado e o Ave	1042	1043	1057	1055	1050	1090	1117	0,1%	1,5%	1,2%	0,7%	4,6%	7,1%
Costeiras entre o Neiva e o Douro	1013	1027	1041	1038	1033	1069	1094	1,4%	2,7%	2,5%	2,0%	5,5%	8,0%
Leça	994	1021	1036	1032	1029	1076	1107	2,7%	4,2%	3,8%	3,5%	8,2%	11,3%
Rabagão	978	998	1013	1009	1008	1065	1107	2,0%	3,5%	3,2%	3,0%	8,9%	13,2%
RH	1034	1043	1058	1055	1052	1104	1139	0,9%	2,4%	2,1%	1,8%	6,8%	10,2%

Legenda: Vermelho: % de variação > 10%; Laranja: % variação entre 5 e 10%; Amarelo: % variação entre 1 e 5%; Branco: % variação entre 0 e 1%; Azul claro: % variação < 0

A evapotranspiração média anual aumenta em todos os cenários, sendo maior quando se considera o horizonte 2071-2100 e trajetória RCP 8.5 (Figura 5.6).

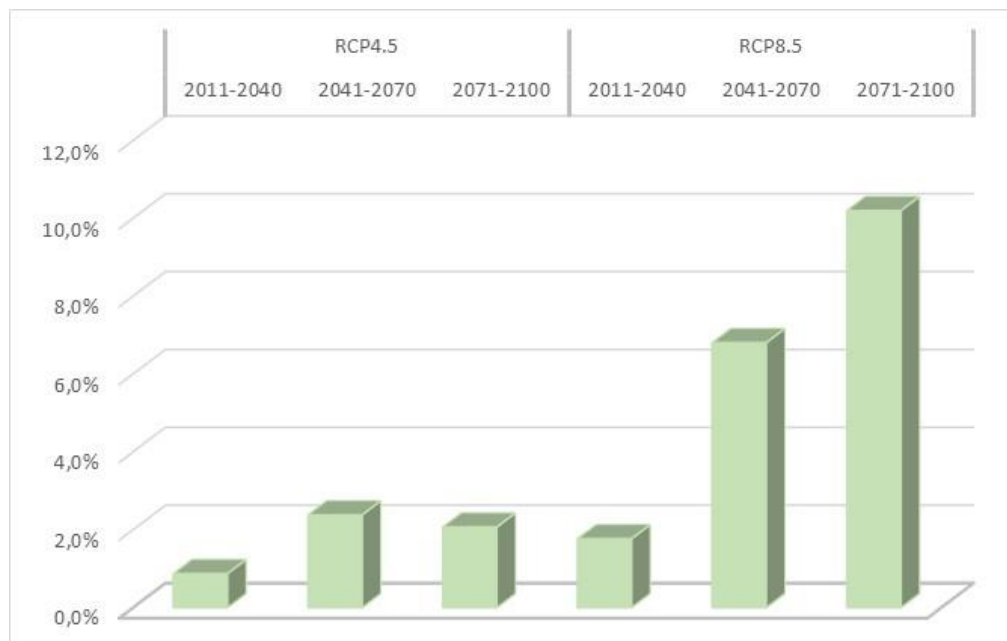


Figura 5.6 – Variação da evapotranspiração média anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

5.2.4. Disponibilidades hídricas superficiais

O Quadro 5.4 apresenta a percentagem de variação de cada cenário climático, correspondentes a diferentes horizontes temporais e trajetórias de emissão de gases com efeito estufa, quando comparada com a série histórica, em hm³.

Quadro 5.4 – Escoamento médio anual para diferentes horizontes temporais nas secções de jusante das bacias

Sub-bacia	Histórico	RCP 4.5			RCP 8.5			% variação					
		RCP 4.5			RCP 8.5			RCP 4.5			RCP 8.5		
		2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100
Ave	1318	1325	1244	1268	1290	1227	1076	0,5%	-5,6%	-3,8%	-2,1%	-6,9%	-18,4%
Cávado	1662	1674	1568	1592	1632	1536	1359	0,7%	-5,7%	-4,3%	-1,9%	-7,6%	-18,2%
Costeiras entre o Ave e o Leça	29	29	28	28	29	28	24	0,5%	-4,1%	-3,0%	-2,3%	-5,4%	-18,1%
Costeiras entre o Cávado e o Ave	11	11	11	11	11	11	10	0,1%	-3,3%	-2,2%	-0,9%	-3,8%	-14,9%
Costeiras entre o Neiva e o Douro	78	79	76	77	77	75	66	0,1%	-3,5%	-2,4%	-1,5%	-4,3%	-15,9%
Leça	124	125	118	120	121	117	101	0,5%	-4,8%	-3,0%	-2,2%	-6,2%	-18,8%
Rabagão	285	289	269	275	284	264	234	1,6%	-5,3%	-3,4%	-0,1%	-7,2%	-17,9%
RH	3508	3532	3314	3372	3445	3257	2869	0,6%	-5,2%	-3,7%	-1,7%	-6,7%	-17,1%

Legenda: Vermelho: % de variação <-10%; Laranja: % variação entre -5 e -10%; Amarelo: % variação entre -1 e -5%; Branco: % variação entre -1 e 0%; Azul claro: % variação > 0

O escoamento médio anual diminui em todos os cenários, sendo a redução maior quando se considera o horizonte 2071-2100 e trajetória RCP 8.5 (Figura 5.7.)

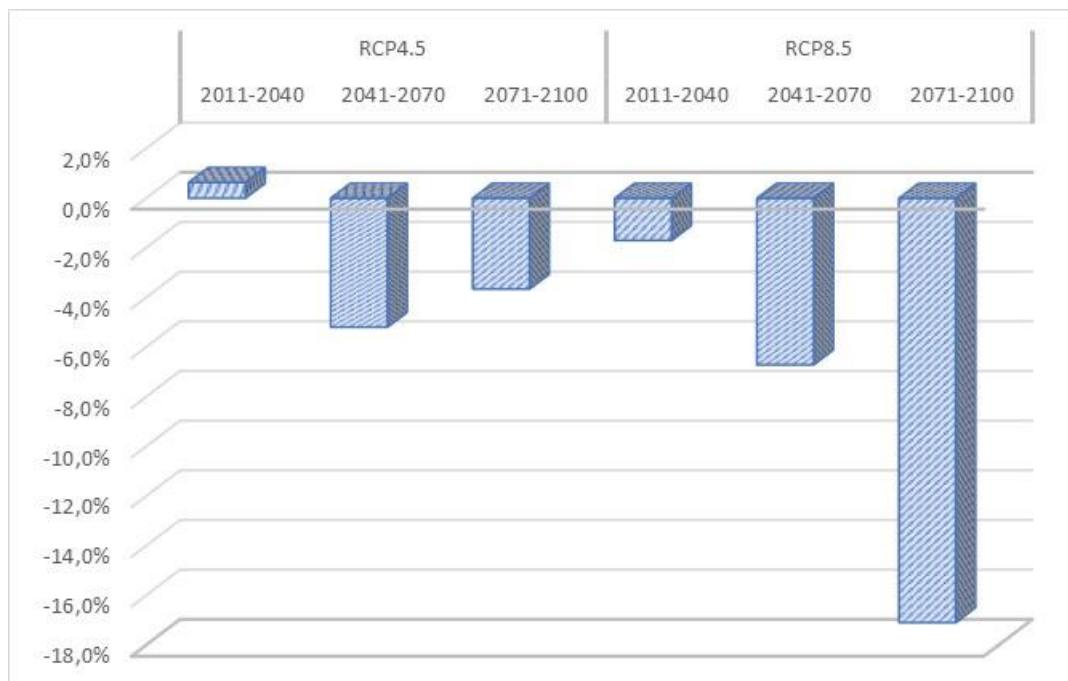


Figura 5.7 – Variação do escoamento médio anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

5.2.5. Disponibilidades hídricas subterrâneas

No respeitante às disponibilidades hídricas subterrâneas estimou-se, para cada massa de água desta RH, o valor da recarga, em hm³, tendo por base o valor da precipitação para os diferentes cenários climáticos 4.5 e 8.5 bem como a respetiva variação, em percentagem, quando comparada com o período histórico (1930-2016), conforme se pode observar no Quadro 5.5.

Quadro 5.5 – Recarga média anual (hm³) para diferentes horizontes temporais, por massa de água e RH

Massa de Água	Histórico	RCP 4.5			RCP 8.5			% variação					
		2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	RCP 4.5			RCP 8.5		
								2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100
A0X1RH2_ZV2006 - MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO CÁVADO	108,956	109,293	103,507	104,556	107,150	101,627	92,856	0,3	-5,3	-4,2	-1,7	-7,2	-17,3
A0X2RH2_ZV2006 - MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO AVE	105,166	104,982	99,810	101,034	102,885	98,272	89,410	-0,2	-5,4	-4,1	-2,2	-7,0	-17,6
A0X3RH2 - MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO LEÇA	13,691	13,653	13,035	13,204	13,386	12,823	11,618	-0,3	-5,0	-3,7	-2,3	-6,8	-17,8
A0X4RH2_ZV2006 - MACIÇO ANTIGO	26,785	26,566	25,711	25,933	26,345	25,395	23,355	-0,8	-4,2	-3,3	-1,7	-5,5	-14,7

Massa de Água	Histórico	RCP 4.5			RCP 8.5			% variação					
								RCP 4.5			RCP 8.5		
		2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100	2011-2040	2041-2070	2071-2100
INDIFERENCIADO DO BAIXO CÁVADO/AVE													
RH	254,598	254,494	242,063	244,727	249,766	238,117	217,239	0,0	-5,2	-4,0	-1,9	-6,9	-17,2

Legenda: Vermelho: % de variação <-10%; Laranja: % variação entre -5 e -10%; Amarelo: % variação entre -1 e -5%; Branco: % variação entre -1 e -0%; Azul claro: % variação > 0

Em termos de RH verifica-se uma diminuição da recarga média anual em todos os cenários, sendo esta redução mais significativa quando se considera o horizonte 2071-2100 e trajetória RCP 8.5 (Figura 5.8).

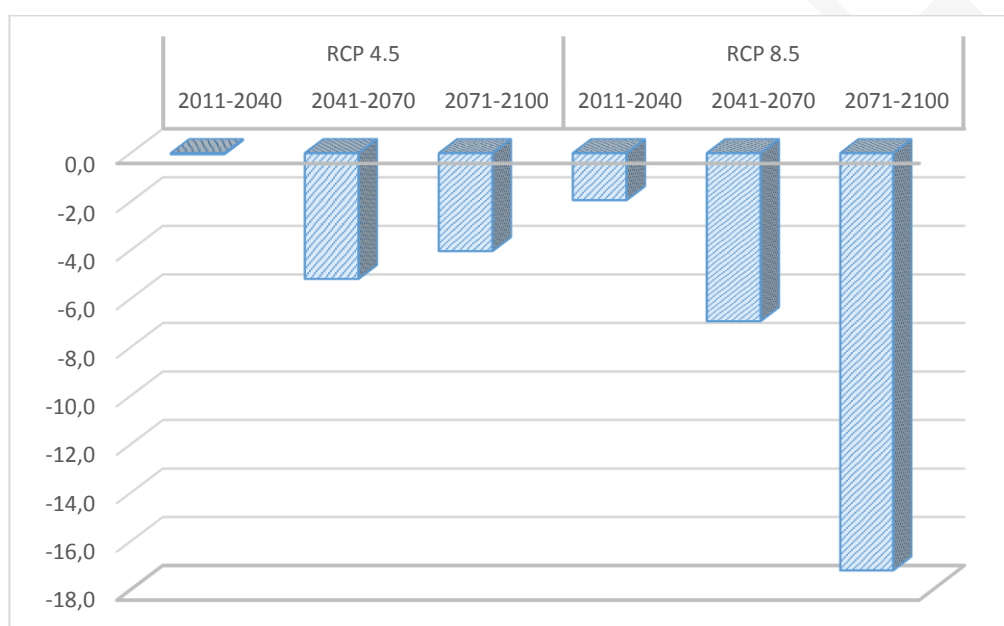


Figura 5.8 - Variação da recarga média anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

6. BALANÇO ENTRE DISPONIBILIDADES E NECESSIDADES FUTURAS



6.1. Análise comparativa entre volumes captados e disponibilidades futuras de água

Em termos de gestão da água, e tendo em conta os ciclos de planeamento de seis anos, é importante realizar uma análise comparativa entre as disponibilidades de água em regime natural no período 2011-2040, e comparar com os volumes de água captados para todos os setores no ano 2033, que é o ano final do mais longo horizonte de planeamento neste 3.º ciclo do PGRH.

Na Figura 6.1 observam-se as variações dos valores do escoamento médio anual nos cenários climáticos RCP 4.5 e RCP 8.5, no período 2011-2040, e da soma dos valores dos volumes captados, para os setores analisados, nos cenários minimalista, BAU e maximalista a longo prazo (2033).

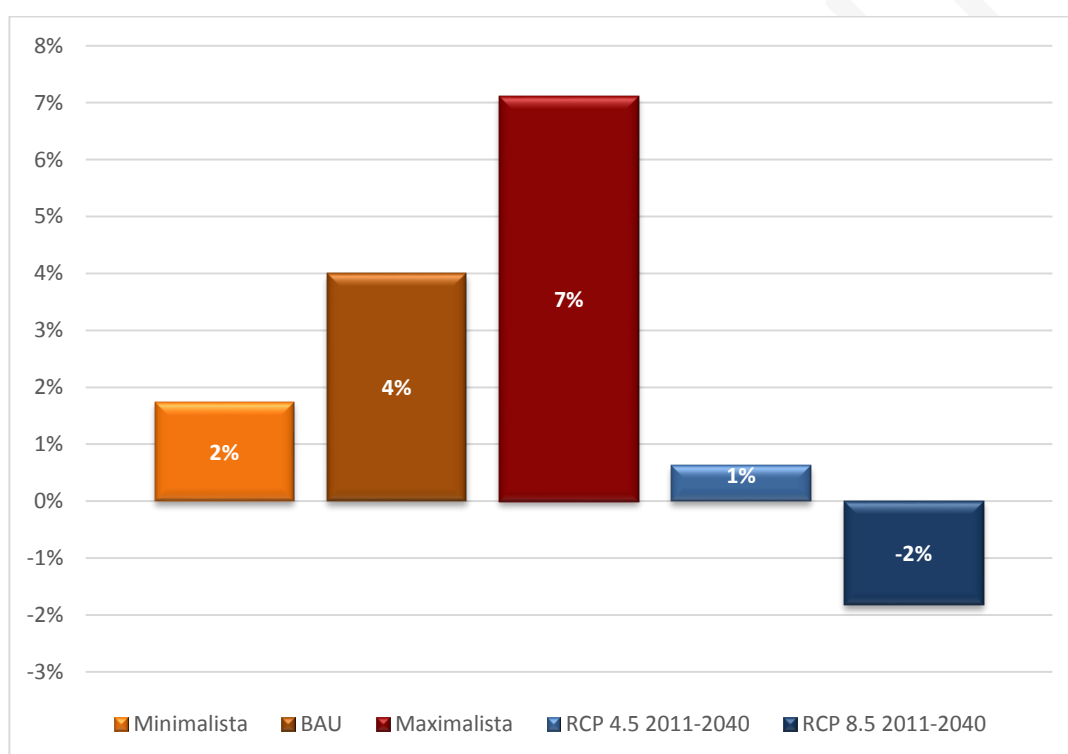


Figura 6.1 – Variação das necessidades futuras de água nos três cenários e do escoamento médio anual nos dois RCP na RH (%)

Pela análise do gráfico verifica-se, no geral, que as variações são positivas nas necessidades futuras de água em todos os cenários. Nas disponibilidades de água, e para o RCP 4.5, a variação é ligeiramente positiva, com apenas 1%, nas disponibilidades futuras de água e que essa variação diminui ligeiramente no RCP 8.5 (-2%) para o período em estudo.

6.2. Potenciais impactes nos recursos hídricos

Os países do sul da Europa e a Península Ibérica são, também, os que apresentam maiores vulnerabilidades e menores oportunidades com as alterações climáticas. Deste modo, os custos da inação face aos impactes das alterações climáticas assumem uma expressão significativa em Portugal.

A esperada redução da precipitação anual, o aumento da sua variabilidade e a consequente alteração do regime de escoamento contribuirá para a redução dos caudais dos rios, afetando também a recarga dos aquíferos, podendo, inclusivamente, secar as nascentes de rios importantes na Península Ibérica por períodos de tempo que poderão ser mais ou menos longos.

Estas alterações poderão ser acompanhadas por problemas ao nível da qualidade da água, intensificação de episódios de seca e uma maior pressão para a desertificação, com perda de biodiversidade associada à alteração da estrutura e dinâmica dos ecossistemas. Como se referiu, esta redução na precipitação afetará também a recarga dos aquíferos, potenciando a degradação da qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas.

O território de Portugal continental permanecerá também vulnerável às inundações, dada a tendência de maior contribuição para a precipitação anual por parte dos dias de chuva intensa. Em Portugal continental as cheias significativas ocorrem, sobretudo, nas bacias hidrográficas dos grandes e médios rios (Tejo, Douro e Sado), já que outras bacias hidrográficas estão mais regularizadas através de albufeiras com capacidade de laminar ou encaixar os volumes das cheias. Para além disto, têm-se registado vários episódios de cheias repentinas em zonas urbanas (*flash floods*) decorrentes de períodos de chuva intensa muito concentrados, promovendo uma maior exposição de edifícios e infraestruturas, quebra de funções sociais, económicas, potenciais perdas humanas e maior número de pessoas deslocadas/evacuadas.

Os novos regimes de temperatura e de precipitação associados às alterações climáticas acarretam o aumento previsível do número de ocorrências de ondas de calor, da sua duração e intensidade, a intensificação do número e intensidade dos grandes incêndios rurais e fenómenos meteorológicos extremos, imprevisíveis, intensos e localizados, sendo de destacar, entre outros, chuva torrencial, queda de granizo, ciclones e tornados.

Adicionalmente à tendência de as ondas de calor serem no futuro mais intensas e frequentes, ou extensas do ponto de vista espacial, prevê-se ainda que haja modificações ao nível da sua distribuição sazonal. As ondas de calor ocorrem geralmente na primavera e no verão, prevendo-se contudo que este fenómeno venha a adquirir igual expressão no outono. A título de exemplo, refira-se a onda de calor que ocorreu em 2003 e que se prolongou em algumas zonas do País por mais de duas semanas, tendo ficado associada, de acordo com a Direção-Geral da Saúde e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, a um excesso de mortalidade de 1953 óbitos, com particular incidência em indivíduos com idades iguais ou superiores a 75 anos.

Ainda em termos de consequências para a saúde pública da alteração dos regimes de temperatura e de precipitação, refira-se a propagação de novas doenças transmitidas por vetores. Relembre-se, a este propósito, o surto de dengue que aconteceu na Região Autónoma da Madeira, em 2012, sendo expectável que outros surtos de doenças possam verificar-se, também no território continental, atingindo a população mas também animais, através da migração de vetores provenientes de latitudes mais baixas.

Acresce ainda o risco de pragas e doenças de plantas, ou dos seus vetores, que poderá igualmente aumentar por adequação do clima à sua fixação. Consequentemente, é provável que se venha a observar um maior risco de pragas e doenças em sistemas agrícolas e florestais e aquícolas, bem como a disseminação de espécies exóticas em meio marinho com impactes negativos nos ecossistemas. Deste modo, importa definir e implementar atividades de vigilância epidemiológica e de monitorização de vetores de doenças, bem como de pragas agrícolas e florestais, nomeadamente a nível da sua distribuição geográfica, para que possam ser implementadas e/ou reforçadas medidas de prevenção, controlo e mitigação.

Segundo o P-3AC (2019), o aumento da temperatura e os períodos de seca prolongados deverão potenciar o aumento do número de incêndios rurais, principalmente do número de Grandes Incêndios Florestais (GIF)⁹, que se propagam através das copas das árvores e que podem ser praticamente incontrolláveis em determinadas condições atmosféricas. O risco associado a estas ocorrências tem vindo a aumentar de forma muito significativa, com elevadíssimos custos sociais e económicos para o País. Recorde-se o ano de 2017 – o mais trágico de sempre, com mais de cem vidas humanas perdidas – e que registou a maior área ardida desde 1995.

Segundo Sousa et al. (2015)¹⁰, as condições meteorológicas da época de verão, bem como as condições climáticas do inverno e primavera antecedentes explicam mais de dois terços da variabilidade interanual de área ardida em Portugal. Neste âmbito, há ainda que considerar que os cenários de alterações climáticas preveem um aumento significativo das condições meteorológicas propícias a grandes áreas ardidas na Península Ibérica, incluindo todo o território de Portugal.

Uma parte do território nacional encontra-se atualmente já ameaçada pela aridez e desertificação (Figura 6.2), verificando-se a degradação dos solos como consequência da influência de diversos fatores, de entre os quais avultam as variações climáticas e as atividades humanas.

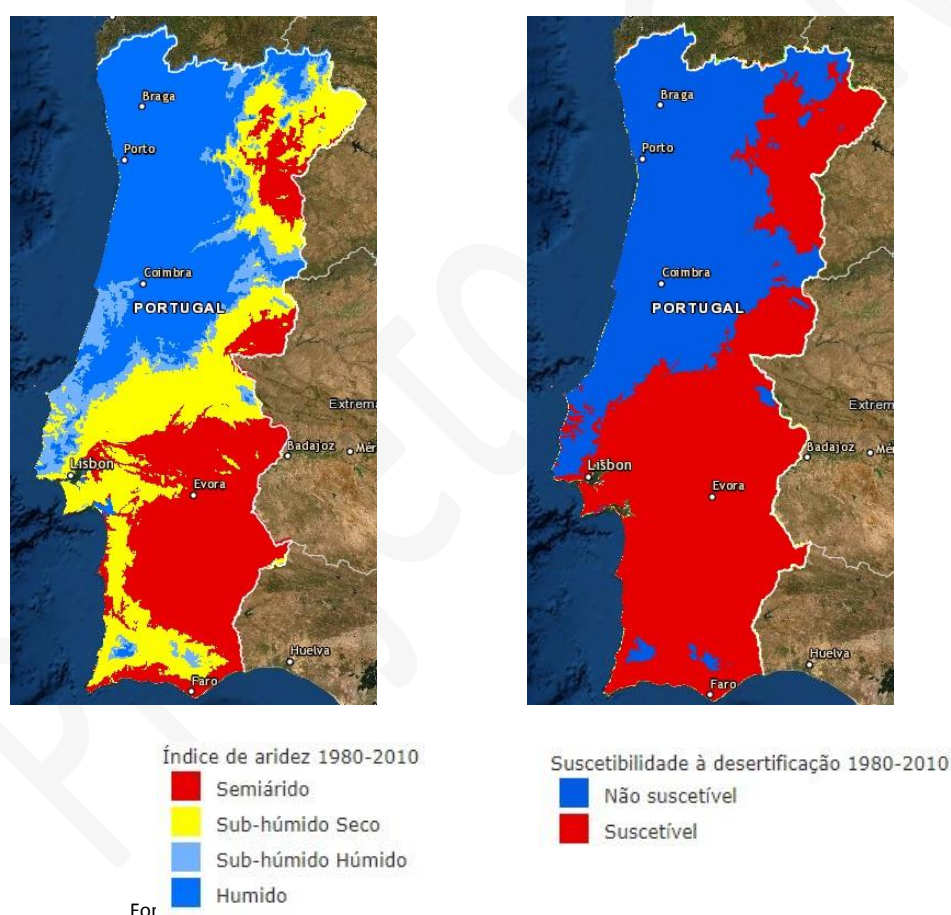


Figura 6.2 – Índice de aridez e suscetibilidade à desertificação 1980-2010

⁹ De área afetada superior a 10 000 hectares.

¹⁰ Sousa, P., Trigo. R.M., Pereira, M., Bedia, J., Gutierrez, J.M. (2015), *Different approaches to model future burnt area in the Iberian Peninsula*. Agricultural and Forest Meteorology 202: 11 -25. Doi: 10.1016/j.agrformet.2014.11.018

O litoral de Portugal continental é particularmente vulnerável à erosão e a galgamentos costeiros com efeitos muito significativos e potencialmente gravosos. Isto fica a dever-se não apenas à subida do nível das águas do mar, como também à rotação horária da direção média das ondas na costa ocidental e às alterações no regime dos temporais (de referir a incerteza associada à evolução futura deste último aspeto). De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (2014)¹¹ estes fatores agravam o galgamento e a inundação costeira, permitindo que as ondas rebentem mais próximo da costa e transfiram mais energia para o litoral, em soma ao défice de aporte de sedimentos fluviais disponíveis para a deriva litoral.

Os efeitos da erosão costeira e dos galgamentos são ainda promovidos pelas características da ocupação antrópica da faixa litoral do território no que agravam, de forma substancial, o risco dos custos socioeconómicos dos fenómenos climáticos. De acordo com o P-3AC, e apesar da incerteza, prevê-se que a subida do nível das águas do mar até ao fim do século XXI seja superior em 0,5 m, podendo atingir valores da ordem de 1 m acima do nível de 1990 (Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral, 2014). O inverno de 2013/2014 demonstrou à evidência o que pode resultar desta tendência, por ter contado com um elevado número de temporais no Atlântico Norte, levando à ocorrência de galgamentos costeiros relevantes em toda a costa portuguesa.

A subida do nível das águas do mar agrava igualmente o risco de contaminação salina dos aquíferos costeiros, dos estuários e dos troços finais dos rios, aspeto com impacte relevante em alguns sistemas de abastecimento de água.

Seguidamente, apresentam-se os principais impactes e vulnerabilidades do território de Portugal continental às alterações climáticas (por vezes inter-relacionados entre si), que pela sua expressão atual e tendências de agravamento no futuro, são passíveis de atuação prioritária visando a sua redução ou minimização através da adoção de medidas de adaptação (P-3AC, 2019):

- Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais;
- Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor;
- Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;
- Aumento da suscetibilidade à desertificação;
- Aumento da temperatura máxima;
- Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema;
- Subida do nível das águas do mar;
- Aumento de frequência e da intensidade de fenómenos extremos que provocam galgamento e erosão costeiros.

¹¹ Disponível em: http://www.apambiente.pt/zdata/DESTAQUES/2015/GTL_Relatorio%20Final_20150416.pdf



ANEXOS

ANEXO I - Principais instrumentos de políticas públicas setoriais

Projeto PGRH